

# UM EDIFÍCIO PARA TODOS: VENCENDO BARREIRAS NO ANTIGO BANCO DE PETRÓPOLIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CRISTIANE VIEIRA DA COSTA MAIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**UM EDIFÍCIO PARA TODOS – VENCENDO BARREIRAS  
NO ANTIGO BANCO DE PETRÓPOLIS**

**CRISTIANE VIEIRA DA COSTA MAIA**

**2018**

### CIP - Catalogação na Publicação

Maia, Cristiane Vieira da Costa  
M217e Um edifício para todos: Vencendo barreiras no  
antigo Banco de Petrópolis / Cristiane Vieira da  
Costa Maia. -- Rio de Janeiro, 2018.  
105 f.

Orientadora: Cristiane Rose de Siqueira Duarte.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,  
2018.

1. Restauração. 2. Banco de Petrópolis. 3. Desenho  
Universal. 4. Acessibilidade. 5. Patrimônio  
Arquitetônico. I. Duarte, Cristiane Rose de  
Siqueira, orient. II. Título.



UFRJ

## **UM EDIFÍCIO PARA TODOS – VENCENDO BARREIRAS NO ANTIGO BANCO DE PETRÓPOLIS**

**Cristiane Vieira da Costa Maia**

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof. Dr. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Rio de Janeiro  
Setembro/ 2018

# **UM EDIFÍCIO PARA TODOS – VENCENDO BARREIRAS NO ANTIGO BANCO DE PETRÓPOLIS**

Cristiane Vieira da Costa Maia

Orientadora: Cristiane Rose Duarte, Dr.

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

---

Cristiane Rose Duarte, Dr. (orientadora)

---

Andrea Queiroz Rego, Dr.

---

Maria De Lourdes de Oliveira Luz, Dr.

---

Regina Cohen, Dr.

Rio de Janeiro  
Setembro de 2018

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Regina e Josué, a minha irmã Simone, a minha família e principalmente as minhas filhas Beatriz e Giovanna, pelo incentivo, pela paciência e por estarem ao meu lado em todas as situações.

Agradeço a Deus, por me permitir estar trilhando esse caminho acalentado por mim há tantos anos.

Gostaria de agradecer a professora Cristiane Rose Duarte e a professora Regina Cohen, que, através da disciplina Arquitetura Inclusiva, despertaram em mim a vontade de aplicar à arquitetura um sentido mais humano.

Agradeço a minha orientadora, Cristiane Rose Duarte, pela sua compreensão, seu incentivo e o carinho com que me acolheu.

Obrigada, professoras Andrea Queiroz Rego, Maria de Lourdes Oliveira Luz e Regina Cohen, por aceitarem o convite de participar das bancas e pelas grandiosas contribuições ao meu trabalho.

Agradeço ao engenheiro do Banco do Brasil, Chistian Seíça, por me dar o apoio necessário no trabalho para que pudesse estar presente as aulas do mestrado. Seu apoio foi fundamental!

Agradeço a todos os professores do Mestrado Profissional que me deram ferramentas essenciais para a construção deste trabalho.

Aos meus amigos, colegas de turma, Maria Cristina Ventura, Ary Ney Chaikoski, Lucas Vilela, Thiago Rangel, Simone Viana, Marcos Bittencourt, Bruno César, Daniel Athias, Mayra Rolim e em especial, a Rodrigo Sgarbi, Victor Filipe e Silvia Scoralich, pela troca sempre constante de informações e pela disposição em sempre tirar minhas dúvidas!. Um prazer imenso estar com vocês!

Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho apresenta um exercício de reflexão sobre a viabilidade de reabilitação de um edifício tombado, de valor histórico e de qualidade estética inquestionável, tornando-o não apenas acessível a todos, mas, também, passível de ser reapropriado pelo seu novo uso.

Este trabalho traz o estudo de caso do edifício de propriedade do Banco do Brasil, no Centro Histórico de Petrópolis, construído em 1926, em estilo eclético que, apesar da situação central na cidade e de sua qualidade arquitetônica inegável, permanece vazio, sem uso algum e teve seu espaço interior bastante alterado. Um dos motivos alegados para sua desativação foi o fato de que não haveria condições de torná-lo acessível a pessoas com deficiência.

O estudo que está na base desta dissertação buscou averiguar se seria possível restaurar a beleza e grandiosidade do edifício original ao mesmo tempo em que se permite o usufruto desse bem. Propõe e discute uma proposta de projeto experimental que o transformaria em um centro cultural e gastronômico aberto a todos os indivíduos, inclusive aqueles que possuem dificuldade de locomoção e pessoas com deficiência.

Em nossas conclusões apontamos para a importância da ampliação do conceito de patrimônio para que não “congele” o objeto no seu tempo passado, impossibilitando ações indispensáveis para garantir sua usabilidade e conseqüentemente sua preservação para as gerações futuras.

Palavras – chave: Restauração, Banco de Petrópolis, Desenho Universal, acessibilidade, patrimônio arquitetônico, reabilitação

## ABSTRACT

The present work presents a reflection exercise on rehabilitation feasibility of a listed building, which has historical value and unquestionable aesthetic quality, making it possible not only to be accessible to all people, but also to be subject to reappropriation by its new use.

This work is about the case study of a Banco do Brasil property located at the Petrópolis City Historic Center, which was built in 1926 in an eclectic style, and remains empty and unused, despite its central location in the city and its undeniable architectural quality, and its interior space have been greatly altered. One of the claimed reasons for its deactivation was the fact it would not be possible to make it accessible to people with disabilities.

The study that supports this work sought to ascertain if it would be possible to restore the beauty and greatness of the original building while allowing to enjoy it. It discusses a proposal for an experimental project that would transform it into a cultural and gastronomic center available to all individuals, including those ones showing locomotion difficulties and people with disabilities.

In our conclusions we point to the importance to enlarge the concept of patrimony, so that it does not freeze the object in its past time, making it impossible to take indispensable actions to guarantee its usability and consequently its preservation for future generations.

## SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Conceituação e discussões de base	6
1.1. A importância do uso para a preservação do edifício	6
1.2. Acessibilidade – Conceito, leis e normas	13
1.2.1. Pessoas com deficiência	13
1.2.2. Acessibilidade e Desenho Universal	14
1.2.3. Leis e normas de acessibilidade	19
1.3. Exemplos de intervenções no Brasil e no mundo	22
Capítulo 2 – O Edifício do Banco de Petrópolis	30
2.1. A sua localização no Centro Histórico de Petrópolis e seu histórico	30
2.2. Caracterização atual do estado	38
2.3. Principais barreiras à acessibilidade do edifício	48
Capítulo 3 – Proposta de intervenção	55
3.1. Proposta de utilização do edifício e diretrizes de intervenção	55
3.2. Projeto de intervenção e soluções de acessibilidade	57
3.3. Reflexões sobre as diretrizes para intervenções em bens patrimoniais com base no Desenho Universal	69
Considerações finais	71
Referências Bibliográficas	73
Apêndice	76

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Os sete princípios do Desenho Universal	<b>17</b>
<b>Figura 2</b>	Rampa de acesso a Casa das Rosas em São Paulo	<b>23</b>
<b>Figura 3</b>	Casa do Charqueador Viana – Casarão 2 e a antiga câmara, atual Prefeitura Municipal de Pelotas	<b>24</b>
<b>Figura 4</b>	Museu do Fórum Imperial. As salas de exibição são acessadas por meio de rampas metálicas	<b>25</b>
<b>Figura 5</b>	A passarela de Campo Carleo	<b>26</b>
<b>Figura 6</b>	Museu Reina Sophia. Fachada com elevadores, entrada através de rampas e acessibilidade interna as galerias	<b>27</b>
<b>Figura 7</b>	Fachada Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro	<b>28</b>
<b>Figura 8</b>	Acesso ao museu através de rampa	<b>28</b>
<b>Figura 9</b>	Rampa de acesso na entrada Presidente Vargas.	<b>29</b>
<b>Figura 10</b>	Plataformas de acesso à videoteca e ao restaurante.	<b>29</b>
<b>Figura 11</b>	Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Localização do município de Petrópolis.	<b>30</b>
<b>Figura 12</b>	Localização do município de Petrópolis.	<b>30</b>
<b>Figura 13</b>	Mapa da Estrada Real.	<b>31</b>
<b>Figura 14</b>	Desenho original do Plano Koeler, de 1846.	<b>32</b>
<b>Figura 15</b>	Planta aerofotogramétrica do centro da cidade, com a delimitação do Centro Histórico de Petrópolis.	<b>33</b>
<b>Figura 16</b>	Desenho livre sobre aereo – Centro Histórico de Petrópolis – Localização do objeto de estudo. Em vermelho os prédios com tombamento integral, em amarelo, parcial e rosa, individual.	<b>33</b>
<b>Figura 17</b>	Escritura de compra e venda do terreno da Av. XV de Novembro – 1925.	<b>34</b>
<b>Figura 18</b>	Fachada do edifício do Banco de Petrópolis.	<b>35</b>
<b>Figura 19</b>	Hotel Bragança em 1874.	<b>36</b>
<b>Figura 20</b>	Vista da Rua do Imperador e o Banco de Petrópolis na década de 40 e em 2013.	<b>38</b>
<b>Figura 21</b>	Interior do Banco de Petrópolis. Vista do hall de entrada no térreo em 1928 e em 2018.	<b>39</b>

<b>Figura 22</b>	Vista do hall de entrada. A direita da porta principal, a vitrine que abrigava o mecanismo do relógio da fachada.	<b>40</b>
<b>Figura 23</b>	Escada de acesso ao 2º pavimento, em mármore rosa.	<b>40</b>
<b>Figura 24</b>	Vista do hall de acesso ao 2º andar, em 1928 e em 2008, com a laje construída em 1966, que deu origem ao 1º andar, ainda com a agência do Banco do Brasil em funcionamento. As janelas foram retiradas com a construção da laje.	<b>41</b>
<b>Figura 25</b>	Corte esquemático indicando a cronologia da construção da laje, em duas etapas e corte original, de 1966, com carimbo de aprovação da Prefeitura de Petrópolis.	<b>42</b>
<b>Figura 26</b>	Na foto é possível observar o encontro dos dois métodos construtivos da laje que formou o 1º andar, concluído em 1966.	<b>43</b>
<b>Figura 27</b>	Segundo andar, em 1928 e em 2017.	<b>44</b>
<b>Figura 28</b>	Segundo andar, em 1928 e em 2008, ainda com a agência do Banco do Brasil em funcionamento.	<b>45</b>
<b>Figura 29</b>	Vitral no 2º andar.	<b>45</b>
<b>Figura 30</b>	Fachada principal e fachada lateral. Detalhes das esquadrias.	<b>46</b>
<b>Figura 31</b>	Embasamento em mármore de origem belga.	<b>46</b>
<b>Figura 32</b>	Principais barreiras do edifício no térreo. 1-Acesso principal, 2- acesso lateral, 3- sanitários, 4 – escadas.	<b>48</b>
<b>Figura 33</b>	Calçadas no entorno do Edifício , em 2006, antes da revitalização e em 2008,após a revitalização.	<b>49</b>
<b>Figura 34</b>	Entrada principal, ainda com a agência em funcionamento e entrada lateral, em 2006.	<b>50</b>
<b>Figura 35</b>	Hall da entrada principal, no térreo.	<b>51</b>
<b>Figura 36</b>	Corredor de acesso aos sanitários do térreo.	<b>51</b>
<b>Figura 37</b>	Escada de acesso do térreo ao 1º andar e escada de acesso ao 1º ao 2º andar.	<b>52</b>
<b>Figura 38</b>	Sanitário do térreo e 2º andar.	<b>53</b>
<b>Figura 39</b>	Rampas de acesso à plataforma de atendimento no térreo.	<b>53</b>
<b>Figura 40</b>	Piso tátil de acesso aos guichês, no 1º andar.	<b>54</b>
<b>Figura 41</b>	Entorno imediato do Banco de Petrópolis, na Rua do Imperador.	<b>56</b>
<b>Figura 42</b>	Entorno imediato do Banco de Petrópolis, na Rua Dr.Alencar Lima,,onde é possível ver ao fundo, os edifícios residenciais.	<b>56</b>

<b>Figura 43</b>	Elementos de acessibilidade no entorno do Edifício.	<b>58</b>
<b>Figura 44</b>	Em destaque, a localização da plataforma tipo <i>lift</i> na fachada principal.	<b>58</b>
<b>Figura 45</b>	Entrada principal da Rua do Imperador, com a escada recuada.	<b>59</b>
<b>Figura 46</b>	Exemplo de modelo de <i>lift</i> a ser utilizado na fachada principal.	<b>59</b>
<b>Figura 47</b>	Rampa de acesso na entrada localizada na esquina da Rua do Imperador com Dr. Alencar Lima.	<b>60</b>
<b>Figura 48</b>	Vista da entrada lateral, onde será proposto a rampa de acesso.	<b>61</b>
<b>Figura 49</b>	Localização do elevador no térreo.	<b>62</b>
<b>Figura 50</b>	Sanitários do térreo ,esquerda, sanitários masculino e feminino e a direita, sanitário PCD e sanitário família.	<b>63</b>
<b>Figura 51</b>	Área do 1º andar onde serão localizados os vestiários acessíveis para funcionários e sala de reunião.	<b>64</b>
<b>Figura 52</b>	Vista do 1º andar, onde serão localizados os vestiários de funcionários, o elevador e a sala de reunião.	<b>64</b>
<b>Figura 53</b>	Vista do 2º andar onde será instalado o restaurante e o bar.	<b>65</b>
<b>Figura 54</b>	Projeto de intervenção proposto para o 2º andar.	<b>66</b>
<b>Figura 55</b>	Vista do vitral sob o telhado em amianto.	<b>67</b>
<b>Figura 56</b>	Dutos de ar condicionado interceptando esquadria da fachada frontal, no térreo e no andar superior, duto interceptando os ornatos existentes nos pilares	<b>68</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

CCBB Centro Cultural do Banco do Brasil

CVI Centro de Vida Independente

CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico , Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

INEPAC Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NBR Norma Brasileira

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, as adaptações realizadas em objetos patrimoniais, em especial em edifícios de valor histórico, foram feitas, muitas vezes, sem seguir critérios coerentes, impondo alterações e até mesmo sua destruição parcial, como pretexto de tornar o bem “funcional”. Por outro lado, também havia o rigor das regras de preservação, onde o projeto original não poderia sofrer alteração alguma, com o argumento de que esta era a forma de preservar a memória edificada.

Hoje, as ações de preservação são mais flexíveis sem perder o rigor, principalmente nos países socialmente mais desenvolvidos. Como dizem Duarte, Cohen & Biocca, “a ação de preservação se abre para visões mais abrangentes, compreendendo que tanto a sociedade quanto a cultura que ela constrói são dinâmicas, maleáveis, vivas” (2016: 296).

A sobrevivência de um edifício resulta do conhecimento do seu valor patrimonial e da vontade da sociedade de que aquele bem se perpetue na memória das gerações futuras. Os edifícios que se impõem pela sua arquitetura são testemunhos físicos do passado e são capazes de transmitir informações preciosas sobre a vida, os costumes e hábitos de uma determinada época, assim como as alterações vividas pela sociedade.

Dentre os primeiros teóricos que buscaram o estabelecimento de critérios na intervenção de monumentos, com questões relacionadas ao uso, destaca-se a atuação do austríaco Alois Riegl que, em 1903, em “O Culto Moderno dos Monumentos”, atribui valores aos monumentos.

Ao lado do transcendente “valor artístico”, Riegl coloca, com efeito, um valor terreno “de uso”, relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Consubstancial ao monumento sem qualificação, segundo Riegl, esse valor de uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. (CHOAY, 2001, p.169). Deste modo, o valor de uso aparece inserido no valor de contemporaneidade.

Para Choay (2009), Patrimônio Histórico designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se amplia a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum. Com o passar dos anos, o próprio conceito de patrimônio sofreu revisões e ampliações que foram consolidadas por meio de documentos redigidos por instituições nacionais e internacionais responsáveis pela salvaguarda dos bens patrimoniais. Essas mudanças refletem transformações ocorridas na própria mentalidade social. Sendo assim, o conceito se tornou mais amplo e isso abriu caminho para visões mais flexíveis em projetos de revitalização e restauração.

Duarte, Cohen & Biocca (2016) consideram que o século XXI trouxe novas mentalidades que buscam um mundo mais plural e igualitário. Nesse sentido, os autores reafirmam a importância do objeto patrimonial se abrir às experiências e afetos de seus usuários como cumprimento de sua função social de inclusão de todos, ao mesmo tempo em que respeita a pré-existência e a História. Segundo os autores, o bem patrimonial pode ser considerado um Lugar de Memória no sentido cunhado por Nora (1984) quando passa a ser incorporado nas narrativas culturais da sociedade; quando, apesar do respeito à pré-existência, ele é passível de ser encarado como um elemento que une os indivíduos sociais em sua história e cultura.

Quando os referidos autores se dedicam à questão da inclusão de todos, compreendemos que, na trajetória histórica, as pessoas com deficiência viviam à margem da sociedade, sem seus direitos garantidos e vítimas de exclusão. Aliado a este fato, a grande maioria dos bens que hoje são preservados foram construídos em uma época em que as questões relacionadas à acessibilidade não eram reconhecidas.

Dessa forma, a fim de que a função social da arquitetura seja plenamente cumprida, entende-se que o acesso a todos deve ser buscado em todo projeto de reutilização do patrimônio edificado, mesmo que seu uso inicial não tenha previsto um maior leque de usuários. Isso inclui, obviamente, a abertura desses edifícios para as pessoas com deficiência, idosos, pessoas com mobilidade reduzida e toda uma gama social que, frequentemente, permanecia afastada do usufruto dos objetos patrimoniais por causa da existência de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Hoje, com o avanço das mentalidades e reconhecimento e a prática e normas dedicados à acessibilidade, os bens patrimoniais que não se adequam a esses princípios estão fora da perspectiva da inclusão social prevista, inclusive, na

Constituição Brasileira de 1988. Assim, a acessibilidade a bens culturais é uma questão primordial para assegurar o direito de igualdade sem distinção de qualquer natureza, bem como o direito das pessoas com deficiência à acessibilidade. O direito à acessibilidade garante o tratamento igualitário a todos os indivíduos.

A partir da garantia da utilização sem barreiras físicas e sociais, os objetos patrimoniais passam a adquirir novos significados para a sociedade, e através desse reconhecimento, a possibilidade de que esse bem se preserve é muito maior do que um objeto patrimonial com restrições de acesso. No entanto, nem sempre os profissionais ligados a organismos de preservação admitem essa importância, alegando o “perigo da descaracterização”.

O presente trabalho tem o objetivo de discutir se é possível intervir em um bem patrimonial mantendo suas características históricas e, ao mesmo tempo, tornando-o acessível a todos. Para verificar se isso é possível, elegemos um edifício notável que, no momento, encontra-se descaracterizado e sem uso. Estudamos uma alternativa para a sua preservação e conservação. O edifício escolhido para esse estudo foi o edifício do Banco Petrópolis, na Cidade de mesmo nome, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. O que motivou a escolha deste edifício foi o desafio de encontrar soluções para torná-lo acessível, contrapondo à ideia de impossibilidade proferida pelo atual proprietário em relação a essa questão.

Após o encerramento, em 2012, das atividades do Banco do Brasil no referido edifício, a cidade de Petrópolis até hoje vive a especulação acerca da sua destinação final. A cada dia que passa a situação do edifício sem uso se agrava. As fachadas estão com áreas em que o reboco já está solto, áreas sem a proteção da tinta e a ferrugem corrói as esquadrias metálicas originais do edifício. A beleza interna de outrora, hoje contrasta com a decadência proveniente do abandono de suas instalações.

Atualmente, o Banco do Brasil, através do seu setor de engenharia, estuda a possibilidade de restaurar a fachada em caráter emergencial, mas nada se sabe ainda sobre o destino do edifício. Uma das possibilidades é um acordo com a Prefeitura de Petrópolis para que o edifício se destine ao uso institucional da própria prefeitura. É inegável que para a cidade de Petrópolis, um equipamento cultural com várias possibilidades traria um impulso para o Centro Histórico da cidade, fomentando o turismo e possibilidade de mais um atrativo para os seus moradores.

A maior dificuldade da elaboração do projeto piloto desenvolvido nesta dissertação foi atribuir um uso que possibilitasse a inserção do edifício nas atividades cotidianas do local e, ao mesmo tempo, restituir sua grandeza e eloquência arquitetônicas. O projeto que aqui apresentamos é muito mais do que um conjunto de plantas: trata-se de uma reflexão acerca de uma intervenção física e conceitual com base nas premissas da acessibilidade universal.

Todos os conceitos, ações e reflexões materializados neste projeto experimental, de certa maneira, se entrelaçam e tendem a ter o mesmo objetivo: o restabelecimento do edifício, com a manutenção de sua funcionalidade através do mesmo uso ou de uso diferente, buscando, concomitantemente, manter e perpetuar a sua integridade formal.

Trabalhando como arquiteta contratada do Banco do Brasil, a autora desta dissertação teve a oportunidade de conhecer o “Edifício Banco de Petrópolis” na época em que o Banco estava implantando a nova sinalização visual em suas agências, em 1998. Fizemos o projeto e a exuberância do Edifício nunca saiu da nossa memória. Em 2012, o Banco do Brasil decidiu fechar o prédio, alegando problemas com sua manutenção custosa, falta de espaço para a ampliação de seus serviços e principalmente as questões de acessibilidade. Cabe informar que, em 2007, o Banco contratou um projeto de acessibilidade na parte interna, que não foi executado.

Em 2016, após quatro anos fechado, o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), órgão responsável pelo tombamento do Edifício, notificou o Banco sobre a precariedade do estado de conservação da fachada lateral. Neste momento, fizemos um projeto de mapeamento de danos a pedido do Banco e, iniciando o mestrado, vimos a possibilidade e o desafio de propor soluções de acessibilidade para que o Edifício possa ser novamente utilizado, agora não mais pelo Banco do Brasil, uma vez que o edifício está em negociação para uso pela Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Como metodologia, esta pesquisa analisou diversos projetos com a evolução dos layouts da agência existente até 2012, assim como as intervenções que modificaram a estrutura do Edifício, com a criação do 1º andar. Para embasar a intervenção, foram pesquisados os autores que relacionavam a importância do uso para a preservação do patrimônio e as recomendações existentes nas Cartas Patrimoniais. Em relação às intervenções de acessibilidade, foram analisadas as legislações pertinentes, as normas brasileiras e artigos que tratavam principalmente da importância de permitir

que um bem patrimonial fosse usufruído por todas as pessoas, sem qualquer ação discriminatória.

Além deste texto introdutório, onde procuro definir as questões e a contextualização e das considerações finais, esta dissertação desenvolve-se em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a fundamentação teórica através de uma revisão bibliográfica e cronológica das teorias relacionadas à preservação de bens culturais, em especial nas diretrizes relacionadas ao uso. Também são apresentados os conceitos de acessibilidade, as legislações mais importantes relacionadas ao tema, assim como as normas brasileiras que respaldam as ações de projeto. Na seqüência, são feitas reflexões sobre as diretrizes em bens patrimoniais com base no Desenho Universal, onde são expostas as dificuldades e a importância de valorizar as ações de acessibilidade em bens tombados.

No segundo capítulo, apresentamos o objeto de estudo, sua inserção no centro histórico da cidade de Petrópolis e seu histórico, a descrição do seu estado atual, mostrando por meio de plantas, a evolução das intervenções no Edifício até os dias atuais. Também são apresentadas as principais barreiras que impedem a acessibilidade ao edifício.

Após o estudo pormenorizado do objeto, no terceiro capítulo, apresentamos o projeto de intervenção para o Banco de Petrópolis, com um projeto experimental de uso, assim como as soluções de acessibilidade adotadas para tornar o Edifício um exemplo de inclusão para a cidade de Petrópolis.

O presente trabalho não tem a intenção de ser apenas mais um instrumento de discussão em prol da importância da acessibilidade para todos em edifícios históricos, mas também da arquitetura como importante ferramenta para a inclusão e todo o enriquecimento social e cultural que a inclusão pode trazer. Esperamos que esta pesquisa se some a outros trabalhos que buscam influenciar gestores, planejadores e arquitetos no sentido de construir espaços mais inclusivos a fim de garantir o acesso livre, independente e sem barreiras.

## Capítulo 1 – CONCEITUAÇÃO E DISCUSSÕES DE BASE

### 1.1. A IMPORTÂNCIA DO USO PARA A PRESERVAÇÃO DO EDIFÍCIO

A necessidade de intervir e adaptar um edifício de valor histórico reconhecido é uma constante na história da preservação arquitetônica. Durante séculos as intervenções em edifícios de valor histórico tinham como objetivo principal adequá-los às necessidades e exigências de sua época. Como consequência, grande parte das intervenções feitas com poucos critérios de manutenção do contexto histórico e arquitetônico em que foi criado causavam danos irreversíveis ao bem patrimonial.

A partir do século XV, com o reconhecimento dos edifícios antigos como monumentos históricos, em Roma, passou-se a evitar a destruição destes monumentos e dar a eles valor cultural, tornando-os testemunhos da história e herança para as gerações seguintes.

Na primeira metade do século XIX, os esforços de arquitetos restauradores franceses se concentravam na recuperação de palácios e igrejas que sofreram mutilações no período pós – revolucionário, portanto, as intervenções ocorridas ainda dissociavam o monumento de sua função. A reutilização destes edifícios não era discutida, assim como as implicações decorrentes, causando às “gerações seguintes um olhar preconceituoso em relações às adaptações” (LYRA, 2016, p.20).

De fato, a Revolução Francesa havia levado uma série de edifícios à destruição, como: igrejas incendiadas, castelos saqueados e uma série de atos de vandalismo. A partir da nomeação da *Commission des Monuments Historiques*, em 1830, as discussões e debates acerca da conservação e restauração dos monumentos se intensificaram. Ludovic Vitet<sup>1</sup>, responsável pela Comissão, tem como grande conselheiro Viollet-le-Duc<sup>2</sup>, que imprimiu ao campo da restauração sua marca pessoal e bastante polêmica.

Viollet-le-Duc em seu verbete “Restauração” do *Dictionnaire Raisoné de l’Architecture*, publicado em 1854, faz uma descrição sobre a importância do uso dos

---

<sup>1</sup>Ludovic Vitet (1802-1873) – Historiador francês e crítico de arte, foi inspetor geral dos monumentos históricos da França entre 1830 e 1834.

<sup>2</sup>Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) – Arquiteto francês, escritor, diretor de canteiro de obras e desenhista.

monumentos e que o lado prático não pode ser negligenciado, cabendo ao arquiteto a responsabilidade de garantir que o edifício não perca a comodidade que tinha antes, após a restauração:

Uma vez que todos os edifícios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado prático para se encerrar totalmente no papel do restaurador de antigas disposições fora de uso. Proveniente das mãos do arquiteto, o edifício não deve ser menos cômodo do que era antes da restauração. (VIOLLET-LE-DUC,2000, p.64).

Embora Viollet-le-Duc descreva a importância do uso do edifício no seu verbete “Restauração”, fica claro que esse uso não pode trazer modificações consideráveis a ponto de trazer malefícios ao edifício a restaurar:

Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações (VIOLLET-LE-DUC,2000, p.65).

Portanto, justificando seu viés intervencionista, as adaptações deveriam trazer conforto aos usuários e Viollet-Le-Duc sugere ainda em seu verbete que as ações dos arquitetos deveriam se voltar para a solução desses problemas. Mesmo naquela época, ele demonstra que a adequação do edifício com novas tecnologias é uma necessidade concreta e vai além do ato de restaurar:

Que um arquiteto se recuse a fazer com que tubos de gás passassem dentro de uma igreja a fim de evitar mutilações e acidentes é compreensível, pois é possível iluminar o edifício com outros meios; mas que não consista na instalação de um calorífero, por exemplo, sob o pretexto de que a Idade Média não havia adotado esse sistema de aquecimento nos edifícios religiosos, que ele obrigue assim os fiéis a se resfriar por causa da arqueologia, isso cai no ridículo. Uma vez que esses meios de aquecimento exigem tubos de chaminé, ele deve proceder como teria feito um mestre da Idade Média se estivesse na obrigação de instalá-lo, e, sobretudo não tentar dissimular esse novo membro [...]. (VIOLLET-LE-DUC,2000,p.66).

Outros teóricos como John Ruskin<sup>3</sup> e Camillo Boito<sup>4</sup> trouxeram grandes contribuições para as discussões sobre intervenção, conservação e restauração, mas nenhum deles em suas teorias se referem aos aspectos funcionais dos edifícios.

Dentre os primeiros teóricos que buscaram o estabelecimento de critérios na intervenção de monumentos, com questões relacionadas ao uso, destaca-se a atuação de Alois Riegl<sup>5</sup> que, em 1903, em “O Culto Moderno dos Monumentos”, atribui valores aos monumentos.

Ao lado do transcendente “valor artístico”, Alois Riegl coloca, com efeito, um valor terreno “de uso”, relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Citando Riegl, Choay (CHOAY,2001, p.169) comenta que, consubstancial ao monumento sem qualificação, esse valor de uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. Deste modo, o valor de uso aparece inserido no valor de contemporaneidade.

Alois Riegl exemplifica em seu livro o incômodo causado pela falta de utilização que um monumento pode trazer tanto na cidade no qual está inserido quanto aos indivíduos usuários destes monumentos:

Quem gostaria de ver, por exemplo, a cúpula de São Pedro em Roma sem o movimento dos visitantes e o acompanhamento do culto? Mesmo entre os adeptos do culto da antiguidade, a visão das ruínas de uma igreja em uma rua movimentada ou o resto de uma residência incendiada por um raio, ainda que indiquem uma construção de vários séculos atrás provocaria mais incômodo do que prazer. Trata-se de obras que estamos acostumados a ver em plena utilização pelos homens e a falta de uso, que nos é familiar, incomoda-nos, por apresentar os efeitos de uma destruição violenta, intolerável mesmo para o culto de antiguidade. (RIEGL, 2014, p.68).

Para Riegl, mesmo as pessoas que cultuam o valor de antiguidades e incomodam com a presença de uma ruína dentro de uma cidade, e a falta de uso, sem a movimentação cotidiana, traz uma morte lenta ao monumento.

---

<sup>3</sup>Effie Gray John Ruskin (1819-1900) - Escritor britânico, crítico de arte , crítico social, poeta e desenhista. Autor do livro *The Seven Lamps of Architecture* (As Sete Lâmpadas da Arquitetura), escrito em 1849.

<sup>4</sup> Camillo Boito (1836-1914) – Arquiteto italiano, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico e literato.

<sup>5</sup>Alois Riegl (1858-1905) - Historiador de arte vienense, autor do livro *Der Moderne Denkmalkultus* ( O Culto Moderno dos Monumentos), escrito em 1903.

No início do século XX, Gustavo Giovannoni<sup>6</sup>, alinhado com os pensamentos de Boito, descreve no verbete para a Enciclopédia Italiana a definição de monumentos vivos e monumento mortos, no qual ressalta a questão do uso:

Uma é aquela entre monumentos mortos e monumentos vivos, sendo os primeiros afastados da arte e da civilização modernas, respondendo os segundos, a um conceito e uma destinação que ainda subsiste. Estão entre os primeiros os monumentos da Antiguidade, para os quais se deve ordinariamente excluir uma utilização prática e uma transformação do estado de ruína com o acréscimo apenas de obras essenciais. Entre os segundos, há os palácio e igrejas, para os quais pode parecer oportuno do ponto de vista prático e, com freqüência, também ideal, reconduzi-los a uma função concreta não muito distante da primitiva, de modo que o problema da repriminção, mesmo circundado de toda garantia, volta a apresentar-se. (GIOVANNONI, 2013, p.196).

Giovannoni considera que os monumentos mortos já cumpriram sua função e que as intervenções só poderiam ser feitas para garantir a manutenção do monumento, já os monumentos vivos a questão da preservação se daria principalmente resgatando seu uso, mesmo que diferente do original ao qual o monumento foi destinado.

Ao longo da trajetória que sempre permeou as discussões acerca da proteção do patrimônio histórico, da restauração e conservação, em momentos diversos e em vários países, aconteceram encontros, congressos e seminários que delinearão e aprofundaram todas essas questões e tiveram como produto final documentos que até hoje norteiam as intervenções no patrimônio em diversos países. A compilação desses documentos é reconhecida como Cartas Patrimoniais.

Algumas das Cartas Patrimoniais definem a questão do uso dos edifícios históricos.

Na Carta de Atenas em 1931, há referência a questão do uso:

A conferência recomenda que se mantenha a utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-o sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico e artístico. (CURY, 2000, p.13).

Trinta anos após a Carta de Atenas, a questão relativa ao uso voltou a ser tratada no 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que

---

<sup>6</sup> Gustavo Giovannoni (1873-1947) - Arquiteto italiano, engenheiro civil, historiador e crítico de arquitetura. Foi considerado um dos mais importantes intervenientes da Conferência de Atenas, de 1931, que originou o primeiro documento internacional publicado que definiu as regras de proteção e salvaguarda dos monumentos: a Carta de Atenas.

deu origem a Carta de Veneza. No artigo 5º da Carta, no capítulo referente à Conservação a questão do uso é abordada:

Art.5ª A conservação de monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (CURY, 2000, p.92).

O artigo 5º da Carta de Veneza descreve que ao conservar o monumento, a sua função útil é devolvida a sociedade, mas que se deve impor limite para que este ato não desfigure o monumento e que as modificações a serem realizadas devem ser criteriosas para que o monumento continue cumprindo sua função. Em 1967, três anos após a Carta de Veneza ser divulgada, ocorre em Quito uma reunião patrocinada pelas Organizações dos Estados Americanos (OEA). Resultou-se do encontro o documento denominado Normas de Quito, que na parte VI de sua redação o tema da reutilização é abordado:

4. Em síntese, a valorização do patrimônio monumental e artístico implica uma ação sistemática, eminentemente técnica, dirigida no sentido de utilizar todos e cada um desses bens conforme a sua natureza, destacando e exaltando suas características e méritos, até colocá-los em condições de cumprir plenamente a nova função a que estão destinadas. (CURY,2000,p.111).

Apesar da Norma de Quito mencionar a questão da reutilização do monumento, o documento não traz diretrizes próprias para viabilizar o uso, mas recomenda que ainda se utilize a Carta de Veneza como norma mundial a ser seguida em matéria de preservação de sítios e monumentos históricos. O encontro reforçou que a melhor maneira de valorizar os monumentos é fomentando a indústria do turismo e a valorização econômica do patrimônio.

A Carta do Restauo, de 1972, foi divulgada através do Ministério da Instrução Pública, pelo governo italiano. Embora a Carta esteja mais voltada para a Itália, o documento reúne uma série de recomendações que puderam ser aproveitadas universalmente. No Anexo B do documento a questão do uso é abordada:

Sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos, vem-se considerando detidamente a possibilidade de novas utilizações para os

edifícios monumentais antigos, quando não resultarem incompatíveis com os interesses históricos- artísticos. As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da sequência dos espaços internos. (CURY,2000, p.157).

Essa descrição da Carta do Restauro descreve a possibilidade real de novos usos, conservando o aspecto exterior dos monumentos, sem que as alterações internas não modifiquem a tipologia, a estrutura e a sequência espacial interna.

Outras Cartas foram surgindo através dos encontros de vários países que visavam fornecer, através dos documentos finais, resoluções que viessem a atender diversos aspectos relacionados ao patrimônio. A questão do uso voltada para o turismo foi relatada na Carta de São Domingos, de 1972, e também na Declaração de Sofia, em 1996.

A Declaração de Amsterdã e a Recomendação de Nairóbi, realizada em 1975, afirmam em seus documentos finais que as construções antigas podem receber novos usos que condizem com a vida contemporânea, em benefício da sua conservação.

A Carta de Burra, documento internacional resultante do congresso realizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)<sup>7</sup>, na cidade de Burra, na Austrália, em 1980, faz referências às adaptações e usos compatíveis dos monumentos:

- a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural.
- a expressão uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.(CURY, 200, p.248-249).

Como se vê, há uma busca na compatibilização do uso com os atributos físicos e históricos, mas ainda aparece muito engessamento sobre modificações, que devem ser “reversíveis” ou que criem um “impacto mínimo”, sem deixar claro o que esse impacto poderia representar.

A Carta de Washington, documento final do encontro realizado nos Estados Unidos, em 1987, trata da questão relativa ao uso no contexto mais amplo de intervenção em

---

<sup>7</sup>Icomos - Associação civil, não governamental global ligada a UNESCO ( União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), sediada em Paris. A sua missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios.

idades históricas onde as novas funções devem ser compatíveis com o caráter a vocação e a estruturas dessas cidades.

Em 1988, o Comitê Brasileiro do Icomos, organizou em Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Iº Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, que resultou na Carta de Petrópolis, que define as recomendações de uso das edificações em sítios urbanos históricos. A Carta enfatiza a adequação dos edifícios para a habitação popular como prioridade e condena o uso dessas cidades com atividades voltadas exclusivamente para o turismo, o que acarretaria a saída da população local dos centros históricos.

Em 1995 é apresentada a Carta de Brasília que trata da relação entre a autenticidade e outros valores, como identidade, mensagem, contexto e materialidade. A renovação de uso dos edifícios de valor cultural é descrita no item relativo a “Conservação da autenticidade:

A adoção de novos usos para aqueles edifícios de valor cultural é factível sempre que exista reconhecimento apriorístico do edifício e diagnóstico preciso de quais as intervenções que ele aceita e suporta. Em todos os casos, é fundamental a qualidade da intervenção, e que os novos elementos a serem introduzidos sejam de caráter reversível e se harmonizem com o conjunto. (CURY, 2000, p.327).

Não se pode deixar de observar que a questão do uso sempre permeou os debates entre os teóricos do restauro, uns com uma visão mais ampla sobre como reutilizar o monumento e outros com regras mais rígidas. As Cartas Patrimoniais são reconhecidas por refletir as preocupações internacionais acerca dessas reutilizações, como se deve proceder para que o monumento não perca a sua capacidade da sua essência ser transmitida as gerações futuras.

## 1.2. ACESSIBILIDADE - CONCEITO, LEIS E NORMAS

### 1.2.1 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em muitos momentos da história da humanidade, ser diferente foi considerado uma sentença de morte. Em muitos casos, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, eram excluídas do convívio em sociedade.

O modo de encarar a deficiência está intimamente relacionado ao processo histórico de cada período e reflete o contexto em que se insere. Só há modificações quando as condições históricas se alteram (CAMBIAGUI, 2012, p.23).

Os gregos e romanos, povos que usavam o físico como parte de suas conquistas territoriais, onde se exaltava a força e a habilidade em seus exércitos não acolhiam pessoas com deficiência na sociedade em que conviviam.

No Direito Romano, o extermínio de recém-nascidos era previsto em lei. O procedimento era chamado de “exposição”, onde crianças com deformidades eram mortas ou abandonadas em locais ermos, muitas vezes a margem do Rio Tibre. A exposição tinha o objetivo de eliminar a “má sorte” e as “maldições” que a criança supostamente traria à família com o passar do tempo.

As crianças maiores e os adultos que conseguiam sobreviver à barbárie imposta pelos familiares eram explorados para obter volumosas esmolas quando expostas nas ruas. Durante a Idade Média, as pessoas com deficiência eram isoladas do convívio social, e recolhidas em instituições.

A situação das pessoas com deficiência só começa a se modificar na Idade Moderna e no Renascimento devido aos avanços da medicina e de uma maior preocupação em acolher essas pessoas. Nesse momento, surgem as primeiras escolas destinadas a deficiências específicas, como escola para surdos e escolas para cegos.

O grande passo para a inclusão das pessoas com deficiência foi a promulgação da “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”<sup>8</sup>, na Assembléia Geral das

---

<sup>8</sup> Trata-se do termo usado na época. Atualmente usa-se a denominação “pessoa com deficiência”

Organizações das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1975. O termo pessoa deficiente é definido como:

O termo pessoa portadora de deficiência, identifica aquele indivíduo que, devido a seus "déficits" físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano normal. (ONU,1975)

Em 1976, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adota a Resolução WHA29.35<sup>9</sup>, na qual é aprovada a "Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens" (CIDID), em caráter experimental. Tratava-se de uma classificação de deficiências e desvantagens, em um suplemento adicional e não mais como parte integrante da "Classificação Internacional de Doenças" (CID)<sup>10</sup>. Esta desvinculação permitiu a deficiência não fosse mais tratada como doença.

Em 2001 é publicada a resolução WHA54.21<sup>11</sup>, onde o conceito é atualizado e institui a "Classificação Internacional de Funcionalidade" (CIF)<sup>12</sup>, que visa não somente o indivíduo, mas também o ambiente no qual está inserido permitindo uma avaliação mais completa.

### 1.2.2 – ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

Adaptar um edifício de valor histórico não se trata somente de trazer benefícios para as pessoas com deficiência, mas para todos os indivíduos usuários do patrimônio em geral. As pessoas possuem diferenças entre si, há limitações físicas, sensoriais e intelectuais e essas mudanças além de pessoais refletem a diversidade de condições humanas. Essa diversidade representa, na verdade, uma grande riqueza cultural e social e deve ser considerada no planejamento das cidades. Para tanto, é necessário que as políticas governamentais estejam alinhadas e desenvolvam práticas para promover acesso de todas as pessoas a todos os espaços indiscriminadamente.

A Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência do governo federal reafirma a acessibilidade como um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas e deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, bem como em outros

---

<sup>9</sup> Aprovada em maio de 1976, na 29ª Assembléia Mundial de Saúde.

<sup>10</sup> Segundo a OMS, a CID fornece informações para a padronização de diagnósticos de doenças

<sup>11</sup> Aprovada em maio de 2001, na 54ª Assembléia Mundial de Saúde.

<sup>12</sup> Segundo a OMS, a CIF tem aplicação universal e aponta a funcionalidade de qualquer pessoa, não sendo exclusivamente as pessoas com deficiência.

serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

A acessibilidade é um processo de transformação do ambiente e de mudança da organização das atividades humanas que pode minimizar o efeito de uma deficiência. Portanto, requer uma mudança não só física, mas também uma mudança de atitudes.

Segundo Sasaki (2009), a noção de acessibilidade surgiu nos anos 50, a partir da denúncia de profissionais de reabilitação que viam a dificuldade de seus pacientes em transpor barreiras físicas nos espaços urbanos, edifícios e meios de transporte coletivos. Essas barreiras impediam ou dificultavam a locomoção de pessoas com deficiência. Ainda segundo o referido autor, a acessibilidade não se restringe somente a eliminação de barreiras arquitetônicas, e para que um ambiente se torne inclusivo, as seis dimensões de acessibilidade devem ser respeitadas e implementadas gradativamente. São elas: acessibilidade arquitetônica, com a eliminação de barreiras ambientais físicas, a acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal, a acessibilidade metodológica, eliminando as barreiras nos métodos e técnicas de trabalho, a acessibilidade instrumental, eliminando as barreiras nos utensílios e instrumentos de trabalho, a acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas (leis, decretos, resoluções, e a acessibilidade atitudinal, eliminando o preconceito, os estigmas, estereótipos e discriminações.

Nos anos 60, nos Estados Unidos, as universidades iniciaram movimentos que visavam à eliminação de barreiras em seus recintos, como nas áreas externas, estacionamentos, salas de aula, bibliotecas e lanchonetes. Nos anos 70, em Berkeley, na Califórnia, a criação dos primeiros CVIs<sup>13</sup> impulsionou o exercício da independência e da autonomia das pessoas com deficiência.

Na década de 80, surge o conceito do Desenho Universal, ampliando a questão da acessibilidade, que abrange não só as barreiras arquitetônicas, mas também a comunicacional, atitudinal, metodológica, instrumental e a programática.

---

<sup>13</sup>CVIs – Centro de Vida Independente.

O conceito de Desenho Universal foi criado por Ron Mace<sup>14</sup>, nos Estados Unidos. Em 1985, o arquiteto usou pela primeira vez o termo que significa a criação de produtos e espaços que podem ser usados pelo maior número de pessoas possíveis sem precisar de adaptações ou projetos especiais. Para Ron Mace, os espaços, equipamentos e até mesmo as comunicações não deveriam ser pensados somente para as pessoas com deficiência, mas sim, a qualquer pessoa.

Na década de 90, o próprio Ron Mace criou um grupo com arquitetos e defensores desses ideais, sediado na Escola de Design da Universidade da Carolina do Norte (*Scholl of Design of North Carolina State University*), nos Estados Unidos, para o aprofundamento dos estudos sobre ergonomia. Esse grupo estabeleceu os sete princípios do Desenho Universal. Tais princípios representam uma atitude projetual e são mundialmente adotados para programas de acessibilidade. São eles:

1. Uso equitativo
2. Uso flexível
3. Uso simples e intuitivo
4. Informação fácil e perceptível
5. Tolerância ao erro
6. Baixo esforço físico
7. Dimensão e espaço para a aproximação e uso

---

<sup>14</sup>Ronaldo L.Mace (1941-1998) se formou pela Escola de Design da Universidade da Carolina do Norte, em 1966. Aos nove anos de idade contraiu pólio, e se tornou usuário de cadeira de rodas a maior parte de sua vida.

# Desenho Universal

A compreensão e o respeito à diversidade, enquanto fenômeno inerente à condição humana, deve estimular e viabilizar soluções que construam uma sociedade centrada em todos os indivíduos. A seguir, sete princípios do desenho universal:



Figura 1 - Os sete princípios do Desenho Universal.

Fonte: <http://www.casadaptada.com.br/2015/11/veja-o-que-mudou-na-nova-norma-de-acessibilidade/principios-do-design-universal/>

É possível constatar que o Desenho Universal foi pensado para atingir um número maior de pessoas, de forma a atender toda a diversidade humana, buscando conforto e segurança para todos. Também vale ressaltar que esse conforto promove a qualidade de vida, de todos os cidadãos e garante que todos possam desfrutar de qualquer espaço sem que receba um tratamento diferenciado e discriminatório por causa de suas características pessoais (CAMBIAGHI, 2012, p.81).

Na terceira atualização da norma da ABNT NBR 9050/15, o conceito de Desenho Universal já está incorporado e está apresentado na nova norma no Anexo A (informativo), onde define o conceito e descreve seus princípios.

Com o passar dos anos e com o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, o conceito de acessibilidade ganha contornos mais atuais. Não só o meio físico é importante, mas a relação do homem com o espaço, e as sensações que ele pode provocar. Com isso, um novo conceito de acessibilidade surge para ressignificar a relação entre a acessibilidade, o homem e o espaço.

O conceito de Acessibilidade Emocional (DUARTE e COHEN, 2018), antes denominado Acessibilidade Plena, se tornou público em 2013, através do artigo “Acessibilidade Plena a Museus: perspectivas de uma acessibilidade cultural, sensorial e emocional” (DUARTE; COHEN; BRASILEIRO e LIRA, 2013). Para as autoras, somente a eliminação das barreiras físicas não é suficiente para solucionar os problemas de acessibilidade aos espaços, mas os espaços devem propiciar aos usuários uma sensação de pertencimento:

A Acessibilidade Emocional tem como pressuposto que, apenas uma boa acessibilidade física não é suficiente: é imprescindível gerar empatia e promover condições de experimentação do Lugar. Este conceito busca ressaltar que o planejamento da acessibilidade ao espaço construído vai muito mais além do que o conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência, levando a exclusão espacial destes grupos como resultado de soluções exclusivas e se volta, principalmente, para a necessidade de adoção de aspectos emocionais e afetivos que resultam em num espaço que acolhe a todos os usuários em potencial. (DUARTE e Cohen, 2013).

Diante desta definição, a Acessibilidade Emocional, adquire um contexto mais amplo, que coloca o indivíduo e suas sensações diante dos espaços como fio condutor para a compreensão do sentido verdadeiro de acessibilidade.

### 1.2.3 – LEIS E NORMAS DE ACESSIBILIDADE

O século XXI iniciou trazendo importantes iniciativas para a defesa dos Direitos Humanos no Brasil. O Governo Federal publica em 2000, duas importantes leis relativas a acessibilidade e inclusão. No Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamenta as Leis nº10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelece definições que facilitam claramente as pessoas com deficiência que serão beneficiadas com a lei: pessoas portadoras de deficiência (deficiência física, auditiva, visual, intelectual e pessoa com mobilidade reduzida).

Em 06 de julho de 2015 foi sancionada a Lei Federal nº 13.146, Lei Brasileira da Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como base a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional. Ao entrar em vigor em 06 de janeiro de 2016, a LBI se consolidou como uma vitória dos militantes e movimentos sociais que, por mais de dez anos foi amplamente discutida por esses setores da sociedade.

A LBI organiza em uma única lei nacional temas referentes a acessibilidade que estavam dispersos em outras leis, decretos e portarias. Outro fato importante foi a mudança de paradigma em relação à mudança do modelo médico para o modelo social voltado para os direitos humanos. A deficiência era apenas definida por critérios técnicos, e, a após a aplicação da lei, o meio ambiente em que a pessoa está inserida tem influência direta sobre a pessoa com limitação funcional.

Com este modelo social da deficiência fundamentada nos direitos humanos, onde a dignidade humana, a autonomia, as oportunidades igualitárias e a solidariedade devem estar presentes como direitos fundamentais, toda a sociedade se torna também corresponsável pela inclusão das pessoas com deficiência, seja através da mudança nas barreiras de comunicação, nas barreiras atitudinais e também nas barreiras arquitetônicas, com o intuito de evitar a exclusão.

No que concerne à questão da readequação do Patrimônio, o marco legal em que se convergiram os temas ligados a preservação e a acessibilidade no Brasil foi a

promulgação da Lei Federal 10.048<sup>15</sup> de 19 de dezembro de 2000 que em seu artigo 25 determina:

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

As adaptações à acessibilidade não encontravam referências diretas e de ordem prática, até que em 25 de novembro de 2003, o IPHAN<sup>16</sup> lança a Instrução Normativa nº 1 – IN-01, onde são apresentadas as considerações a respeito da adaptação de bens culturais imóveis tendo como base as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000<sup>17</sup>, assim como as normas da ABNT.

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 já define em seu artigo 30, que as adaptações a acessibilidade em bens culturais imóveis devem seguir a regulamentação do IPHAN:

Art. 30. As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003.

Em 2015, com a instituição da Lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão, como visto anteriormente, o artigo 30, do Decreto 5.296/2004, passa a ser definido na seção 2º, do artigo 42, que trata do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, e a forma como se dá a acessibilidade física a bens do patrimônio cultural e ambiental prevê:

O Poder Público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

---

<sup>15</sup> Lei nº 10.048/2000 - As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

<sup>16</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>17</sup> Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O artigo 42 não cita mais o nome do órgão responsável pelo patrimônio histórico, mas mantém como premissa a instrução normativa do IPHAN como base para as alterações que possam vir a ocorrer em bens tombados que venham a ser modificados pela adoção de soluções de acessibilidade.

Embora o texto da instrução normativa do IPHAN apresente algumas considerações em relação a acessibilidade ao bem tombado, ainda há dentro dos órgãos de preservação uma grande resistência a alterações consideráveis em bens que necessitam ser acessíveis a todas as pessoas. Essa resistência se contrapõe a obrigatoriedade de aplicação da lei de acessibilidade, criando um grande impasse dentro dos órgãos de preservação.

No Brasil, a primeira norma que trata do tema acessibilidade, embora no título ainda não apareça esse conceito: *ABNT NBR 9050 – adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa com deficiência*, de 1985. A norma estabelece as condições, padrões e medidas com o objetivo de propiciar melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e as vias urbanas.

Em 1994, a NBR9050 sofre a primeira revisão, já com o conceito de acessibilidade presente em seu título: *ABNT NBR9050 -acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Dez anos depois, em 2004, a norma sofre nova revisão, retirando do seu título o termo “pessoas portadoras de deficiência”.

Em 2015, a norma sofreu sua terceira revisão, mantendo o mesmo título de 2004, mas revisando o conceito de acessibilidade a uma forma mais ampla.

A cada revisão, incluindo a abertura em consulta pública, a norma ABNT 9050 busca aperfeiçoar os parâmetros técnicos que levam em conta as necessidades e a diversidade dos indivíduos.

Em 2016, foi criada a primeira edição da norma ABNT 16537, que trata especificamente de sinalização de piso tátil, trazendo diretrizes para elaboração de projetos e instalação que visam dar condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual ou surdo – cegueira.

Contudo, apesar das normas e leis, o tema da acessibilidade continua gerando controvérsias e discussões pouco conclusivas, portanto verifica-se que as normas ainda não são suficientes para alavancar mudanças significativas na acessibilidade em bens tombados.

Para que a acessibilidade em bens tombados seja realmente uma realidade para todas as pessoas, devemos analisar se a supressão de uma barreira se sobrepõe ao direito do indivíduo de usufruir do bem em questão.

### 1.3 – EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO

A fim de situar este trabalho no conjunto de projetos e dificuldades existentes, este subitem comenta o estado da arte por meio de exemplos de bens culturais, no Brasil e no mundo, que receberam ações de adaptação para garantir a acessibilidade pelas mais diversas pessoas.

Assis (2012), , em um de seus estudos de caso, faz uma análise pormenorizada da acessibilidade da Casa das Rosas (Fig.2), projetada pelo escritório de Ramos de Azevedo e implantada na Avenida Paulista, no centro de São Paulo. Atualmente, a Casa das Rosas funciona como centro cultural. Segundo a autora, a entrada de cadeirantes era feita por meio de rampa portátil e salienta que o pedido de instalação de uma rampa de acesso pela administração do local, estava parada há quatro anos no CONDEPHAAT<sup>18</sup>, o órgão responsável pela bem tombado. Somente em 2015, a rampa foi instalada. Segundo a autora, a preservação não deveria ser um entrave à acessibilidade: “Quando um lugar é tombado, seja em esfera municipal, estadual ou federal, é porque há um grupo amplo de pessoas com interesse nele. Impedir que alguém frequente esse lugar para mantê-lo preservado não faz sentido algum.”<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

<sup>19</sup> (Assis apud. Shimo Sajai, 2015)



Figura 2 - Rampa de acesso a Casa das Rosas em São Paulo

Fonte: <https://turismoadaptado.com.br/preservacao-pode-ser-entrave-a-acessibilidade-em-patrimonios-culturais/>. Acesso em 09/2018.

Este exemplo ilustra outros entraves encontrados no Brasil, onde, muitas vezes, a interpretação do conceito de Patrimônio e as próprias leis dela oriundas representam entraves à participação de todos em locais destinados à cultura.

Outro estudo interessante em acessibilidade em edificações históricas, foi descrito por Bins Ely (2010), que aplica a metodologia do Passeio Acompanhado, desenvolvido por Dischinger (2000). O método consiste em visitas acompanhada aos locais de estudo, com pessoas com deficiências ou com restrições para exercer as atividades no ambiente proposto, bastante semelhante à metodologia dos Percursos Comentados desenvolvido por Thibaud e Chelkoff (1997).

A autora fez a análise de duas edificações históricas na Cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a antiga Residência do Charqueador Viana – Casarão 2 e o edifício da antiga câmara, atual Prefeitura Municipal de Pelotas (Fig.3), que passaram por intervenções do Programa Monumenta. Após a aplicação da metodologia, verificou-se que as pessoas com e sem deficiências, encontraram dificuldades em relação à orientação espacial. Segundo a autora, o grande impasse sobre promover a acessibilidade em edificações históricas está na origem dos projetos elaborados que não atendem às pessoas fora do “padrão”. Faz também uma crítica à Instrução Normativa N°1 do IPHAN (2003), que, apesar de oferecer algumas diretrizes para a

acessibilidade em bens culturais, ainda é muito genérica, o que dificulta a tomada de decisões em casos onde a acessibilidade entra em confronto com a preservação do bem patrimonial.



Figura 3 - Casa do Charqueador Viana – Casarão 2 e a antiga câmara, atual Prefeitura Municipal de Pelotas.

Fonte: <http://www.mochilinhagaucha.com.br/2016/11/centro-historico-expresso-quindim-doces-imperatriz-pelotas.html>. Acesso em 09/2018.

No âmbito das intervenções internacionais em acessibilidade, destacamos a intervenção no Mercado de Traiano, em Roma, conforme demonstrado por Duarte, Cohen e Biocca (2016).

O Mercati de Traiano é um complexo arqueológico considerado único no mundo por representar um “bairro”, que evoluiu a partir de uma cidade da idade imperial e que sofreu evoluções até os atuais. O Museu do Fórum foi inaugurado em 2007. A intervenção no Mercati di Traiano consiste em dois projetos diferentes que visam garantir uma usabilidade total e contínua da área arqueológica e, ao mesmo tempo, a possibilidade de compreender o monumento em sua estrutura morfológica original. Dentro das tabernas, além de intervenções conservadoras de restauração e reabilitação - a inserção de pontos de informação e sanitários - foram realizadas algumas intervenções importantes de reintegração, como a reconstrução do piso e a reconstrução de um portal de passagem entre dois ambientes originais.

O projeto de intervenção foi realizado entre 1999 e 2004 pelo escritório romano Nemesi Studio e foi dividido em duas partes: restauração e transformação do monumento antigo em um espaço museal (Fig.4), e a construção de uma passarela de pedestres através dos fóruns imperiais de Roma (Fig.5).

Segundo Duarte, Cohen & Biocca (2016), a mobilidade dentro do sítio tombado foi melhorada e tornada mais acessível, através da instalação de rampas, passarelas e equipamentos, como elevadores hidráulicos e plataformas elevatórias, embora ressaltam também que a pavimentação em pedra de “basalto”, de característica irregular, causa incômodo para as pessoas com dificuldades de locomoção.



Figura 4 - Museu do Fórum Imperial. As salas de exibição são acessadas por meio de rampas metálicas.

[https://www.domusweb.it/it/notizie/2013/10/30/\\_2a\\_p\\_a\\_raccontare\\_traiano.html](https://www.domusweb.it/it/notizie/2013/10/30/_2a_p_a_raccontare_traiano.html)



Figura 5 - A passarela de Campo Carleo.  
Fonte: L.Filetici - Nemesi Studio – 2004.

Esta intervenção é citada no livro *Architettura d' Oggi e Restauro*, de Giovanni Carbonara, como um exemplo de restauro crítico verdadeiro, onde a intervenção é fundamentada na correta leitura do monumento, na compreensão da sua história e seus valores estéticos.

Um outro exemplo internacional a ser citado é o Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia – Madri – Espanha. Em 1788, o edifício histórico, projeto de José de Hermosilla e Francisco Sabatini era ocupado pelo Hospital San Carlos. Em 1965, o hospital encerrou suas atividades e foi fechado. Em 1977, com riscos de demolição, foi declarado monumento nacional. No final de 1988, as intervenções feitas pelos arquitetos Antonio Vaquez de Castro e Jose Luis Iñiguez de Onzoño, concedeu ao edifício três torres de elevador de aço e vidro, sendo duas delas correspondentes as entradas principais. O projeto recebeu a colaboração de Ian Richie, arquiteto britânico, especialista no uso destes materiais (Fig.6)

Em seu site na internet o museu informa que os acessos a seus espaços são livres de barreiras arquitetônicas permitindo ao usuário o deslocamento com conforto e segurança. O museu está equipado com rampas, sanitários acessíveis, assentos e vestiários. Também possui acessibilidade para deficientes visuais e auditivos, permitindo o deslocamento do usuário de forma independente ou na companhia de educadores através de visita mediada.

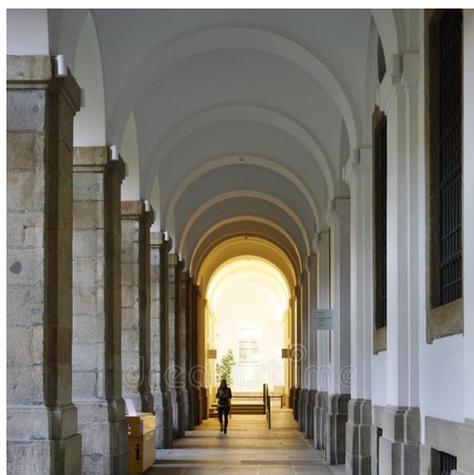


Figura 6 - Museu Reina Sophia. Fachada com elevadores, entrada através de rampas e acessibilidade interna as galerias.

Fonte: <https://www.acordeiqueroviajar.com.br/museu-reina-sofia/>. Acesso em Ago/2018.

A diferença entre os dois exemplos internacionais e os dois exemplos brasileiros anteriormente citados reside basicamente na flexibilidade da legislação e normas vigentes frente à compreensão do usufruto do bem patrimonial. Na Brasil, apesar das normas avançadas e bastante coerentes, ainda há uma visão muito rígida no que concerne ao patrimônio e os bens tombados.

Há, contudo, exemplos brasileiros que podem ser considerados bem-sucedidos em termos de acessibilidade como, dentre outros, o Museu Histórico Nacional e o CCBB (Centro Cultural do Banco do Brasil) do Rio de Janeiro.

O Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, foi criado em 1922 e é considerado um dos museus mais importantes do Brasil. Possui acesso as suas salas de exposições por meio de rampas, elevadores e plataformas. Contudo, o museu ainda não é totalmente acessível a deficientes visuais e não dispõe de programas de visitação para surdos.



Figura 7 - Fachada Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro

Fonte: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/rio\\_museu\\_historico\\_nacionalA\\_16.jpg](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/rio_museu_historico_nacionalA_16.jpg). Acesso em Ago/2018.



Figura 8 - Acesso ao museu através de rampa.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/rosamar/1482487337/in/photostream/>. Acesso em Ago/2018.

O CCBB RJ foi criado em 1989 como polo de difusão de cultura para a cidade do Rio de Janeiro. Após várias adaptações ao longo dos anos, o edifício atualmente possui o selo de Acessibilidade Ouro concedido pela ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) para instituições que se preocupam em dar acesso irrestrito em

todos os seus espaços<sup>20</sup>. O CCBB possui acessibilidade de percursos por meio de rampas, plataformas elevatórias e sanitários adaptados. Em julho de 2018, o CCBB finalizou as obras para tornar o Teatro II acessível também aos artistas, com a implantação de camarim e sanitário acessível e instalação de plataforma elevatória de acesso ao palco.



Figura 9 - Rampa de acesso na entrada Presidente Vargas.

Fonte: Foto do autor. 2018

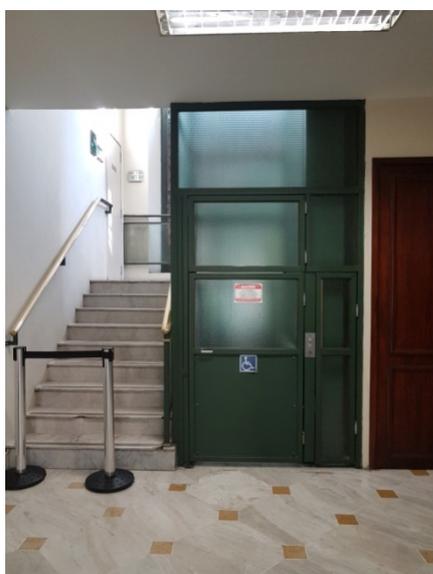


Figura 10 - Plataformas de acesso à videoteca e ao restaurante.

Fonte: Foto do autor. 2018

Além da acessibilidade física, o CCBB coordena ações de acessibilidade através do Programa Educativo, com visitas mediadas as exposições para pessoas portadoras de deficiência e intelectual.

---

<sup>20</sup> - Tal selo de Acessibilidade ainda é contestado por diversos estudiosos sobre a questão por sua incompletude (Vd, por exemplo, a dissertação de Cavalcante (2017). Contudo, cabe colocar esta referência como sendo um reconhecimento pelo direcionamento da acessibilidade no local.

## Capítulo 2 – O Edifício do Banco de Petrópolis

### 2.1. LOCALIZAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS E SEU HISTÓRICO.

O edifício da antiga agência do Banco de Petrópolis está localizado na Rua do Imperador, 940, no centro histórico do município de Petrópolis, ao norte da cidade do Rio de Janeiro. Está implantado em esquina com a Rua Dr. Alencar Lima.

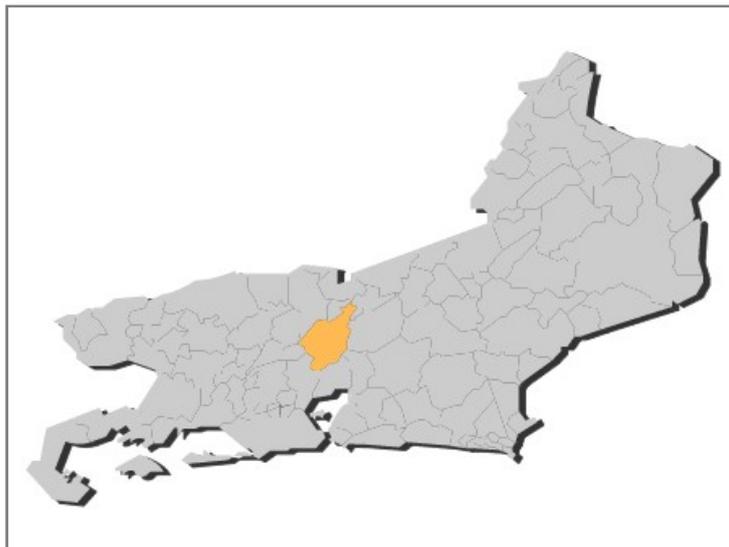


Figura 11- Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Localização do município de Petrópolis.  
Fonte: <http://www.agenciario.com/municipios.asp?codMunic=53>

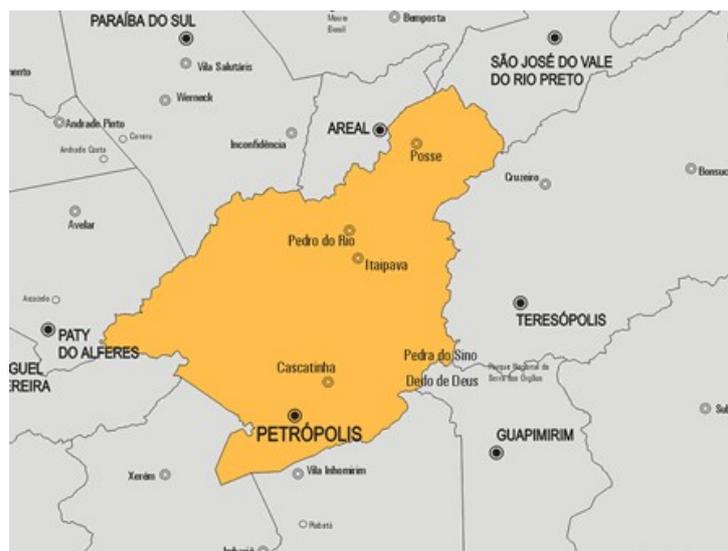


Figura 12 - Localização do município de Petrópolis.  
Fonte: <http://www.agenciario.com/municipios.asp?codMunic=53>

Para a compreensão do contexto em que foi construído o edifício, é necessário conhecer um pouco da importância da cidade de Petrópolis.

Petrópolis foi, historicamente, local de passagem obrigatória de penetração dos viajantes que, do litoral ao interior, iam e vinham em busca do ouro das Minas Gerais, através da abertura do Caminho Novo em 1704. Atualmente, o Caminho Novo, também conhecido como Estrada Real (Fig.13) é a maior rota turística do Brasil, com 1630 km de extensão.

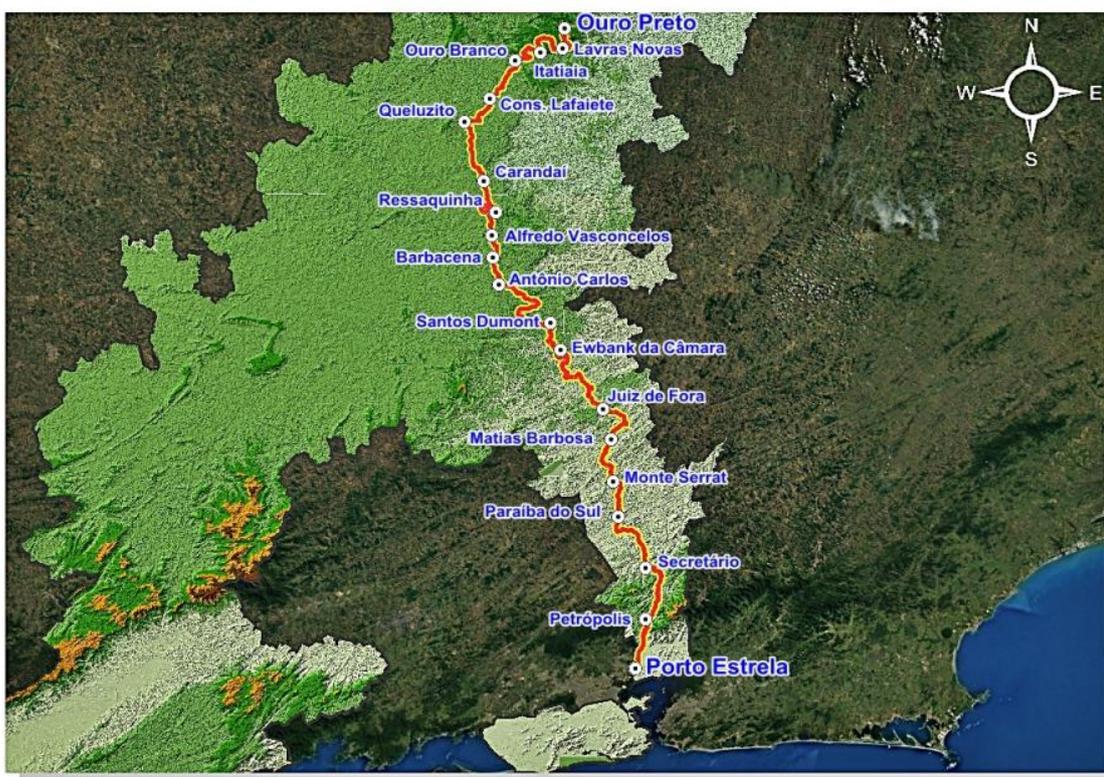


Figura 13 - Mapa da Estrada Real.

Fonte: <http://www.institutoestrada-real.com.br/roteiros/novo>

Esse fator, somado às qualidades climáticas e feições naturais e à proximidade com o Rio de Janeiro, contribuiu para que, em meados do século XIX, ali se desenvolvesse a colônia de Petrópolis.

D. Pedro I tinha conhecimento da região, especialmente a Fazenda Padre Correia, que era utilizada como pouso para os tropeiros que se dirigiam ao interior através da serra. Ao se encantar com a região, pelo clima ameno e as paisagens naturais, adquire as terras do Córrego Seco, vizinha a Correas, com a intenção de construir seu palácio de verão. A construção do palácio de verão se realizou mais tarde, após o engenheiro militar major Júlio Frederico Correa, separar uma área arrendada por ele, em 1843,

para implantar no local uma colônia alemã. Em 1846, o major Koeler apresenta o primeiro plano urbanístico para a Vila Imperial de Petrópolis (Fig.14), que tinha o objetivo de aliar as necessidades da atividade agrícola, cuja mão de obra era essencialmente de imigrantes, à ordenação do solo urbano e à preservação das matas e dos rios. Os edifícios eram projetados de forma ordenada e integrada à paisagem natural circundante.



Figura 14 - Desenho original do Plano Koeler, de 1846.

Fonte: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart233811/cart233811.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart233811/cart233811.html)

Rapidamente, com a ocupação, a cidade se tornou destaque no cenário nacional, inicialmente como residência de verão da família imperial e parte da elite brasileira. No final do século XIX, atraiu a instalação de um grande número de fábricas, sobretudo de têxteis, que se beneficiavam da abundância de água e do clima ameno.

Em 1964, o conjunto urbano-paisagístico da Av.Koeler, foi tombado pelo IPHAN e posteriormente, entre 1980 e 1982, ocorreu o tombamento estendido.

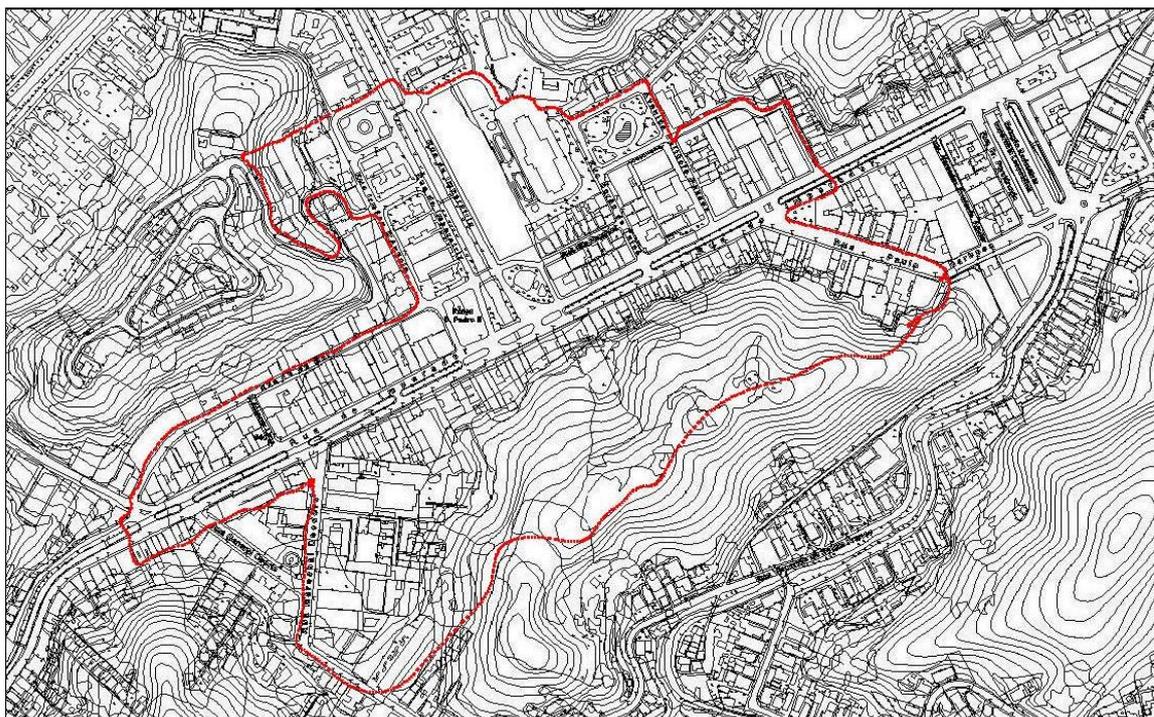


Figura 15 - Planta aerofotogramétrica do centro da cidade, com a delimitação do Centro Histórico de Petrópolis

Fonte: Desenho do autor sobre aereo.

Em 25 de abril de 1991, o conjunto urbano-paisagístico da Rua do Imperador e adjacências foi tombado provisoriamente pelo INEPAC e em 9 de dezembro de 1998, obteve o tombamento definitivo (Figs. 15 e 16).



Figura 16 - Desenho livre sobre aereo – Centro Histórico de Petrópolis – Localização do objeto de estudo. Em vermelho os prédios com tombamento integral, em amarelo, parcial e rosa, individual.

Fonte: Autor.

Nesse contexto, o histórico do edifício do Banco de Petrópolis pode ser melhor compreendido. A Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco de Petrópolis, Sistema Luzatti, iniciou suas transações em Petrópolis no ano de 1919, funcionando em prédio de aluguel. Em outubro de 1923, transferiu-se para sua sede própria, sendo esta, objeto deste estudo. O prédio atualmente de propriedade do Banco do Brasil, onde funcionou a agência Imperador, até 2012, foi o segundo prédio próprio do Banco de Petrópolis e a sua terceira sede.

Em 23 de fevereiro de 1928, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco de Petrópolis, publica um relatório sobre a construção do prédio no qual consta o seguinte trecho:

No nosso relatório do ano transato, sob esta rubrica dizíamos:

Como sabeis, desde o mês de outubro de 1923, estamos instalados em casa própria, construída especialmente para servir de nossa sede. Como, porém, prevíamos, a nossa prosperidade decorreu tão notável, que já nos forçou pensarmos na construção de outro edifício mais amplo e adequado, que viesse, além de atestar a pujança dos nossos recursos materiais, evidenciar as possibilidades do grande espírito associativo que distingue o povo petropolitano, concretizando-o nas linhas elegantes de um edifício imponente, novo ornamento para a cidade, novo estímulo para quem, na nossa terra, decrê do homem e das suas realizações. Com esse intuito, apresentando-se-nos breve, mas felicíssima oportunidade adquirimos um terreno no ponto mais central da cidade. Foi esse ato, realizado com voto unânime e com os aplausos do Conselho Deliberativo.



Figura 17- Escritura de compra e venda do terreno da Av. XV de Novembro – 1925. Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil.

Depois de prolongados estudos, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco de Petrópolis, resolveu abrir concorrência pública para a construção do edifício destinado à sede, ficando o projeto à cargo do engenheiro Dr. J. Glasl

Veiga. A concorrência pública foi realizada com a participação de doze firmas. A proposta aceita foi a da empresa J.Pinheiro, Irmão & Cia Ltda, do Rio de Janeiro.

Complementando o relatório de 1928 da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco de Petrópolis, mas com data de 1929, o Diretor Presidente Osório Magalhães Salles, relata a inauguração da sede onde ressalta a importância da construção do edifício para a sociedade petropolitana destacando ainda a solidez da construção:

A nossa sede definitiva foi inaugurada em abril de 1928, atestando-se a solidez das suas bases, com a elegância de suas linhas e o capricho de suas instalações, o cuidado que a administração da nossa sociedade dá a todos os problemas que se prendem à nossa prosperidade interna e ao crescente desenvolvimento de Petrópolis, que possui, agora, graças à iniciativa dos seus habitantes, um moderníssimo instituto de crédito, que pelos seus valores morais e materiais, honraria qualquer cidade da civilização milenária. Completando em agosto próximo 10 anos da nossa fundação, podemos apresentar ao visitante nacional e estrangeiro, um exemplo concreto da capacidade criadora do nosso povo, em ressonância com os seus sentimentos de solidariedade e previsão social

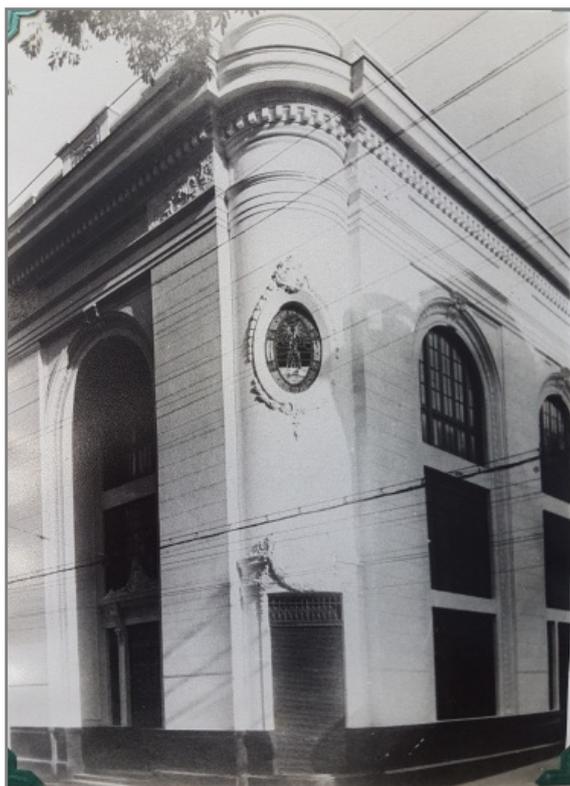


Figura 18—Fachada do edifício do Banco de Petrópolis. Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. 1928.

Em 1928, um almanaque turístico com o nome de Guia da Cidade de Petrópolis a Rainha das Serras do Brasil, publicava em suas páginas, um artigo sobre o Banco de Petrópolis:

Para orgulho de nossa cidade e para a glória de seus fundadores o Banco de Petrópolis é, sem dúvida, o mais belo e rico edifício da Av. 15 de Novembro, a nossa principal artéria.

O prédio está edificado sobre os prazos de terras número 106 B, 107 B E 106 A, do “Quarteirão Vila Imperial”, com testada de 13 metros aproximadamente voltada para a Av. 15 de novembro, atual Rua do Imperador, e lateral com 22 metros para a Rua Dr. Alencar Lima, totalizando uma área de 284,66 m<sup>2</sup>. Neste mesmo terreno, em 1847, havia sido construído o Hotel Bragança (Fig.19), edificação de grande importância no cenário petropolitano, que foi edificado pouco após a criação da colônia e demolido em 1924. O Hotel Bragança tinha como frequentadores assíduos o imperador, a imperatriz, os condes D’Eu e demais pessoas da família imperial.



Figura 19 – Hotel Bragança em 1874. Foto de Revert Henrique Klumb.

Acervo – IMS – Instituto Moreira Salles.

Após quatro anos de funcionamento, o Banco de Petrópolis abre concordata e, em 22 de dezembro de 1931, o Banco do Brasil adquire o imóvel através de leilão judicial,

tendo como único concorrente, a Caixa Econômica Federal, conforme descrito em histórico:

Chega o tão esperado dia do leilão e era do domínio público que somente da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil seria o edifício. No local apinhado de curiosos e apostadores sempre presentes, o circunspecto leiloeiro “na forma da lei” admira a plateia, verifica a presença de antigos clientes do Banco de Petrópolis que rezam pela cobertura dos seus prejuízos. Sobre a mesa colocada em uma plataforma, estão as sobrecartas lacradas, contendo as propostas; com o protocolo comum, na presença dos licitantes, são abertas. Para espanto geral a Caixa e o Banco apresentavam o lance idêntico de 320 contos de réis. (TENREIRO, 1975, p.5).

Apesar do impasse, o leilão tem um final interessante e ressalta a coragem do futuro gerente em dar um lance maior que o previsto pelo Banco, vencendo assim o leilão e adquirindo o edifício para o Banco do Brasil:

Era o clímax: ambos os arrematantes sabiam que não era possível contrariar instruções de suas Matrizes.

Então prevaleceu o velho espírito de iniciativa comum aos funcionários da casa. Octávio Ribeiro de Carvalho que viria a ser o gerente instalador, por sua conta e risco lança 321 contos de réis. Todos os olhares convergem-se para o gerente da Caixa que totalmente desamparado numa luta íntima, permanece mudo. Suspense na assistência. O leiloeiro coça a cabeça e espera mais um pouco. Não adianta e vem as clássicas palavras... - 321 dou-lhe duas. Octávio Ribeiro de Carvalho enxuga o suor, já está senhor da situação e mais tranquilo sorri. E dou-lhe três finaliza o leiloeiro. Aplausos, abraços envolvem Octávio Ribeiro de Carvalho; o edifício era do Banco, 280 contos de reis pelo imóvel e 41 pelos “móveis e utensílios” inclusive a casa-forte de granito, classificada como tale constante da respectiva escritura de compra. (TENREIRO, 1975, p.5).

Em 31 de janeiro de 1932 foi inaugurada a agência do Banco do Brasil. Em 10 de janeiro, o Jornal de Petrópolis já noticiava a inauguração em suas páginas revelando a importância da instituição financeira para a sociedade petropolitana:

A Agência do Banco do Brasil – Sua inauguração neste mês.

Um grande passo na vida de Petrópolis.

Dentro de dez dias estará inaugurada a agência em Petrópolis do Banco do Brasil. A cidade com esse fato, vence numa longa e pertinaz campanha, a que deram concurso e colaboração todos os homens que nestes últimos anos passaram pelos seus postos políticos e administrativos

Embora a inauguração tenha sido noticiada em um jornal importante na cidade, nada foi encontrado relativo a solenidades relacionadas ao evento.

Atualmente, o prédio da antiga agência do Banco de Petrópolis e posteriormente do Banco do Brasil, ainda mantém as linhas externas da época da construção, embora a parte interna tenha sido bastante modificada, a construção ainda retrata o estilo

característico das construções destinadas a abrigar instituições bancárias: solidez da estrutura, nobreza dos materiais, iluminação natural, entre outras.

## 2.2. CARACTERIZAÇÃO ATUAL DO ESTADO

Em 1928, data da construção, o Edifício com altura equivalente a um prédio de quatro andares, sobressaía no extenso corredor formado pela Avenida 15 de Novembro, atual Rua do Imperador, sem nenhuma outra construção que viesse sobrepujá-lo, se tornando um marco de referência ao longo da principal rua da Cidade (Fig.20). Após o crescimento da urbanização no centro histórico, alguns sobrados deram lugares a edifícios mistos, comercial e residencial, com gabarito de até 13 andares.



Figura 20 - Vista da Rua do Imperador e o Banco de Petrópolis na década de 40 e em 2013.  
Fonte: <https://www.facebook.com/379728238800833/photos/rpp.379728238800833/1158978824209100/?type=3&theater>

Em 1928 o Edifício era constituído de térreo, primeiro andar e cobertura. No térreo, somente as alas laterais eram ocupadas por funcionários, era um espaço restrito com 3,50m de largura por 14,00m de comprimento. O público ficava em uma área central de aproximadamente 60m<sup>2</sup> revestida em mármore em retângulos preto e branco. Faceando as paredes a uma altura de 1,20m havia um revestimento em madeira de lei trabalhada, com espessura de mais de duas polegadas. Os balcões ficavam em linha reta desde a porta de entrada até a escada de acesso ao segundo andar, eram de imbuia maciça e o tampo em canela. No térreo, os balcões de atendimento ao público eram em madeira maciça, com tampo em mármore e a separação do funcionário com o público era feita através de uma divisória em vidro de cristal fosco importado, que eram presos por colunas artísticas de metal cromado e apoiados por esferas de bronze também cromadas (Fig.21).



Figura 21 – Interior do Banco de Petrópolis. Vista do hall de entrada no térreo em 1928 e em 2018.  
Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Banco e Autor.

Ao lado direito da entrada, uma vitrine em madeira e vidro abrigava a maquinaria do relógio. O relógio era motivo de orgulho para a cidade, por ser o único exemplar público (Fig.22).



Figura 22– Vista do hall de entrada. A direita da porta principal, a vitrine que abrigava o mecanismo do relógio da fachada.

Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. Sem data

Além do térreo, existia um hall intermediário de acesso ao segundo andar, com uma escada de 18 degraus em mármore rosa com adornos de balaústres em gesso (Fig.23).



Figura 23 – Escada de acesso ao 2º pavimento, em mármore rosa  
Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. 1974

Esse hall era guarnecido por duas salas laterais, com grandes janelas de ferro em arco, na parte interna do edifício, dando visão total a todo o interior (Fig.24)

Em 1954, um mezanino, com estrutura em madeira, foi construído para ampliar a área de atendimento e ocupava somente a lateral direita do Edifício. O acesso era feito por uma escada lateral próxima à fachada principal. Mesmo com a construção do mezanino, ainda era possível ter a visão do grande vitral instalado no teto do 2º andar (Fig.25)

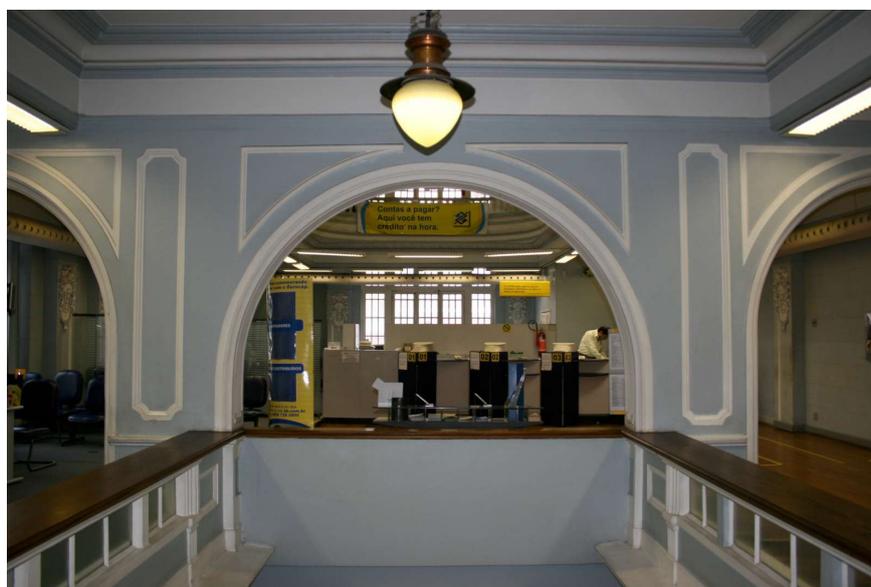


Figura 24 – Vista do hall de acesso ao 2º andar, em 1928 e em 2008, com a laje construída em 1966, que deu origem ao 1º andar, ainda com a agência do Banco do Brasil em funcionamento. As janelas foram retiradas com a construção da laje.

Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil.

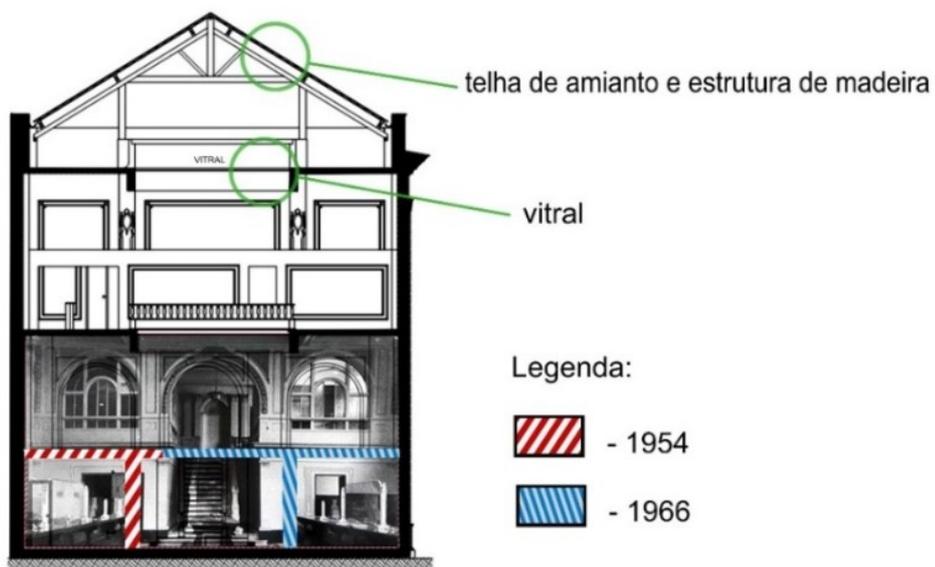


Figura 25 - Corte esquemático indicando a cronologia da construção da laje, em duas etapas e corte original, de 1966, com carimbo de aprovação da Prefeitura de Petrópolis  
Fonte: Desenho do Autor e Acervo da Prefeitura Municipal de Petrópolis

Em 1966, o mezanino em madeira foi complementado por uma laje pré-fabricada, que fechou totalmente o grande hall, criando o 1º andar (Fig.26).



Figura 26- Na foto é possível observar o encontro dos dois métodos construtivos da laje que formou o 1º andar, concluído em 1966.

Fonte: Autor.2018

No 2º andar, no centro do salão, uma área aberta de aproximadamente 52,00m<sup>2</sup>, circundada por balaústres, servia de proteção ao local. Esta área aberta permitia visão para o interior de todo o edifício (Fig.27)





Figura 27– Segundo andar, em 1928 e em 2017.  
Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. 1928 e foto do autor.2017.

O segundo andar é ainda o que guarda as características mais preservadas. O detalhe que chama mais atenção era o vitral, de fabricação francesa representando um farol com recifes. Com a construção da laje do atual primeiro andar, em 1966, a visão que se tinha do vitral através do térreo, foi perdida (Fig. 28)





Figura 28– Segundo andar, em 1928 e em 2008, ainda com a agência do Banco do Brasil em funcionamento.  
Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. 1928 e acervo da Engenharia do Banco do Brasil

No andar superior, atual 2º andar, observa-se ainda uma miniatura do desenho com a mesma representação do vitral do 2º andar: um farol com recifes, que fica acima do relógio da fachada (Fig.29)



Figura 29– Vitral no 2º andar.  
Fonte: Foto do autor. 2017

Nas fachadas, as janelas com largura de 2,93m e altura variável de 3,00m (Fig.30) foram construídas em cedro e com vidros canelado europeus, muito utilizados no Brasil entre os séculos XVII e XVIII, nas construções mais importantes, como igrejas e palácios.



Figura 30 – Fachada principal e fachada lateral. Detalhes das esquadrias.  
Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. Sem data

As duas portas de entrada, uma para o funcionalismo, outra para o público foram confeccionadas em ferro, com cristais bisotados e detalhes artísticos de gregas.

Todo o embasamento do edifício, nas fachadas laterais e frontais, é revestido de mármore negro de origem belga, com 1,20m de altura. Atualmente, o embasamento se encontra pintado com tinta preta fosca (Fig.31).



Figura 31 – Embasamento em mármore de origem belga.  
Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil. Sem data

Embora o Edifício tenha passado por algumas intervenções significativas ao longo dos anos em que funcionou como instituição bancária, a qualidade dos materiais estruturais e de acabamento, perpetuam a sua grandeza arquitetônica. Com o seu fechamento completando seis anos em 2018, com manutenções esporádicas, principalmente nas fachadas, o Edifício já começa a sentir as ações do tempo. É de fundamental importância que as ações para retomar seu uso sejam breves, para que toda a sua qualidade arquitetônica não se perca e que todas as pessoas possam usufruí-lo em igualdade de condições.

### 2.3. PRINCIPAIS BARREIRAS À ACESSIBILIDADE DO EDIFÍCIO

A fim de atingir os objetivos propostos para a investigação das barreiras e obstáculos que se opõem ao uso universal do edifício, este trabalho buscou, inicialmente, efetuar o diagnóstico da acessibilidade do local. Para tanto, uma das ferramentas utilizadas foi a tabela de checklist de Acessibilidade dos Ambientes Construídos do Núcleo Pró Acesso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Duarte, Cohen e Biocca, 2015), além de material iconográfico pesquisado na Prefeitura Municipal de Petrópolis, documentos antigos existentes no Arquivo Histórico do Banco do Brasil e no acervo da Engenharia do Banco do Brasil

Construído em uma época em que os conceitos de acessibilidade não eram discutidos pela sociedade, o Edifício apresenta barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos e até pessoas com carrinhos de criança (Fig.32)

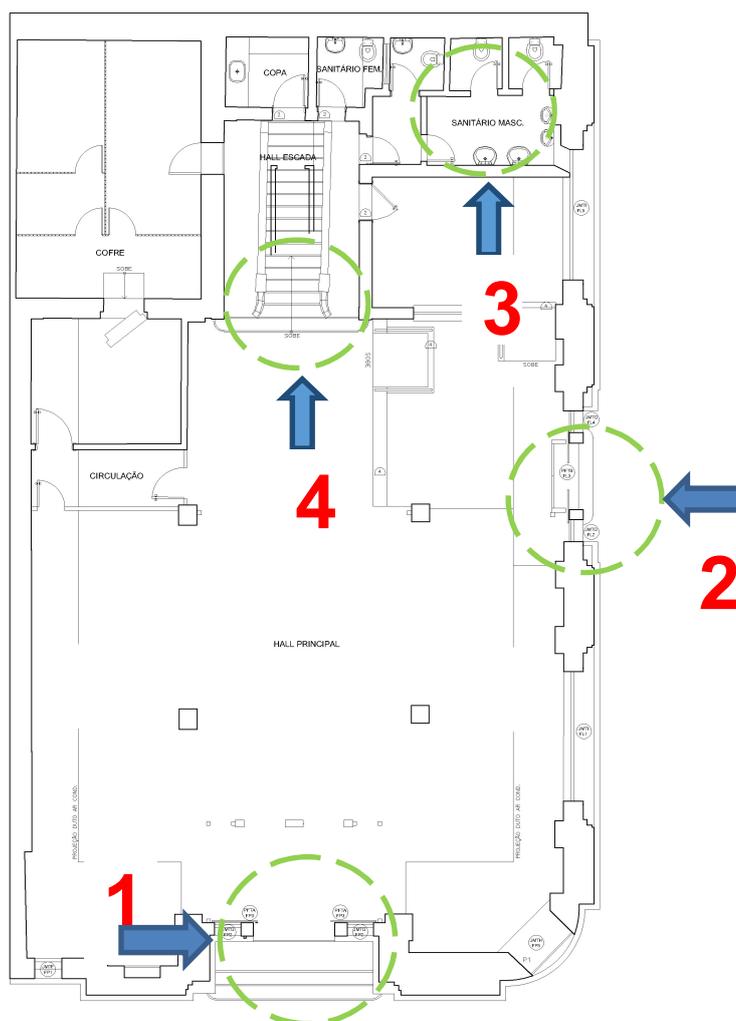


Figura 32- Principais barreiras do edifício no térreo. 1-Acesso principal, 2- acesso lateral, 3- sanitários, 4 – escadas. Fonte: Autor.

Para melhor compreender a situação atual do prédio em relação à acessibilidade, é imprescindível a sua análise a partir do seu entorno imediato e seu posicionamento no Centro Histórico da cidade de Petrópolis.

O Edifício está localizado na principal via de acesso da cidade, a Rua do Imperador, que possui grande movimentação de veículos e pedestres. As calçadas do entorno sofreram alterações significativas com a revitalização do Centro Histórico, realizado pela Prefeitura Municipal entre 2006 e 2013, com o alargamento das calçadas, pavimentação com pedras portuguesas, inserção de mobiliário urbano e aterramento de toda fiação elétrica aérea (Fig.xx). Verificamos que o piso podotátil só foi instalado na faixa de travessia de pedestre e não ao longo do percurso das calçadas.



Figura 33 - Calçadas no entorno do Edifício, em 2006, antes da revitalização e em 2008, após a revitalização.

Fonte: Acervo da Engenharia do Banco do Brasil

O acesso ao edifício é feito a pé ou por transporte público, uma vez que não possui estacionamento próprio, somente vagas pagas ao longo da Rua Dr. Alencar Lima.

O acesso ao edifício, pela entrada principal, é feito por meio de degraus, o que está em desacordo com a NBR9050: 04 / 6.2.1, que prevê que todas as entradas em edifícios e equipamentos urbanos devem ser acessíveis. A entrada lateral, lacrada, também possui acesso por degraus (Fig.33).

A entrada principal sempre foi a mais utilizada para a entrada de clientes, desde a abertura do Banco de Petrópolis. A entrada lateral era utilizada somente como acesso de funcionários. Após a instalação do Banco do Brasil, a entrada lateral foi lacrada e o acesso passou a ser feito pela entrada principal, na Rua do Imperador (Fig.34).

A porta da entrada principal é feita em ferro, de correr, com trilho embutido no piso, sem frestas aparentes e possui 1.80m de largura,



Figura 34 - Entrada principal, ainda com a agência em funcionamento e entrada lateral, em 2006.  
Fonte: Acervo da Engenharia do Banco do Brasil

Com o encerramento das atividades do Banco do Brasil no edifício, em 2012, os equipamentos pertencentes ao auto atendimento da agência foram removidos, e atualmente, após a porta de entrada, há um espaço livre, que não define circulações (Fig.35)



Figura 35 - Hall da entrada principal, no térreo  
Fonte: Autor. 2018

A parte posterior de acesso aos sanitários possui circulações estreitas, com 70 cm e superior a quatro metros de extensão, em desacordo com a NBR9050:04 / 6.9.1.1, que prevê que, com até 10m de distância, a largura correta é de 1.20m (Fig.36).



Figura 36 - Corredor de acesso aos sanitários do térreo.  
Fonte: Acervo Engenharia do Banco do Brasil

As duas escadas de acesso aos andares são em mármore, originais da construção e os pisos e espelhos não possuem dimensionamento de acordo com a norma NBR9050-2004/6.6.3. A escada existente no térreo que dá acesso ao 1º andar, está dentro da norma em relação à largura, que varia entre 1.20m e 1.25m. Já a escada do 1º andar, de acesso ao 2º andar, possui largura de 0.98m, abaixo do mínimo recomendado pela norma, que é de 1.20m (NBR9050.2004/6.6.4.3).

Os corrimãos das duas escadas também são em mármore, fixos e fazem parte da estrutura das escadas e portanto não estão de acordo com o que prevê a norma NBR9050.2004/6.7.1.2).(Fig.37).



Figura 37 - Escada de acesso do térreo ao 1ºandar e escada de acesso ao 1ºao 2ºandar.

Fonte: Autor. 2016.

Os sanitários existentes no edifício não são acessíveis. No térreo há três sanitários de dimensões reduzidas e fora do que prevê a norma, tanto na instalação das peças sanitárias, como nos acessos. As portas medem 60cm, e estão em desacordo com a norma NBR9050/2004.6921, que prevê que as portas devem ter um vão livre de no mínimo 80 cm.(Fig.33)



Figura 38 - Sanitário do térreo e 2ºandar.  
Fonte: Autor 2016.

O Banco do Brasil, durante o período em que ocupou o edifício, adotou algumas medidas para tornar a agência acessível, como a construção de rampas de acesso à

plataforma de atendimento no térreo e instalação de piso tátil, porém, as medidas não foram eficazes, por não atenderem completamente as questões de acessibilidade (Figs.39 e 40).



Figura 39 - Rampas de acesso à plataforma de atendimento no térreo

Fonte: Autor. 2018

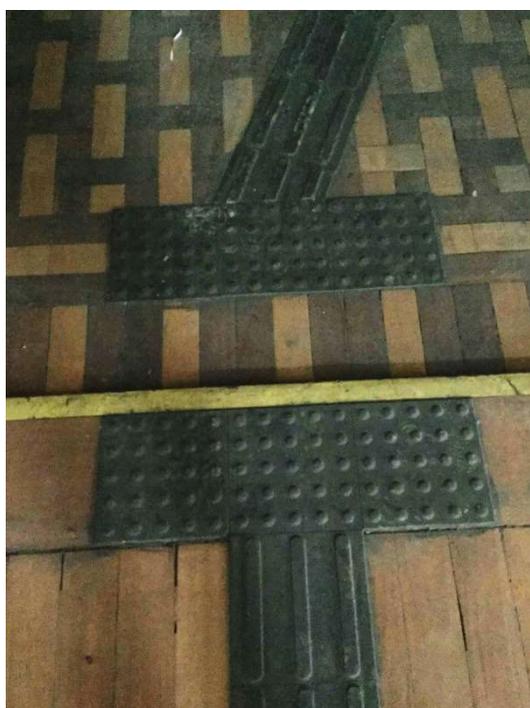


Figura 40 - Piso tátil de acesso aos guichês, no 1º andar.

Fonte: Autor. 2016

## Capítulo 3 – Proposta de intervenção

### 3.1. PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO EDIFÍCIO E DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

As visitas ao Edifício do Banco de Petrópolis por ocasião deste trabalho sempre reforçaram a importância que o local tem para os moradores do centro histórico.

Entre uma medição e outra, sempre alguém, de maneira espontânea, nos questionava se o edifício seria restaurado, quando a obra começaria e qual uso dariam a ele. Alguns eram firmes nas críticas ao estado de conservação e outros com a esperança de vê-lo voltar a atividade com função diferente de instituição financeira. As conversas informais efetuadas com moradores e usuários do centro histórico de Petrópolis apontaram para o reconhecimento do edifício como parte não apenas de um patrimônio da cidade, mas, principalmente, do seu possível papel no resgate da força poética relacionada à memória de um passado imponente da cidade de Petrópolis.

O projeto de intervenção proposto trata de uma exploração reflexiva sobre a possibilidade de trazer ao edifício a sua funcionalidade, mantendo as suas características formais, e retornando assim a relação de afetividade dos moradores com o edifício.

Por se tratar de uma construção de meados do século XX, quando as questões de acessibilidade ainda não se constituíam em uma preocupação de projeto, o edifício apresenta vários problemas que necessitam de solução para torná-lo acessível e sustentável, como demonstrado no capítulo anterior. Vale ressaltar que a falta de acessibilidade foi um dos motivos que levaram o Banco do Brasil em 2012 a realocar a agência para outro endereço.

Apesar de a área possuir uma forte tendência para o comércio, verifica-se que nas ruas paralelas à Rua do Imperador, existem muitos prédios de uso residencial. Consideramos que a presença do uso residencial no centro histórico seja uma ferramenta fundamental para incrementar a revitalização do entorno, visto que, durante o período de baixa temporada, o fluxo de turistas na região diminui, causando o esvaziamento da área. Essa situação em uma rua comercial significativa e com opções de transporte proporcionais ao fluxo de moradores e visitantes do local, faz com que nossa proposta considere que o principal acesso ao prédio se dá por meio de

transporte público, uma vez que não possui espaço para estacionamento (Figs 41 e 42)



Figura41 - Entorno imediato do Banco de Petrópolis, na Rua do Imperador  
Fonte: Autor. 2016

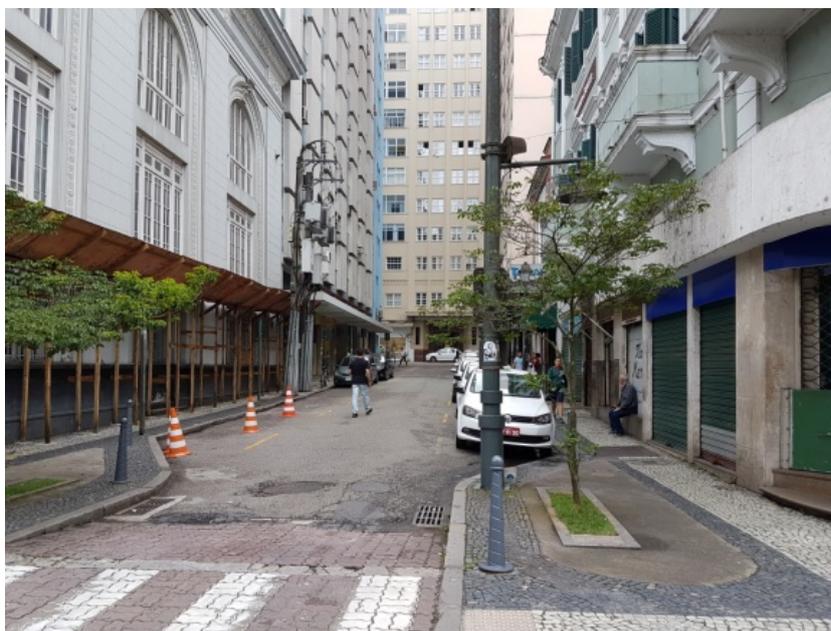


Figura 42 - Entorno imediato do Banco de Petrópolis, na Rua Dr. Alencar Lima, onde é possível ver ao fundo, os edifícios residenciais.  
Fonte: Autor. 2016

A partir do diagnóstico realizado no edifício e da análise do entorno, verificou-se a necessidade da implementação de um programa de uso misto, que explorasse e complementasse a vocação comercial do centro histórico. Como dito anteriormente, trata-se aqui de um trabalho de análise especulativa cuja proposta pretende comprovar a possibilidade de um restauro que acolha a diversidade. O projeto aqui apresentado propõe a criação de um centro de entretenimento urbano, contemplando diferentes atividades, com um programa que engloba a criação de uma livraria, um restaurante que também possa ser utilizado para eventos ligados às áreas de arte, literatura e gastronomia.

Vale ressaltar que as ações de acessibilidade neste projeto experimental também tornam possível a viabilidade do edifício para outros usos.

### 3.2. PROJETO DE INTERVENÇÃO E SOLUÇÕES DE ACESSIBILIDADE<sup>21</sup>

Como foi dito mais acima, originalmente, a agência possuía duas entradas: a lateral na Rua Dr. Alencar Lima, utilizada somente por funcionários e a principal, voltada para a Rua do Imperador, para a entrada do público, ambas com degraus que consistem em um empecilho à entrada de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O projeto experimental aqui proposto prevê a instalação de equipamento mecânico que permite o acesso ao prédio pela entrada principal, e uma rampa de acesso em uma entrada, na esquina do edifício. Na entrada lateral, na Rua Dr. Alencar Lima, não foi possível prever acessibilidade devido às dimensões reduzidas da calçada.

Na parte interna, a instalação de elevador se tornará imprescindível para garantir o acesso ao segundo pavimento. O elevador será acessado no térreo, na área onde serão instalados os sanitários acessíveis. O projeto de intervenção começa pela calçada do edifício, onde será necessária a instalação de piso tátil direcional. Em 2006, a Prefeitura Municipal de Petrópolis, deu início às obras de revitalização do Centro Histórico da cidade e em 2013 a obra foi concluída. O projeto contemplou a acessibilidade das calçadas, faixa de travessia de pedestre elevada e instalação de piso tátil somente nos locais de travessia. As calçadas, no entanto, não possuem piso tátil direcional (Fig.43)



---

<sup>21</sup> As intervenções descritas neste item encontram-se expressas por meio de plantas de arquitetura apresentadas nos anexos da presente dissertação.



Figura 43 - Elementos de acessibilidade no entorno do Edifício.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Petrópolis\\_-\\_RJ\\_-\\_Centro,\\_Rua\\_do\\_Imperador.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Petrópolis_-_RJ_-_Centro,_Rua_do_Imperador.jpg)

O projeto experimental proposto contemplará a instalação de duas formas de acesso: pela entrada principal, na Rua do Imperador, o acesso se dará através de instalação de equipamento eletromecânico do tipo *lift*, para corrimão curvo. O equipamento percorrerá o contorno da escada através da instalação de corrimão em aço inox.(Fig.44)

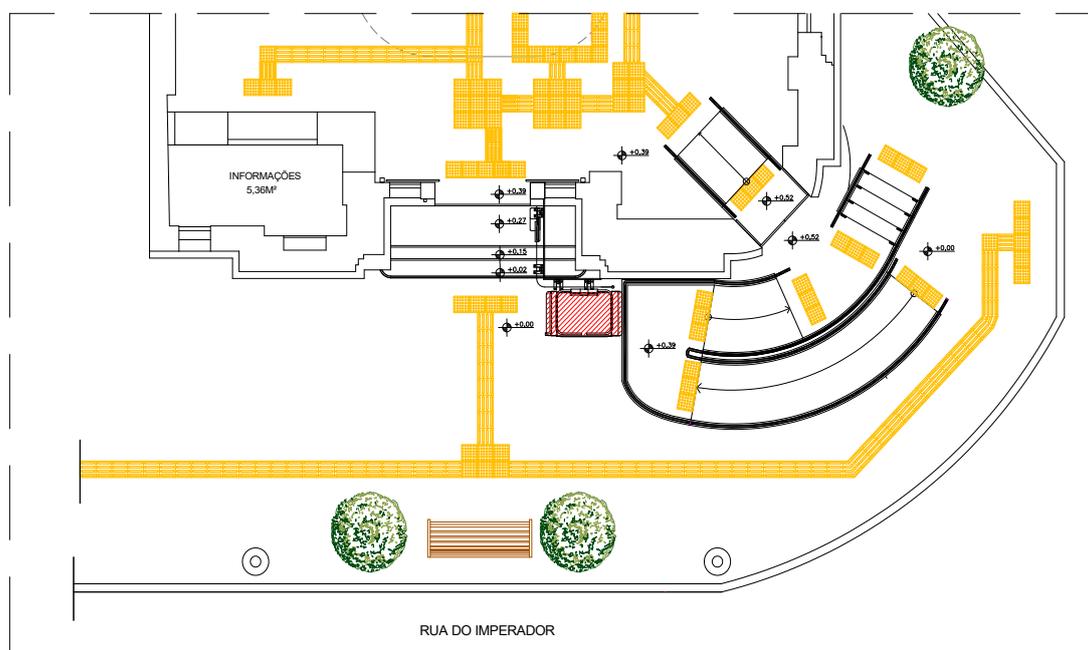


Figura 44 - Em destaque, a localização da plataforma tipo *lift* na fachada principal  
Fonte: Autor.

A escolha da plataforma do tipo *lift* para esse acesso se deve à existência de um recuo da escada em relação à fachada principal, o que impossibilita a instalação de rampa nesta entrada (Figs.45 e 46).



Figura 45 - Entrada principal da Rua do Imperador, com a escada recuada.  
Fonte: Autor. 2016



Figura 46 - Exemplo de modelo de *lift* a ser utilizado na fachada principal.  
Fonte: [www.medicaexpo.com/pt/prod/hoegg-liftsysteme/product-88995-719930.html](http://www.medicaexpo.com/pt/prod/hoegg-liftsysteme/product-88995-719930.html). Acesso em  
Ago/2018

Esta solução impede que haja segregação no uso dos espaços, atendendo a um dos princípios do desenho universal, ou seja, todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, podem entrar no edifício pela porta principal. A partir dessa entrada, a disposição do mobiliário passa a contemplar áreas amplas, com

acesso pleno a cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida, assim como deficientes visuais.

A outra forma de acesso se dará pela porta existente na esquina das Rua do Imperador e Rua Dr. Alencar Lima, através de uma rampa em curva, que acompanhará o desenho da fachada neste local. A rampa proposta terá 8,33% de inclinação, com dois lances de subida e um patamar intermediário, e outro, já na porta de acesso. Cabe ressaltar o fato de que, apesar de a norma NBR 9050 aceitar essa inclinação, ela está longe de ser a ideal. Contudo, entendemos que, pelo fato de a calçada ser estreita e oferecer poucas margens para intervenção, essa inclinação encontra sua justificativa<sup>22</sup>.

A porta de entrada também poderá ser acessada por meio de escada, contígua à rampa, para vencer o desnível de 0,52 cm, nível do andar térreo, neste trecho. Após a rampa externa chegar ao nível de +0,52 cm, uma outra rampa acessará a parte interna, para vencer um desnível de -0,13 cm (Figs.47 e 48)

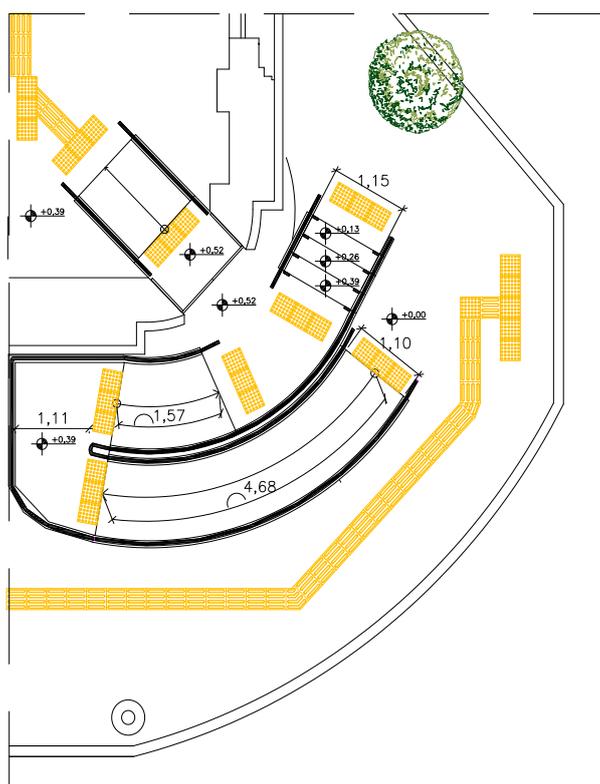


Figura 47 - Rampa de acesso na entrada localizada na esquina da Rua do Imperador com Dr. Alencar Lima  
Fonte: Autor.

<sup>22</sup> Considerando que a presente dissertação possa ser útil para referenciar futuros trabalhos, expressamos aqui nossa recomendação para que, sempre que possível, as rampas tenham inclinações menores que 6%



Figura 48 - Vista da entrada lateral, onde será proposto a rampa de acesso.

Fonte: Arquivo da Engenharia do Banco do Brasil.2008.

Ainda no térreo, para acesso ao 1º andar e ao 2º andar do Edifício, será proposto um elevador com recursos de acessibilidade, com capacidade para transportar até 3 pessoas. A área escolhida no térreo já não possui as características originais do edifício, permitindo assim a construção do fosso. O elevador será do tipo panorâmico, para causar o menor impacto visual possível, porém, seu desenho contemporâneo reforçará a distinguibilidade dos materiais.

A proposta é que o elevador seja instalado em área que concentrará os sanitários (Fig.49) para pessoas com deficiência e mobilidade de reduzida e sanitário família também acessível. O espaço conta também com local destinado a literatura em braile assim como espaço para o uso de áudio livro e computadores com sintetizadores de voz.

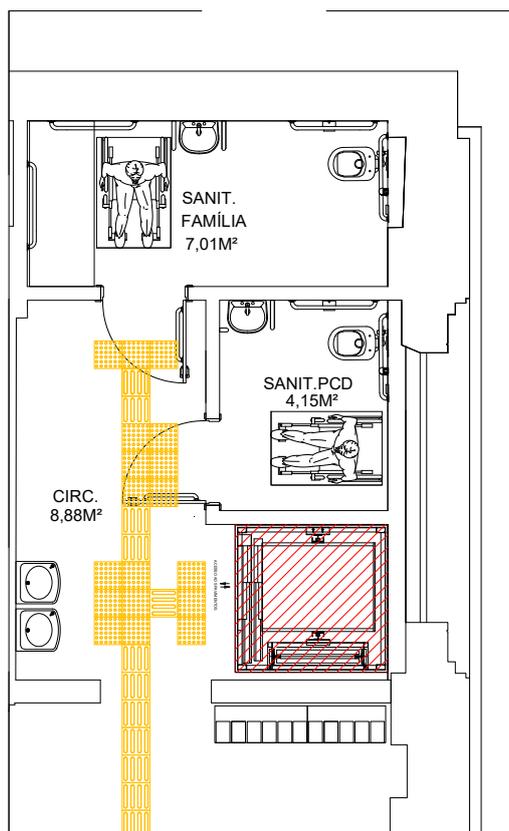


Figura 49 - Localização do elevador no térreo.  
Fonte: Autor.

Na área onde atualmente se encontra a casa forte serão construídos sanitários para o público e o estoque. A copa e um sanitário já existentes não sofrerão alteração no layout.

O desenho do edifício não permitiu a localização dos sanitários de público contíguos ao sanitário adaptado, o que seria ideal. Portanto, optou-se por localizar o sanitário ao lado do sanitário família. O sanitário família possui entrada independente, com boxe com bacia sanitária para uso adulto, além de superfície para a troca de roupas na posição deitada, conforme previsto na NBR9050/2015-7.9 (Fig.50)

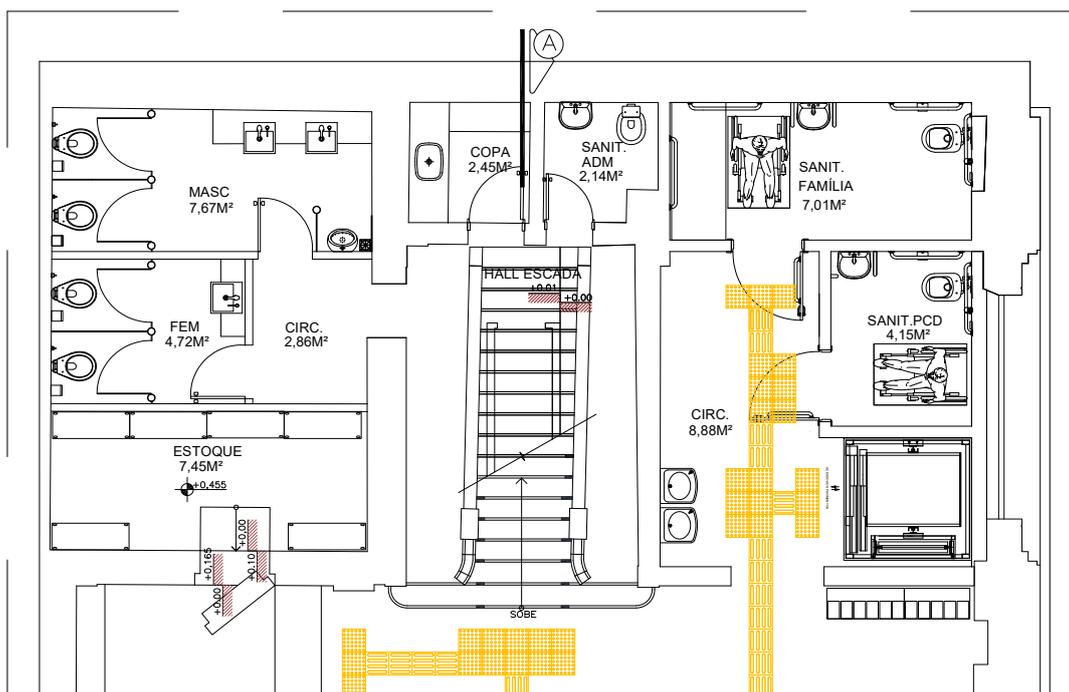


Figura 50 - Sanitários do térreo ,esquerda, sanitários masculino e feminino e a direita, sanitário PCD e sanitário família.

Fonte: Autor.

No 1º andar, com a proposta da demolição da laje para a maior visibilidade interna do edifício como um todo, a área a ser mantida funcionará como apoio para os serviços da livraria e do restaurante e contará com vestiários acessíveis para funcionários e uma área para reuniões. Este espaço também será acessível por meio do elevador, mas o acesso pode ser exclusivo para funcionários.(Figs.51 e 52).

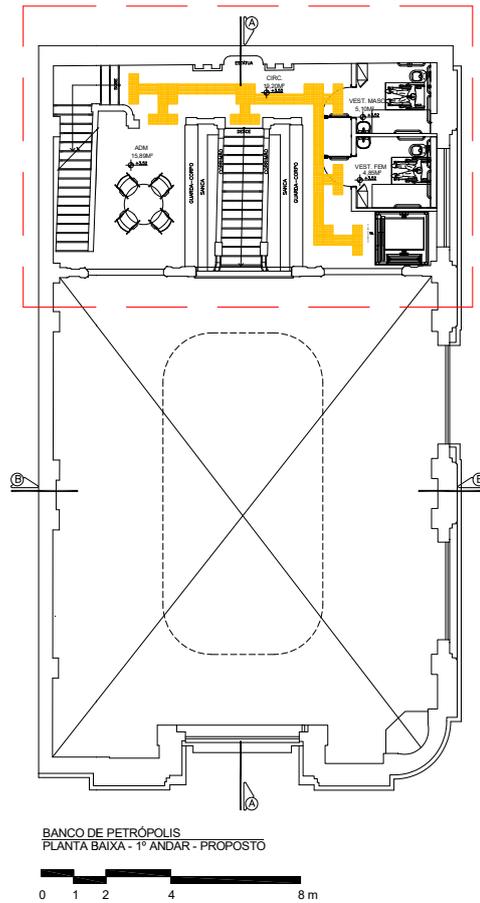


Figura 51 - Área do 1º andar onde serão localizados os vestiários acessíveis para funcionários e sala de reunião.  
Fonte: Autor .2018.



Figura 52 - Vista do 1º andar, onde serão localizados os vestiários de funcionários, o elevador e a sala de reunião,  
Fonte: Autor.2018.

Já no 2º andar, o uso proposto é de um restaurante para 48 pessoas sentadas, que poderá ser utilizado também como local de eventos. O salão do restaurante terá a vista total do vitral existente e contará com farta iluminação natural vindo das grandes janelas da fachada e também através do vitral, após a retirada do telhado (Fig.54).



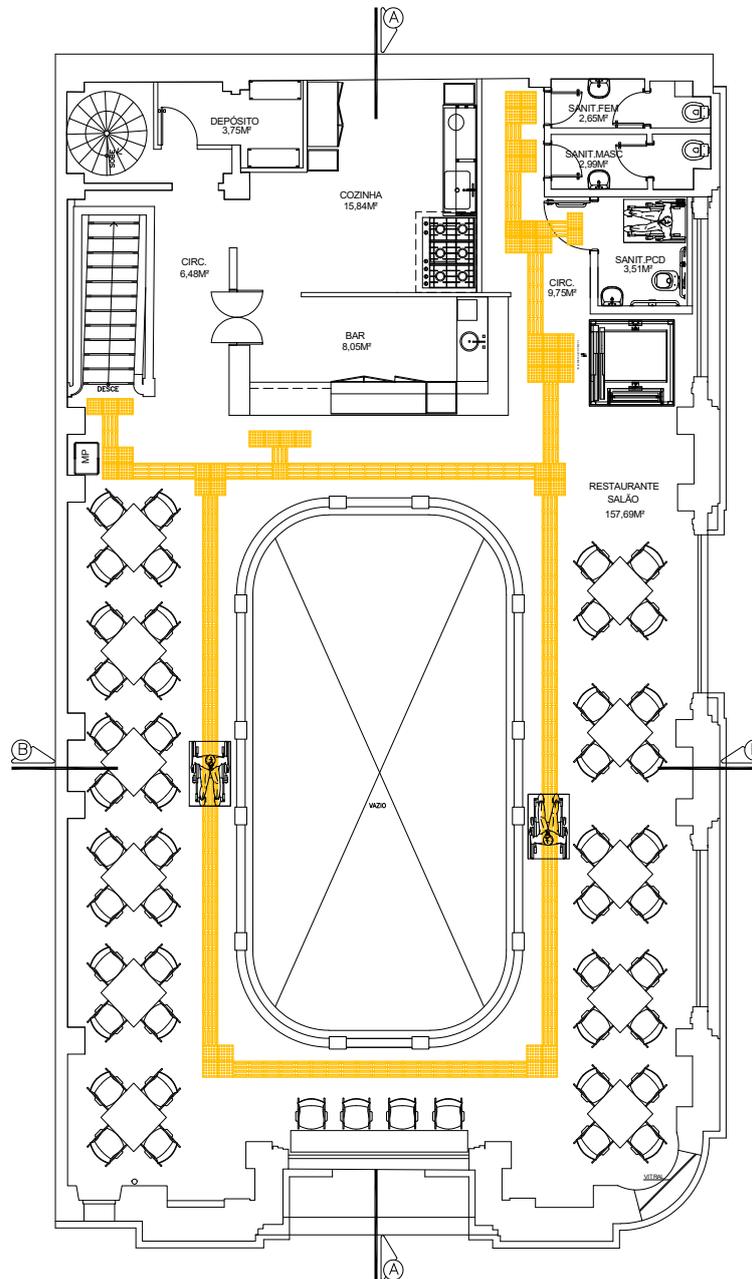
Figura 53 - Vista do 2º andar onde será instalado o restaurante e o bar.  
Fonte: Autor. 2018.

O 2º andar é o local que mantém as características mais preservadas, tanto em relação a ambientação, como os materiais.

O projeto contempla uma cozinha acessível, área de depósito e bar, com balcão acessível. Todo o percurso será sinalizado por piso tátil, com início a partir da escada de acesso e do elevador. Assim como no térreo, a área destinada aos sanitários é comum (Fig.54)

Os sanitários de público permanecerão no mesmo local e será construído um sanitário adaptado na mesma área.

A laje que será aberta para a passagem do elevador, é onde hoje existe a copa, já sem o piso original.



BANCO DE PETRÓPOLIS  
PLANTA BAIXA - 2º ANDAR - PROPOSTO



Figura 54 - Projeto de intervenção proposto para o 2º andar.  
Fonte: Autor.2018.

Como foi dito, após sucessivas obras de reforma, dois aspectos impactaram profundamente a relação com o conforto ambiental do edifício: a construção de uma laje para o acréscimo de um andar intermediário, entre o térreo e o segundo andar e o fechamento de toda a cobertura do edifício por telhado. Em 1928, época de sua construção, a iluminação do edifício era feita através de iluminação natural, com um grande vitral na cobertura, ainda existente, e pelas grandes janelas no segundo pavimento. Após a construção do telhado, a iluminação natural pelo vitral foi interrompida. Em nossa proposta o vitral volta a ser visível e a grandiosidade do ambiente retoma sua imponente (Fig.55)

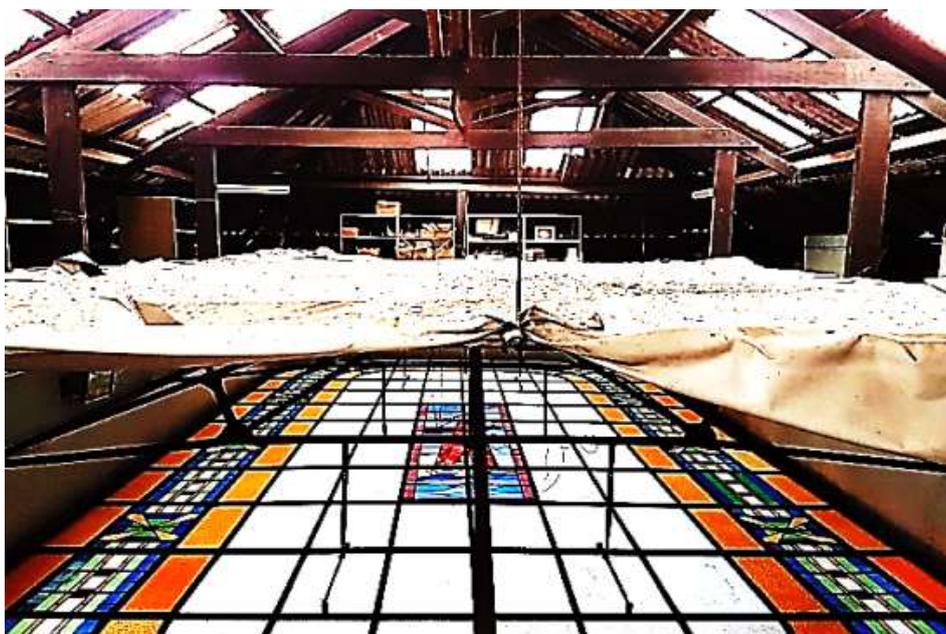


Figura 55 - Vista do vitral sob o telhado em amianto.  
Fonte: Autor: 2016

Outro aspecto a ser considerado em um projeto futuro de restauração do edifício é a eficiência energética. A ventilação, à época do funcionamento do edifício, era feita mecanicamente, com casas de máquinas dispostas no 1º andar e no 2º andar e dutos aparentes. Essas intervenções são as que mais prejudicaram o aspecto interno do prédio. A necessidade de condicionar o edifício trouxe uma série de danos, como a passagem de tubulações aparentes interceptando elementos arquitetônicos, construção de casa de máquinas nos andares e rebaixamento de teto para passagem de dutos (Fig.56) Como atualmente as exigências de conforto e as condições climáticas exigem o uso de condicionadores de ar, as soluções adotadas em um futuro projeto de restauração deverão atender critérios rigorosos para que a execução do sistema traga o mínimo de intervenções possíveis para o bem.



Figuras 56 - Dutos de ar condicionado interceptando esquadria da fachada frontal, no térreo e no andar superior, duto interceptando os ornatos existentes nos pilares.

Fonte: Autor. 2016.

### 3.3. REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES EM BENS PATRIMONIAIS COM BASE NO DESENHO UNIVERSAL

Intervenções em bens patrimoniais tombados requerem um entendimento profundo sobre as legislações, recomendações de Cartas Patrimoniais, leis e decretos. Prover acessibilidade a um bem tombado, além de percorrer todo esse caminho ditado pelas legislações, requer do arquiteto uma sensibilidade ainda maior, visto que a intervenção proposta não pode mutilar o bem, segundo as legislações vigentes. E é a partir deste “mutilar” que começam a aparecer muitas outras questões. Até que ponto, baseado na legislação, podemos prover acessibilidade total a todas as pessoas a um bem tombado?

O presente estudo nos fez compreender que as dificuldades começam a partir da definição destes limites, mas o importante é que apesar das dificuldades, a preservação do patrimônio para todos é o objetivo final a ser alcançado.

Nas intervenções propostas para o Edifício, objeto desse trabalho, algumas ações de projeto foram pensadas para dar ao local a acessibilidade total, iniciando pela calçada, através da instalação de piso tátil. O Edifício apresenta duas possibilidades de acesso, mas só em uma foi possível a instalação de rampa, na entrada existente, na esquina da Rua do Imperador e Rua Dr. Alencar Lima, e na entrada principal, optou-se pela instalação de um equipamento do tipo “*lift*”.

Vale ressaltar que essas escolhas visíveis na fachada do Edifício, na rua principal, reforçam a idéia de convidar as pessoas a entrarem e usufruírem do bem, independente da sua condição física. A visibilidade dos acessos, as indicações através de comunicações visuais eficientes, traz ao público passante a mensagem de que ali é possível entrar. Estas medidas foram pensadas em sintonia com o conceito de Acessibilidade Emocional, uma vez que buscam proporcionar uma mensagem de acolhimento ao usuário, mensagem essa que vai muito além da simples resolução técnica da acessibilidade.

No projeto proposto, foi fundamental a escolha do uso do elevador como meio de acesso aos dois andares. O elevador proposto será do tipo panorâmico e só terá a sua visão completa no 2º andar, onde se encontra o restaurante. O Edifício possui áreas

que já não apresentam elementos originais, como o piso, e foi justamente neste local que a instalação do elevador foi considerada a mais adequada.

Devemos considerar na intervenção, além do tipo de uso a que melhor se adequa ao Edifício, as pessoas que vão fazê-lo funcionar. No ato de projetar, as instalações também deverão ser adequadas a funcionários com deficiência, além do público em geral. Para isso, se faz necessário dar visibilidade a todos os equipamentos assistivos e dar condições para que todos possam utilizá-los plenamente.

O uso do edifício foi pensado para trazer de volta não apenas a grandiosidade do passado mas para transformar o Edifício em um ícone que trará orgulho à sociedade local. De fato, relacionar a Arquitetura com o uso cultural, propor biblioteca e centro de cultura significaria, em nosso entender, dotar a sociedade petropolitana de um equipamento enriquecedor, que condiz com o passado importante que ainda povoa o imaginário da população.

Vimos o quão fundamental é considerar o projeto em sua totalidade. A acessibilidade deve ser pensada em todas as suas dimensões, inclusive a comunicacional. Ao longo de nosso trabalho, descobrimos a importância de tornar os percursos agradáveis e que se conectem com o visitante de uma forma completa.

A retirada da laje que atualmente desconfigura o edifício, assim como a retirada do telhado, trazendo luz natural ao ambiente, fazem parte dessas ações para melhorarem seu conforto ambiental. A luminosidade interna advinda de um grande vitral hoje escondido por reformas que descaracterizaram o edifício trará de volta uma ambiência imponente aos espaços. Além disso, a iluminação cria uma atmosfera mais definida e confortável para pessoas de baixa visão.

Este estudo nos mostrou que apenas através da sensibilidade, do conhecimento do espaço, é que podemos tornar um edifício acessível, com condições de uso para todos e transmitir à sociedade que podemos preservar um bem com ações conscientes. Não intervir é que torna o patrimônio suscetível ao esquecimento e, por conseguinte, sua destruição pela falta de uso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve a intenção de refletir sobre a viabilidade de requalificação de um edifício tombado, de valor histórico e de qualidade estética inquestionável, tornando-o não apenas acessível a todos mas, também, passível de ser reapropriado pelo seu novo uso. O exercício de elaboração do projeto de requalificação nos fez compreender que é possível restaurar a beleza e grandiosidade do edifício original ao mesmo tempo em que se permite o usufruto desse bem.

Na definição de Patrimônio, a palavra “usufruto” corresponde a um direito conferido a alguém, durante certo tempo, de gozar ou fruir de um bem. Mas vimos, também, que essa fruição de um objeto patrimonial só é possível se o bem se tornar acessível na sua totalidade.

Vimos, neste projeto, que, partir do uso dos princípios do desenho universal nas práticas projetuais, as adaptações de imóveis de se tornaram mais assertivas, agregando ao projeto não só soluções que atendem à deficiência propriamente dita, mas, também, às pessoas obesas, de baixa estatura e também os idosos. Ou seja: foi verificado que a diversidade humana pode e deve ser contemplada para que o bem patrimonial exerça sua função social e se transforme em um lugar de Memória como postulava Pierre Nora (1984).

Nesse sentido, seguindo o conceito de Nora (1984) buscamos demonstrar que é possível não apenas conferir acessibilidade ao edifício como também transformá-lo em um centro cultural que preenche uma lacuna afetiva na região onde está localizado. De fato, a relação do edifício com a cidade e seus habitantes sempre foi meramente comercial e o projeto requalifica o seu uso, passando a oferecer um espaço de lazer, com uma área de livraria, um espaço gastronômico preparado para receber todas as pessoas sem restrições.

O projeto nos fez compreender que é preciso entender a acessibilidade como parte integrante da sustentabilidade de um bem patrimonial. Intervir no patrimônio, com a garantia de acesso em todos os níveis, acrescenta valor e uma nova dimensão a esse patrimônio, tornando seu uso democrático a um maior número de pessoas.

Com isso entendemos estar contradizendo o argumento de que a acessibilidade seria um fator de impedimento à restauração, que seria um fator de descaracterização e por isso deveria ser evitada. Este argumento pode esconder a falta de vontade política ou, quem sabe, o distanciamento de uma mentalidade que prima pela inclusão do Outro para que haja uma completude social.

Com base na premissa da “Sustentabilidade Social”, pode-se considerar que a apropriação simbólica e afetiva de um bem cultural deve ser uma meta de um projeto de restauro e que a acessibilidade física deve permear todas as ações de tal proposta (Duarte,Cohen&Biocca2016). Para que isto ocorra, é fundamental que a visão do conceito de patrimônio se amplie e que não “congele” o objeto no seu tempo passado, impossibilitando ações indispensáveis para garantir sua usabilidade e consequentemente sua preservação para as gerações futuras.

## Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: **Acessibilidade de pessoas portadora de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos**. Rio de Janeiro:2004.

BRASIL .**Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: fev. 2018

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico,1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: fev.2018..

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.048, de 08 de Novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10048.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm).

\_\_\_\_\_.**Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm). Acesso em: mar.2018.

\_\_\_\_\_.NBR 9050:2015. **Acessibilidade de pessoas portadora de deficiência aedificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos**. Rio de Janeiro:2015.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos urbanistas**. 3º ed.rev. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

CHELKOFF G., THIBAUD J.P. et alii. *Ambiances sous la ville*. Grenoble : Cresson/Plan Urbain, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP,2001.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. 2.ed. Rio de Janeiro: IPHAN,2000.

DISCHINGER,Marta. *Designing for all senses: Accessible spaces for visually impaired citizens*. Thesis for the degree of doctor of philosophy.Sweden,2000.

DUARTE, C.R.& COHEN, R.-“**Acessibilidade e Desenho Universal: Fundação e Revisão Bibliográfica para Pesquisas**”- Relatório Técnico do Núcleo Pró Acesso, 2012.

DUARTE, Cristiane R.; COHEN, Regina; BRASILEIRO, Alice; LIRA, Elza. **“Acessibilidade plena” a museus: perspectivas de uma acessibilidade cultural, sensorial e emocional**. In: IV Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído – ENEAC, 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ENEAC, 2013.

Duarte, C.R.; Cohen, R. e Biocca, L. Relatório final da pesquisa “Avaliação de acessibilidade e usabilidade no ambiente construído - ITÁLIA x BRASIL”, Referente ao apoio de Professor Visitante Estrangeiro, CNE – Capes, 2015

DUARTE, C.R. ; COHEN, R.; BIOCCA, L. **Acessibilidade ao Patrimônio no Brasil e na Itália: Exemplos, Conflitos e Reflexões**. In: Ribeiro,R.T.M.; Nóbrega,C.C.L. (Orgs.). *Projeto e Patrimônio: reflexões e aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016 p. 296 – 327.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. . **“Acessibilidade Emocional”**. In: VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído / VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 2018, Fortaleza. *Blucher Design Proceedings*. São Paulo: Editora Blucher, 2018. p. 6.

CAVALCANTE, E.P.G. **Acessibilidade nos terminais aeroportuários brasileiros: contradições entre a legislação e a experiência da pessoa com deficiência visual**. 2017.209f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

IPHAN. **Instrução Normativa n.1. 2003**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>  
Acesso em: mar.2018.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso**. São Paulo: IPHAN, 2016.

MUGAYAR KÜHL, Beatriz (Org.). GIOVANNONI, Gustavo. **Textos Escolhidos** . Artes & Ofícios, volume 9. 1ª Edição, Cotia SP, Ateliê Editorial, 2013.

NORA, P. Présentation. In : NORA, Pierre, (dir) **Les Lieux de Mémoire**. Ed. Gallimard, Vol.I, Paris, 1984, p. VII.

O Culto Moderno dos Monumentos: **a sua essência e a sua origem/ Alois Riegl**;  
tradução Werner Rothschild Davidsohn, Ana Falbel - 1º edição – São Paulo: Perspectiva,2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SHIMOSAKI, Ricardo. **“Preservação pode ser entrave à acessibilidade em patrimônios culturais”** In: Turismo Adaptado. Blog online postado em 21/01/2015 – disponível em: <https://turismoadaptado.com.br/preservacao-pode-ser-entrave-a-acessibilidade-em-patrimonios-culturais/> - acessado em: 01/09/2018

TENREIRO, Jorge. Trabalho apresentado ao Banco do Brasil com o histórico do edifício.

## **APENDICE**

**01/01 – Planta de situação**

**01/16 – Levantamento - Térreo**

**02/16 – Levantamento – 1° e 2° andares**

**03/16 – Levantamento – Entreforro e telhado**

**04/16 – Levantamento – Corte AA e Corte BB**

**05/16 – Levantamento – Fachada principal**

**06/16 – Levantamento – Fachada lateral**

**07/16 – Projeto executivo – Térreo**

**08/16 – Projeto executivo – 1° e 2° andares**

**09/16 – Projeto executivo – Entreforro e telhado**

**10/16 – Projeto executivo – Corte AA e Corte BB**

**11/16 – Projeto de intervenção – Térreo**

**12/16 – Projeto de intervenção – 1° e 2° andares**

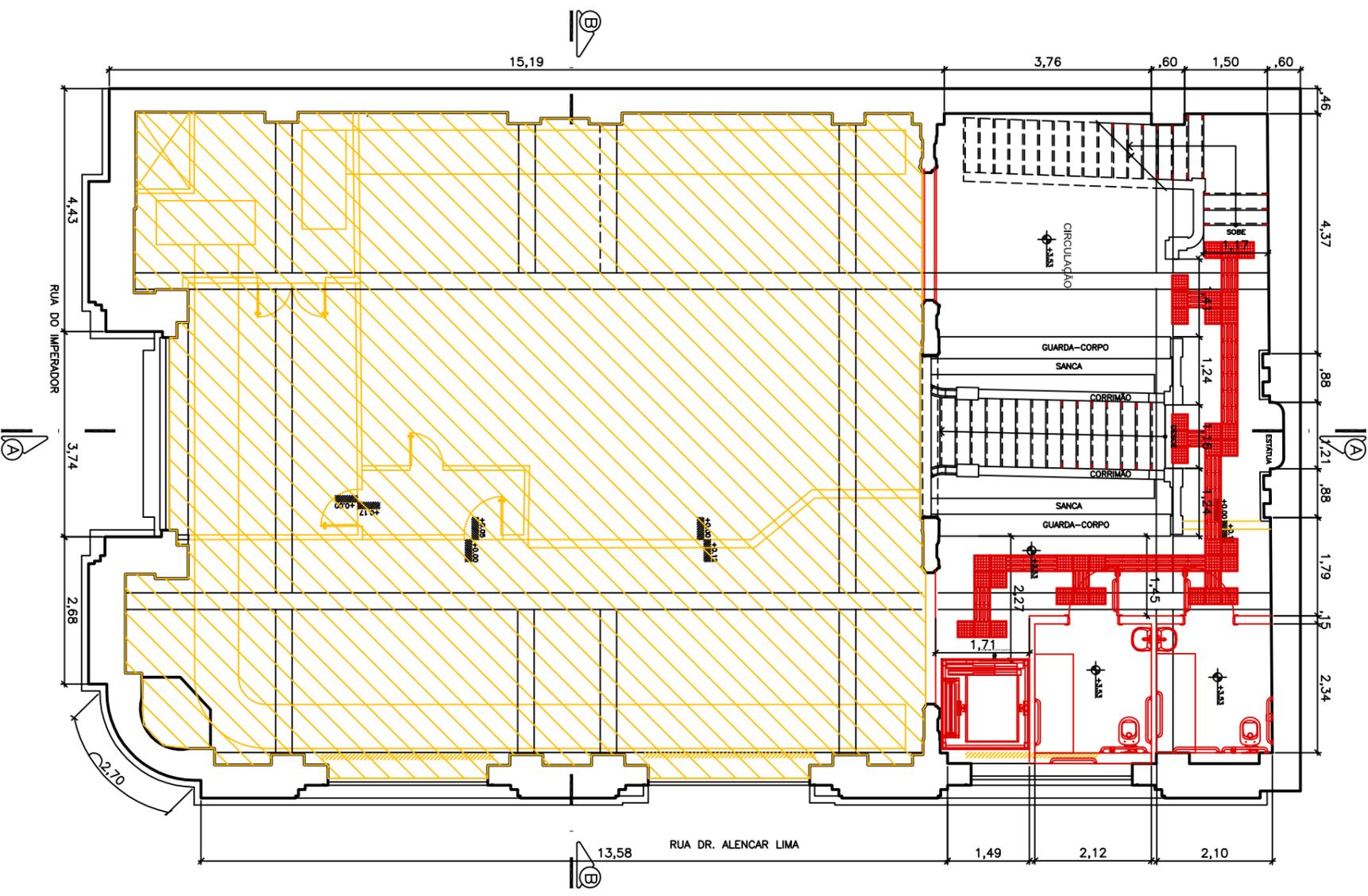
**13/16 – Projeto de intervenção – Cobertura e telhado**

**14/16 – Projeto de intervenção – Corte AA**

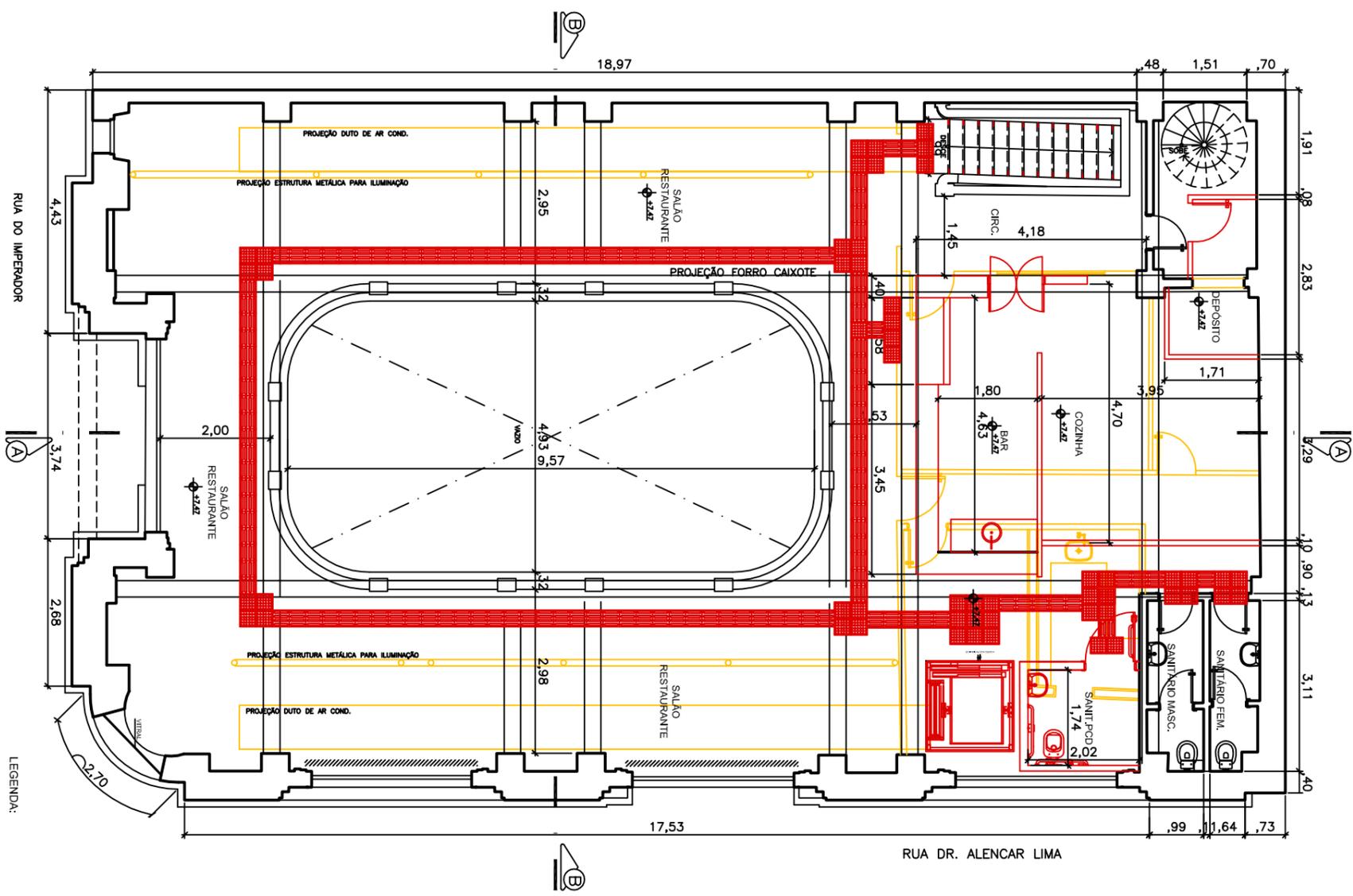
**15/16 – Projeto de intervenção – Corte BB**

**16/16 – Projeto de intervenção – Acessibilidade**

**01**  
PLANTA BAIXA-1º ANDAR  
EXECUTIVO  
ESCALA 1 : 30

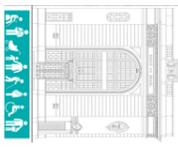


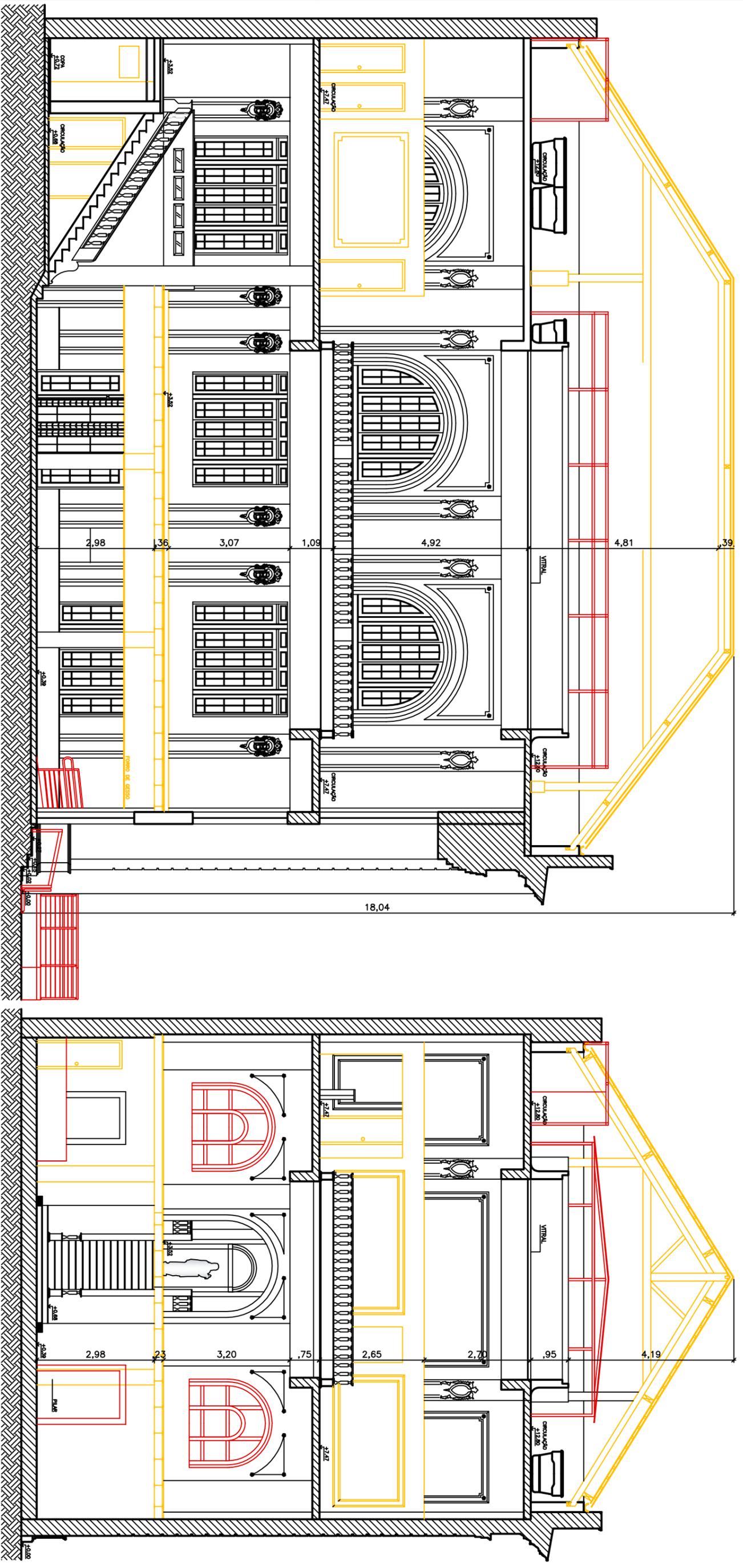
**02**  
PLANTA BAIXA-2º ANDAR  
EXECUTIVO  
ESCALA 1 : 30



LEGENDA:  
DEMOLIR  
CONSTRUIR

**BANCO DE PETRÓPOLIS**  
Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
PLANTA BAIXA  
PROJETO EXECUTIVO  
1º E 2º ANDARES  
08/16  
ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018





01  
CORTE AA  
ESCALA 1 : 50  
EXECUTIVO

02  
CORTE BB  
ESCALA 1 : 50  
EXECUTIVO

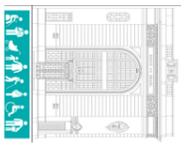
LEGENDA:  
 DEMOLIR  
 CONSTRUIR

**BANCO DE PETRÓPOLIS**

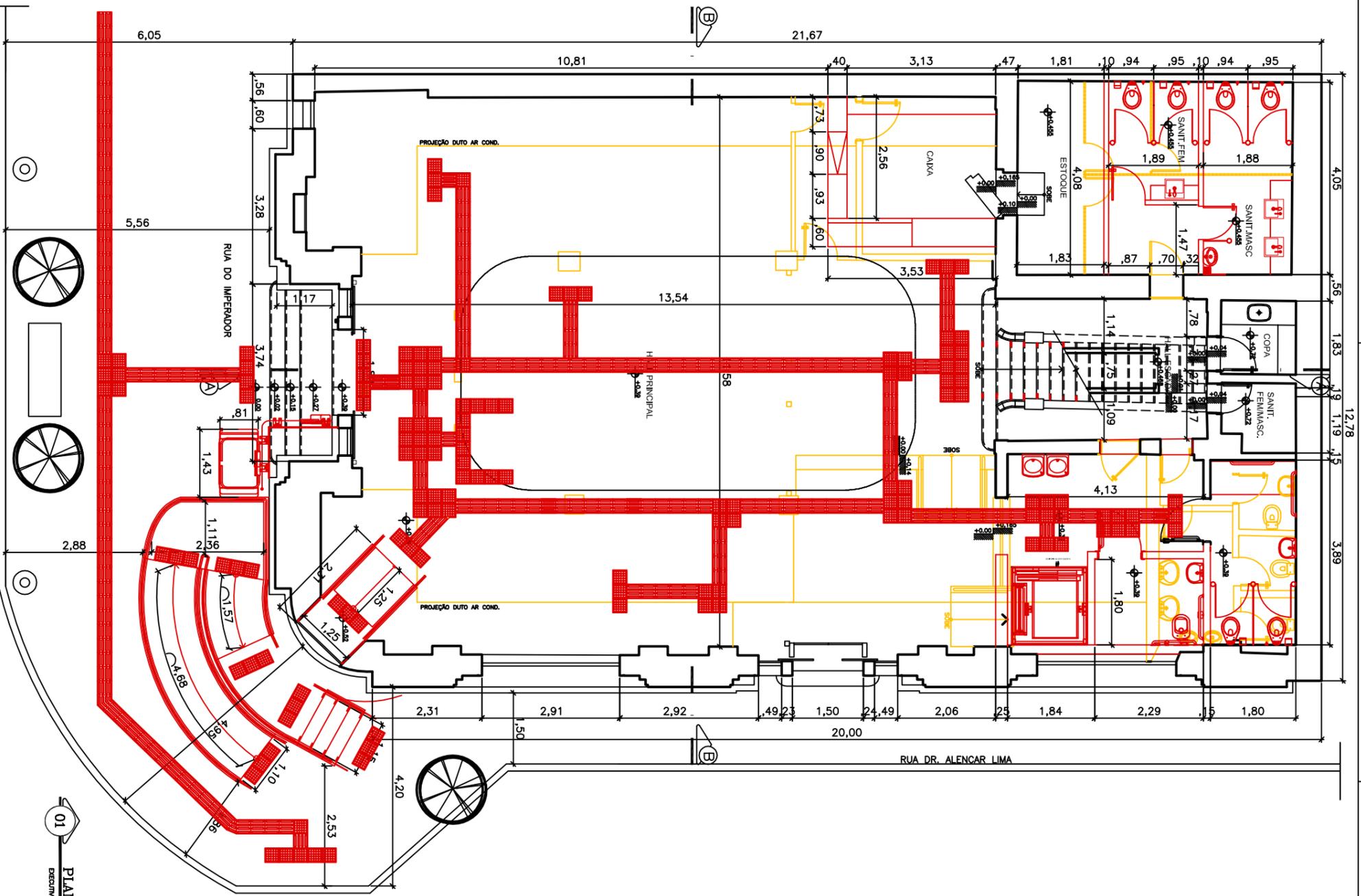
Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
 CORTES AA E BB  
 PROJETO EXECUTIVO

10/16

ESCALA - INDICADA  
 DATA - SET/2018







01 PLANTA BAIXA - TERREO  
DECIJNO  
ESCALA 1 : 50

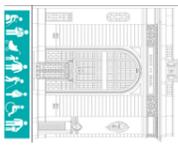
LEGENDA:  
DEMOLIR  
CONSTRUIR

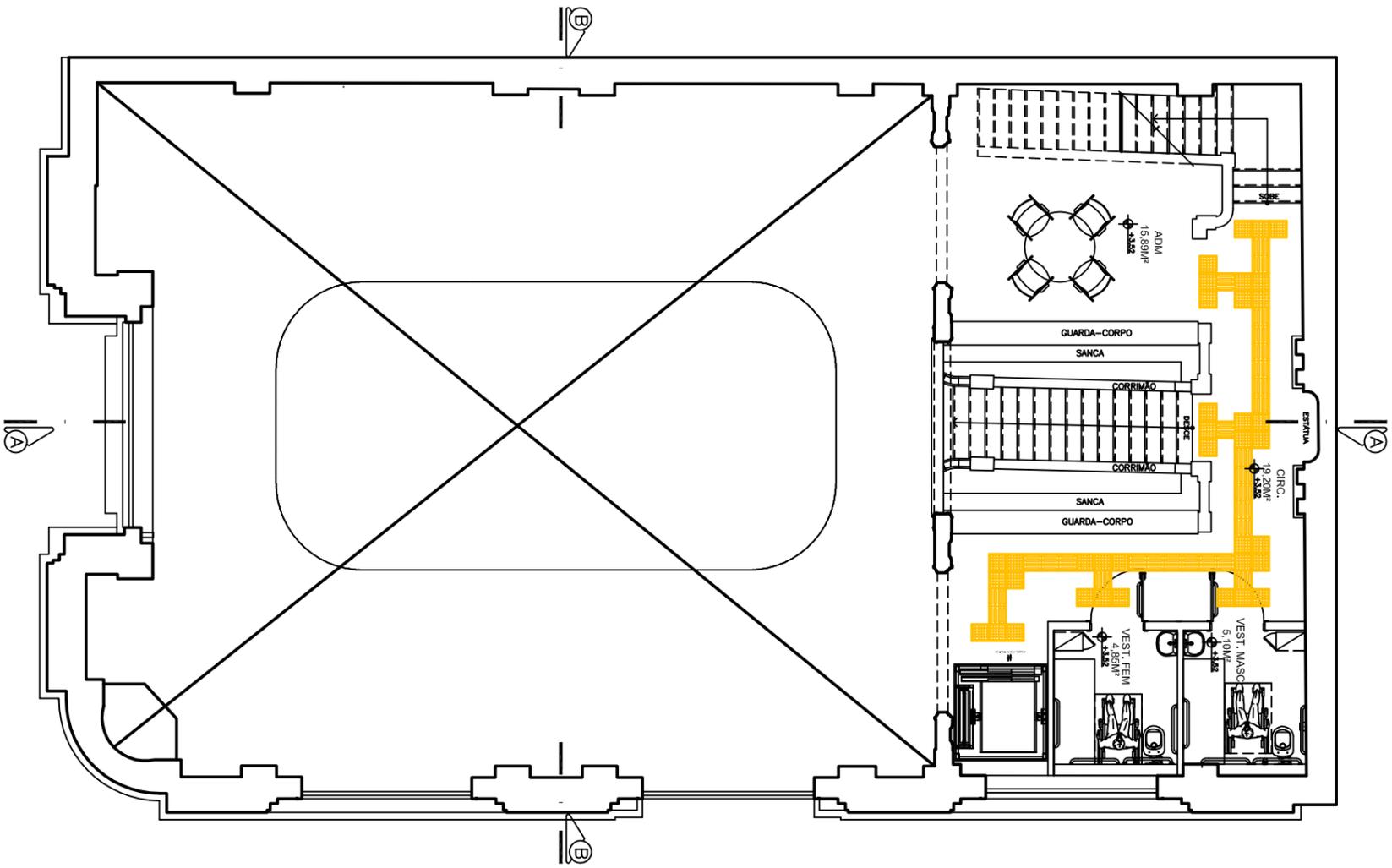
BANCO DE PETRÓPOLIS

Rua do Imperador, São - Petrópolis - RJ  
PLANTA BAIXA  
PROJETO EXECUTIVO  
TERREO

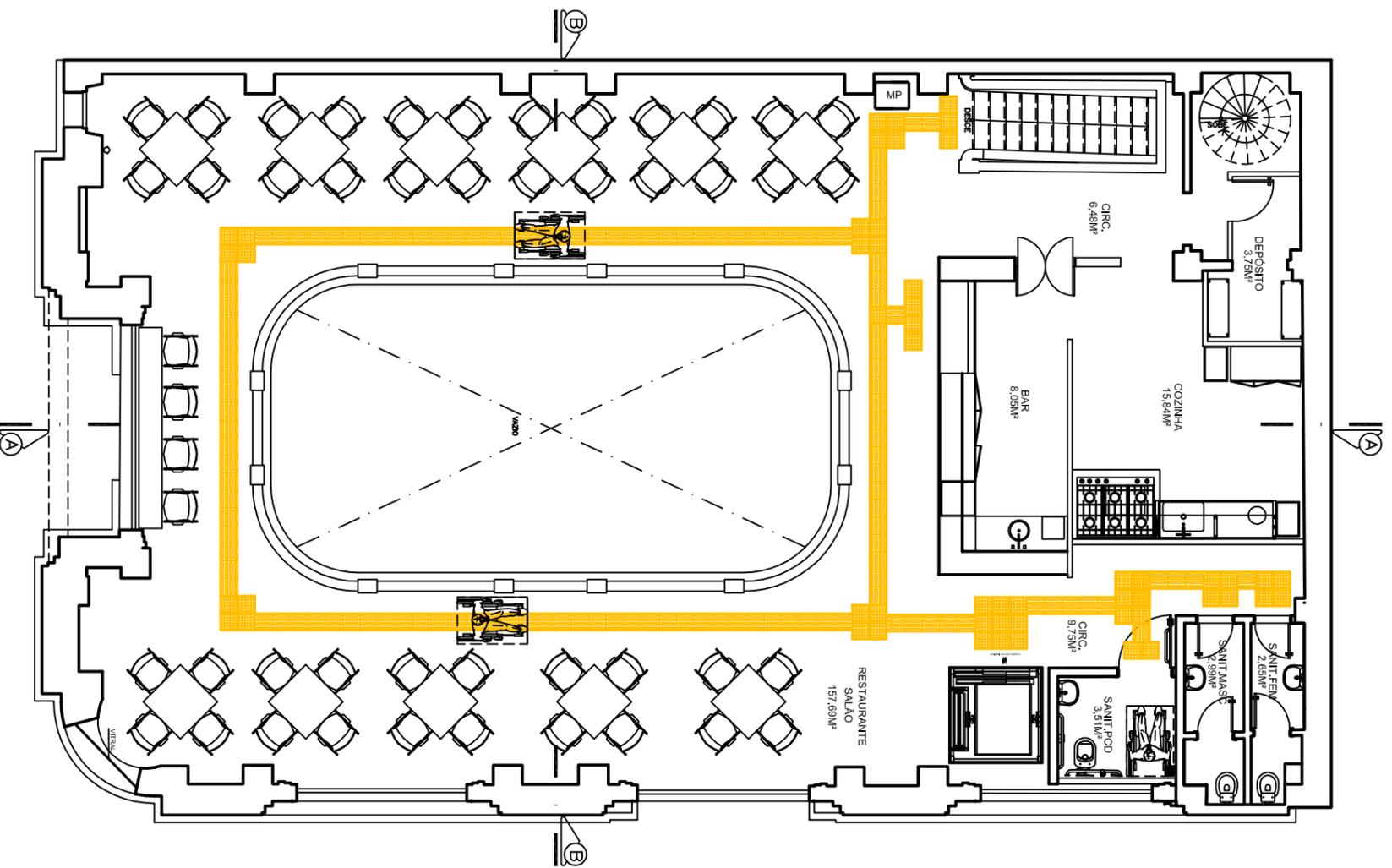
07/16

ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018





01 PLANTA BAIXA-1ºANDAR  
INTERVENÇÃO  
ESCALA 1 : 50

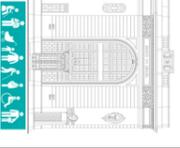


02 PLANTA BAIXA-2ºANDAR  
INTERVENÇÃO  
ESCALA 1 : 50

**BANCO DE PETRÓPOLIS**

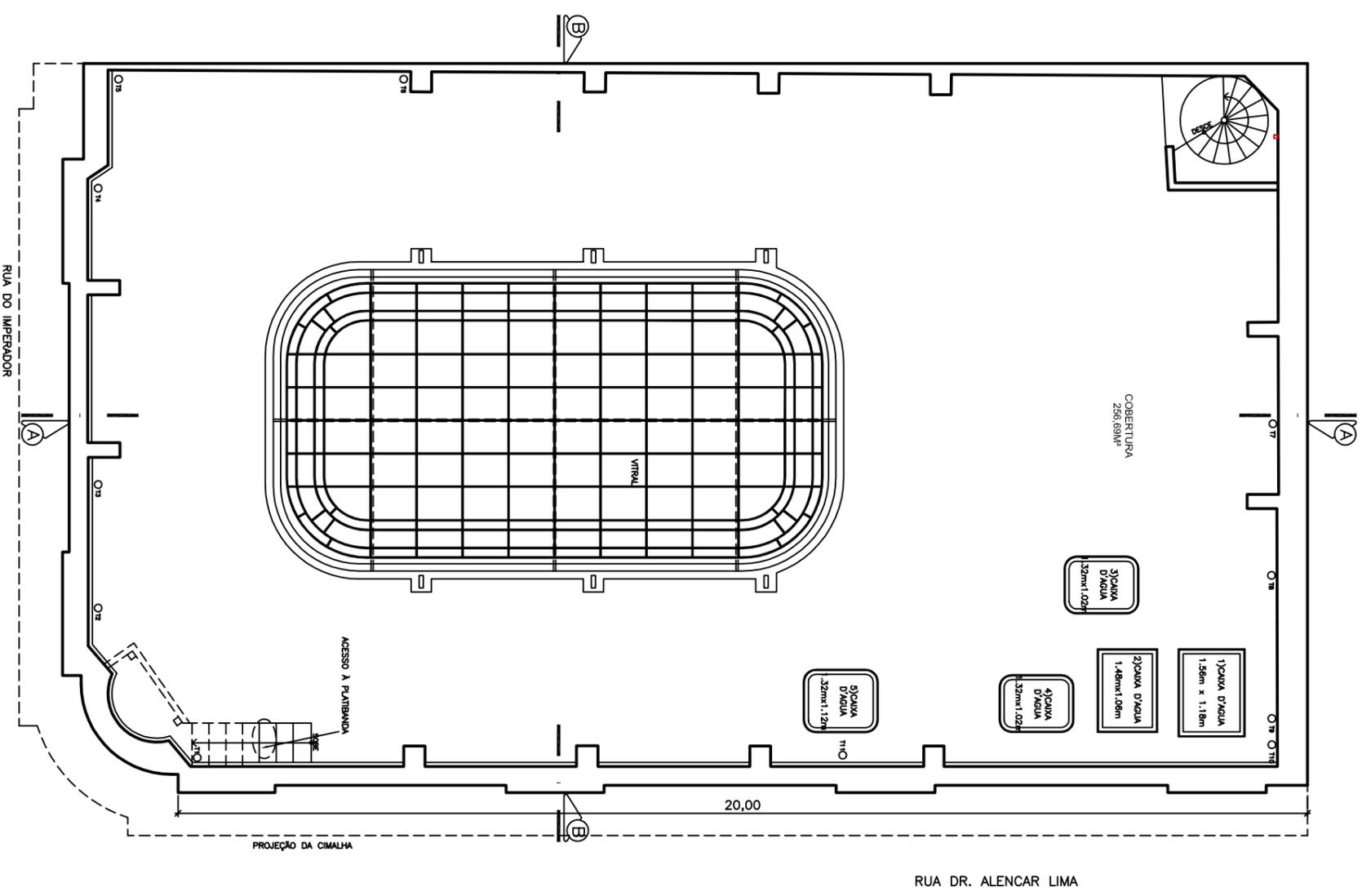
Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
PLANTA BAIXA  
PROJETO DE INTERVENÇÃO  
ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTE  
1º E 2º ANDARES  
ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018

12/16

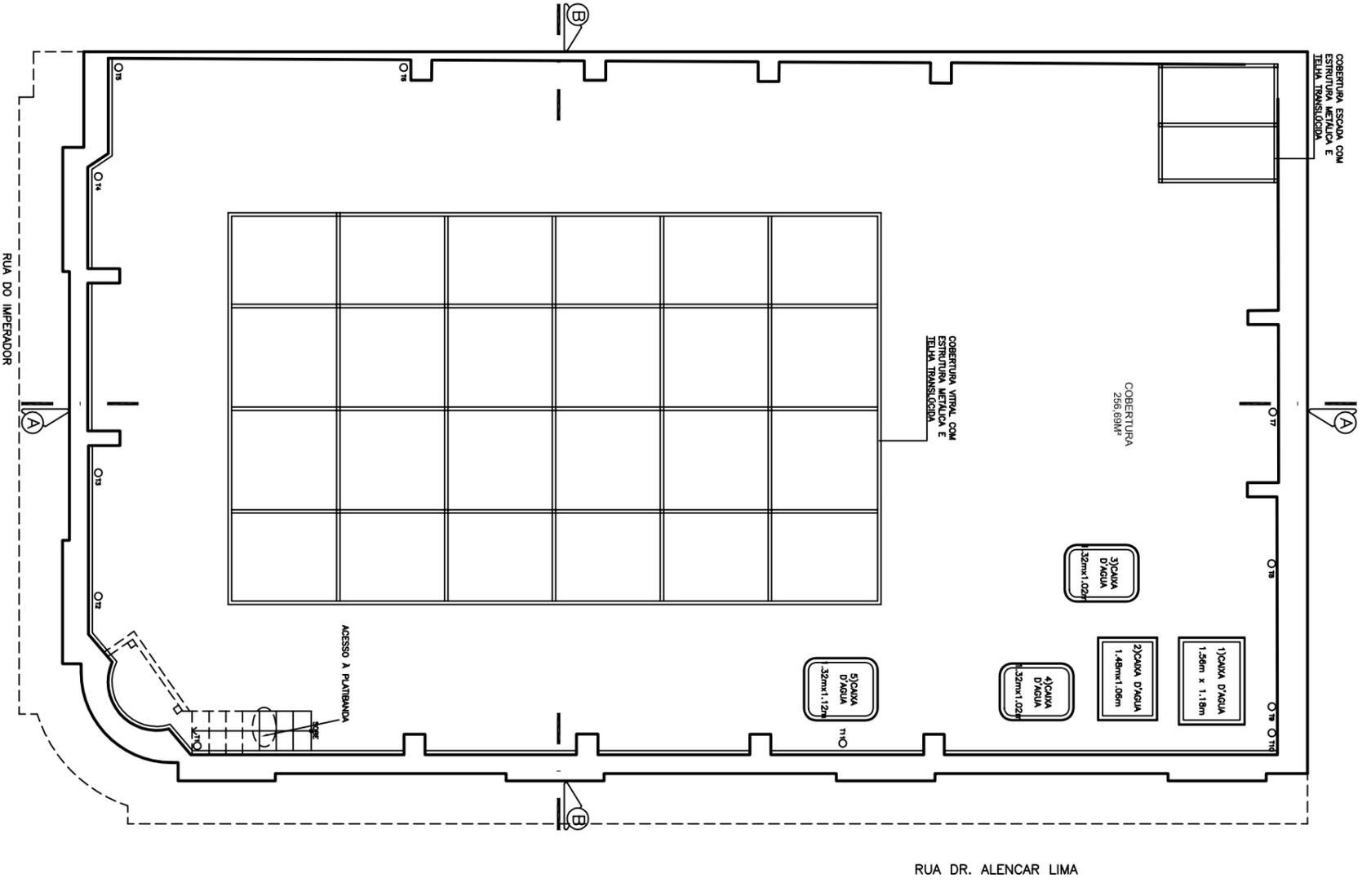




**01**  
**PLANTA BAIXA-COBERTURA**  
INTERVENÇÃO  
ESCALA 1 : 30

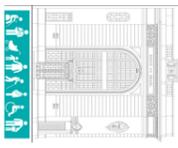


**02**  
**PLANTA BAIXA-TELHADO**  
INTERVENÇÃO  
ESCALA 1 : 30

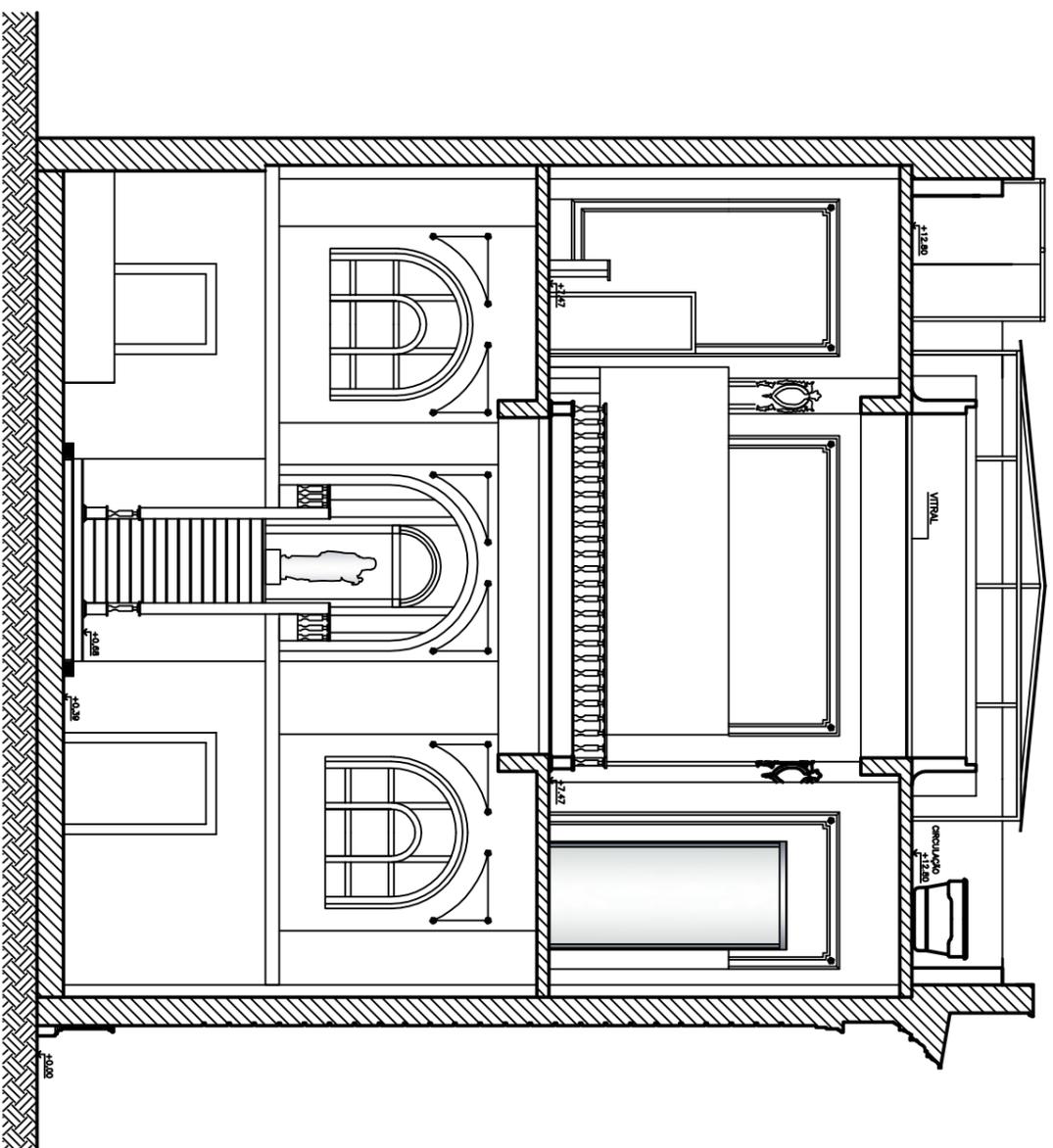


**BANCO DE PETRÓPOLIS**

Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
**PLANTA BAIXA**  
PROJETO DE INTERVENÇÃO  
ENTREFORNO E TELHADO  
**13/16**  
ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018







PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM A  
DEMOLIÇÃO DA LAJE DO PRIMEIRO ANDAR

01 INTENÇÃO **CORTE BB**  
ESCALA 1 : 50



BANCO DE PETRÓPOLIS - HALL DE ENTRADA EM 2018  
FONTE: AUTOR 2018



BANCO DE PETRÓPOLIS - HALL DE ENTRADA EM 1928  
FONTE: ACERVO ARQUIVO HISTÓRICO BANCO DO BRASIL

**BANCO DE PETRÓPOLIS**

Rua do Imperador, São - Petrópolis - RJ

PLANTA BAIXA

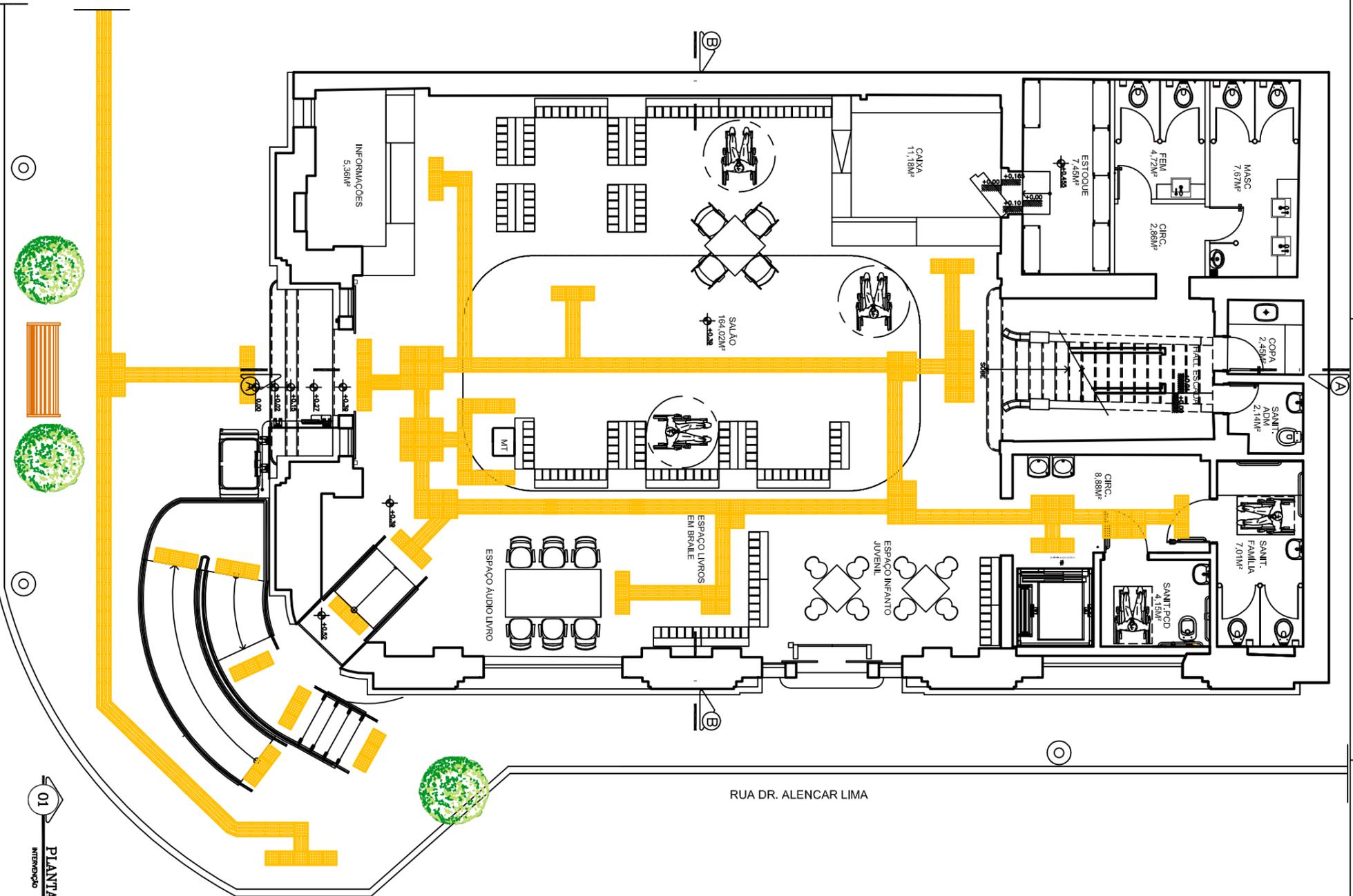
PROJETO DE INTERVENÇÃO

CORTE BB

15/16

ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018





01

PLANTA BAIXA - TÈRREO  
INTERVENÇÃO  
ESCALA 1 : 50

BANCO DE PETRÓPOLIS

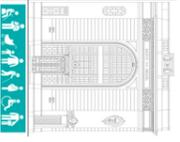
Rua do Imperador, São - Petrópolis - RJ

PLANTA BAIXA  
PROJETO DE INTERVENÇÃO - LIVRARIA

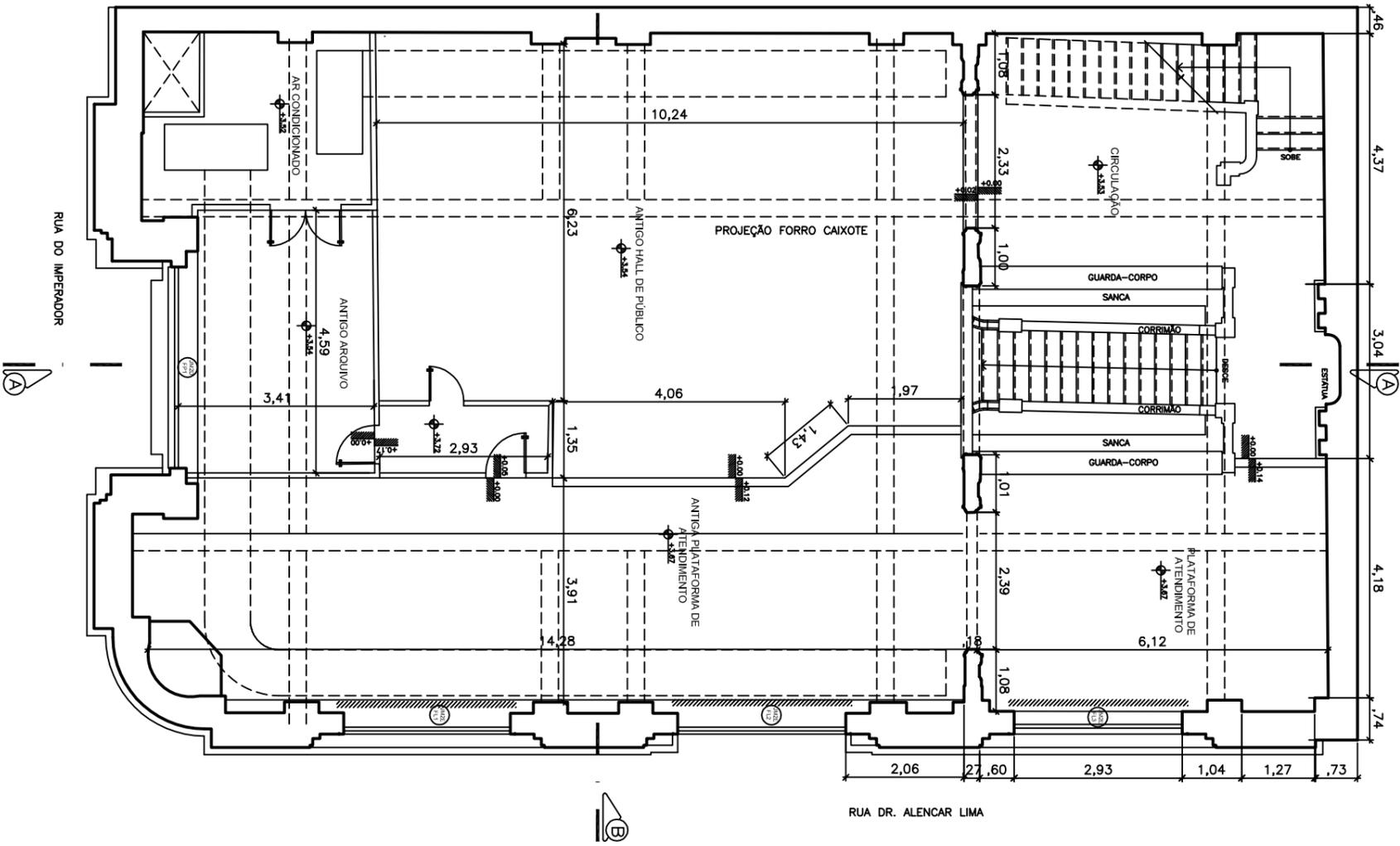
11/16

TÈRREO

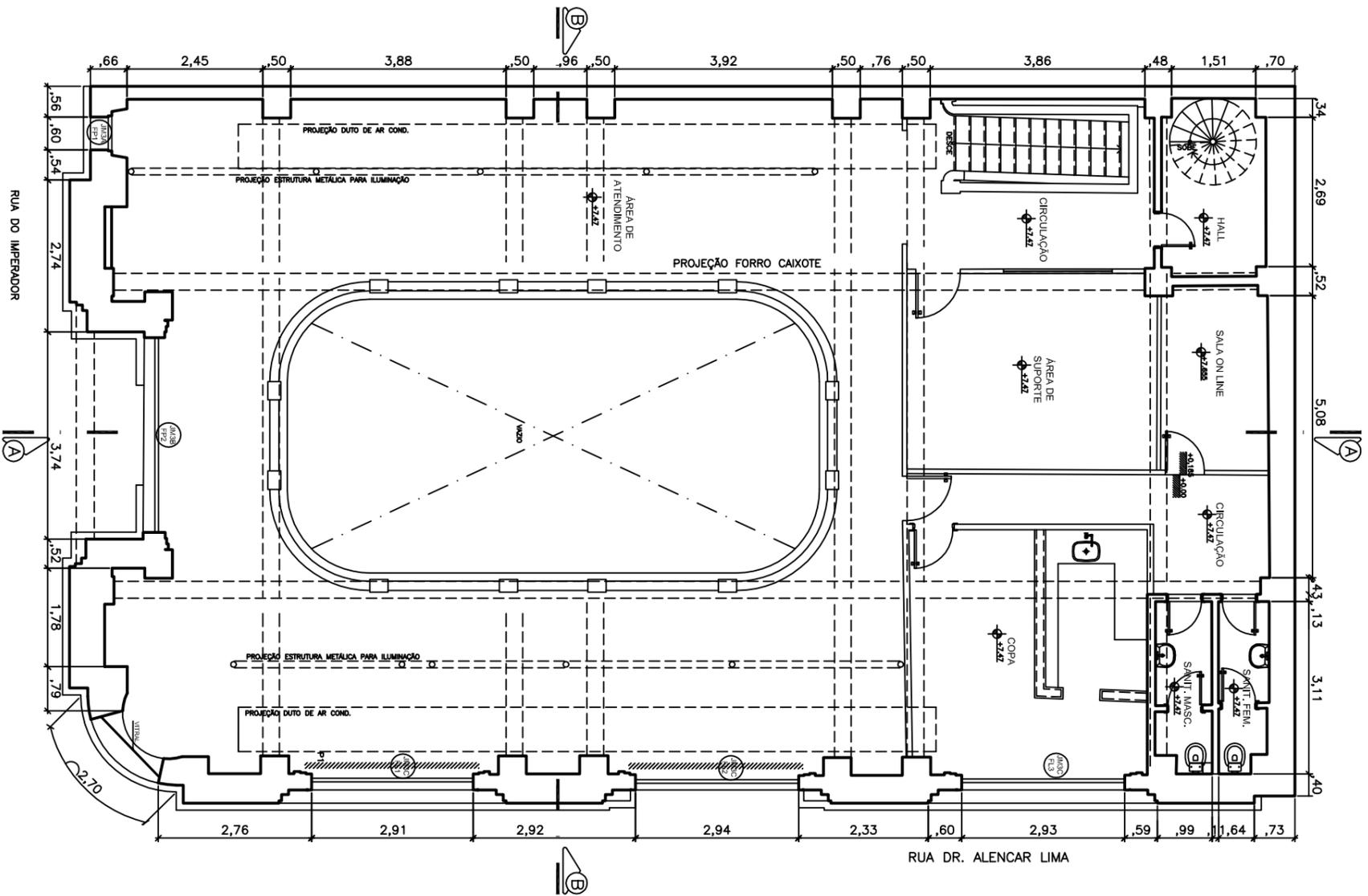
ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018



01 PLANTA BAIXA-1º ANDAR  
LEVANTAMENTO  
ESCALA 1:1:50



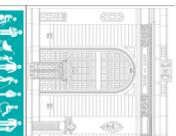
02 PLANTA BAIXA-2º ANDAR  
LEVANTAMENTO  
ESCALA 1:1:50

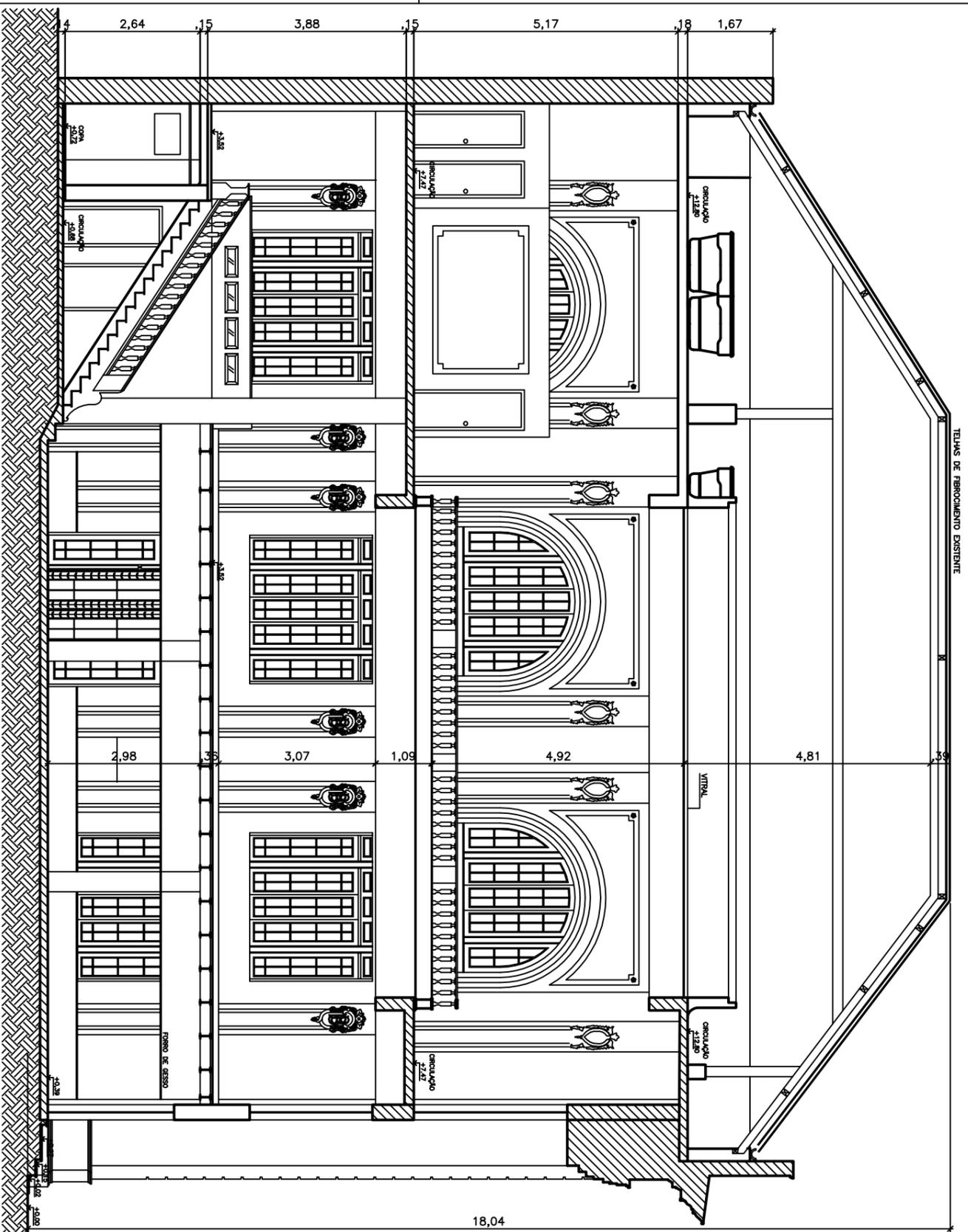


BANCO DE PETRÓPOLIS

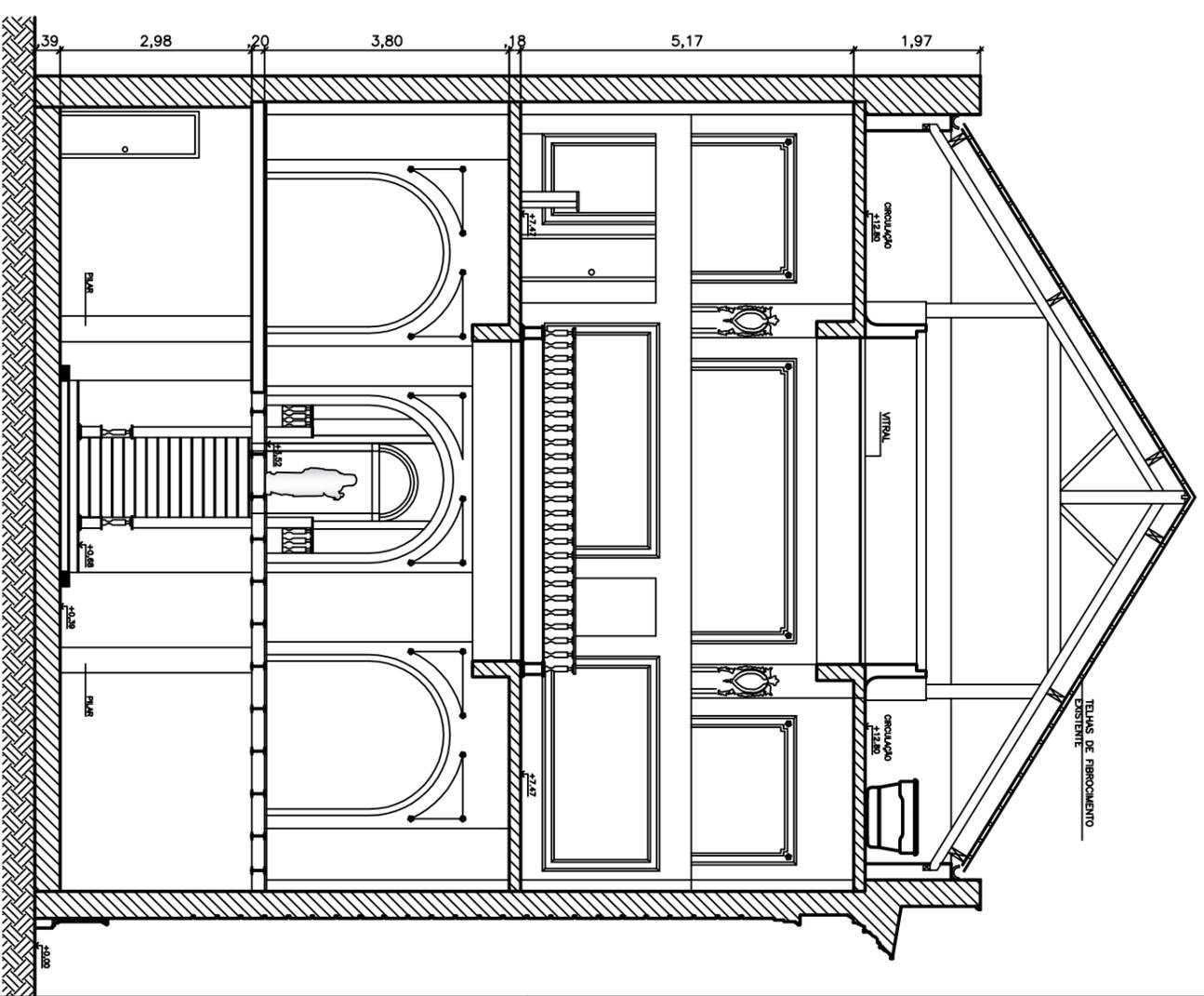
Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
PLANTA BAIXA  
LEVANTAMENTO  
1º E 2º ANDARES

ESCALA - INDICADA  
02/16  
DATA - SET/2018





01 LEVANTAMENTO  
CORTE AA  
ESCALA 1 : 50



01 LEVANTAMENTO  
CORTE BB  
ESCALA 1 : 50

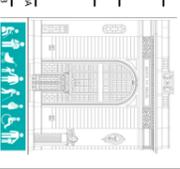
BANCO DE PETRÓPOLIS

Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ

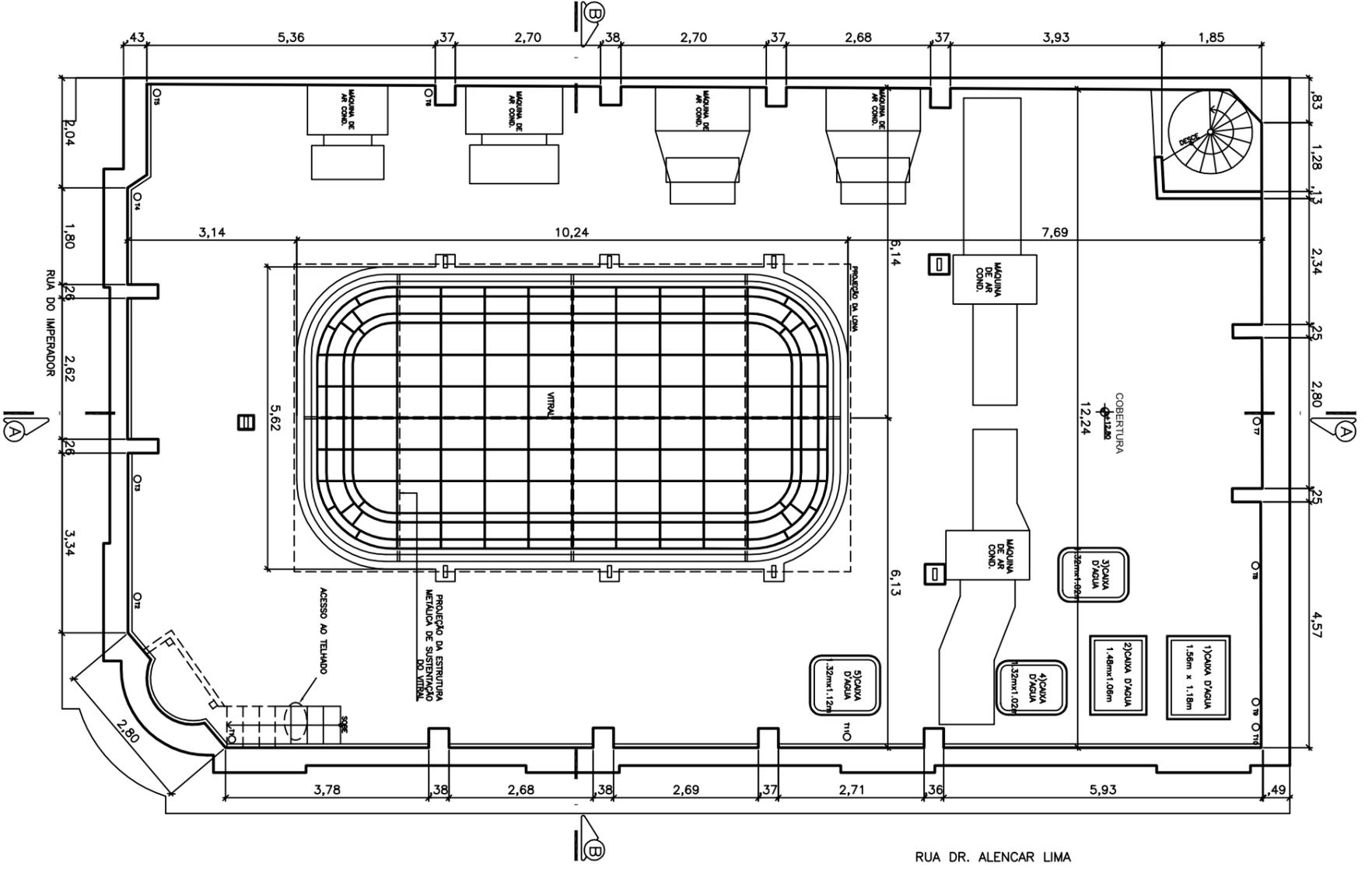
CORTES AA E BB  
LEVANTAMENTO

04/16

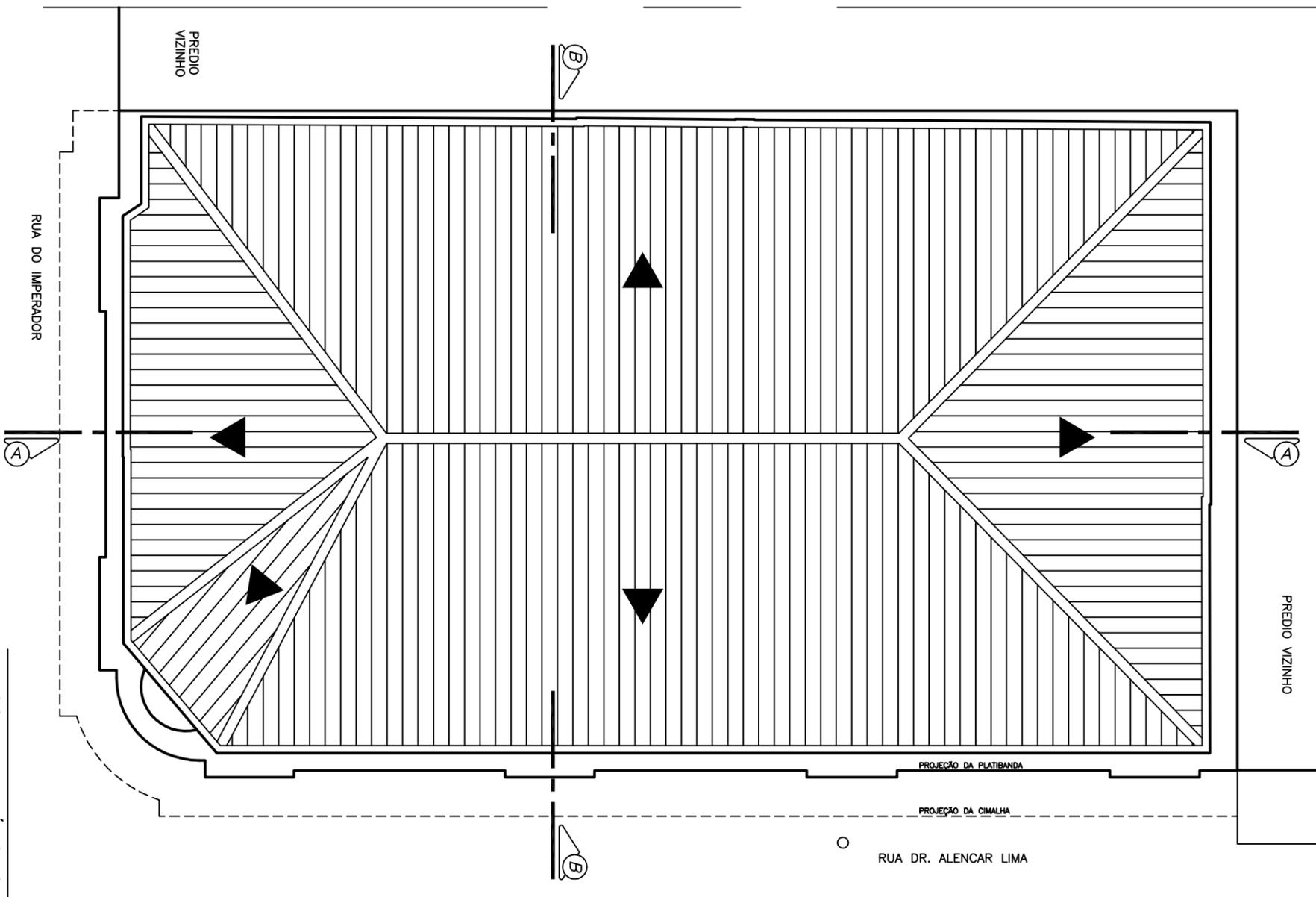
ESCALA - INDICADA  
DATA - SET/2018



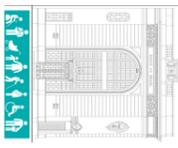
**01 PLANTA BAIXA-ENTREFORRO**  
LEVANTAMENTO  
ESCALA: 1 : 50



**02 PLANTA BAIXA-TELHADO**  
LEVANTAMENTO  
ESCALA: 1 : 50

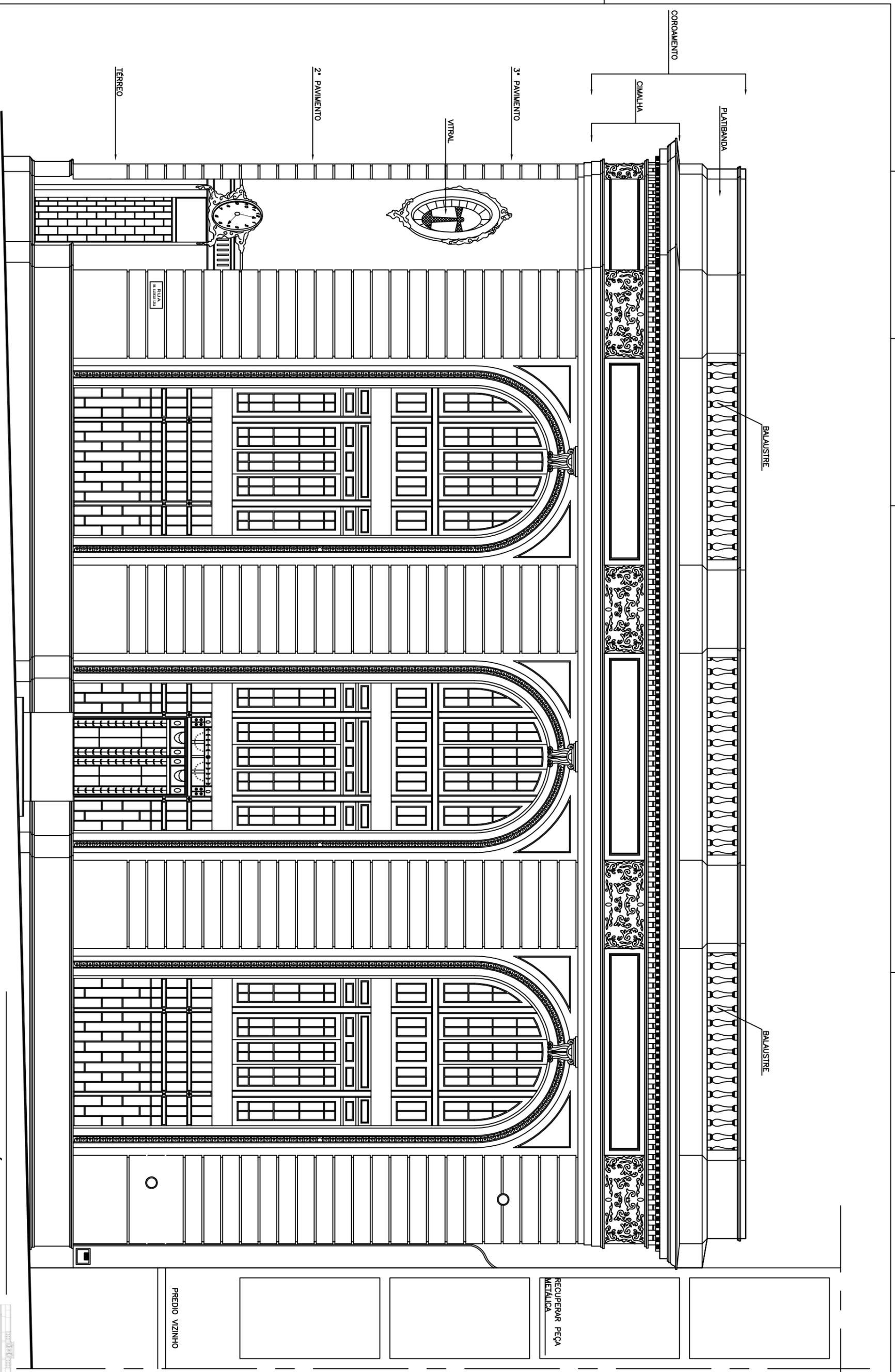


**BANCO DE PETRÓPOLIS**  
Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
**PLANTA BAIXA**  
LEVANTAMENTO  
ENTREFORRO E TELHADO  
ESCALA: INDICADA  
**03/16**  
DATA: SET/2018



01

LEVANTAMENTO  
**FACHADA LATERAL**  
ESCALA 1 : 50

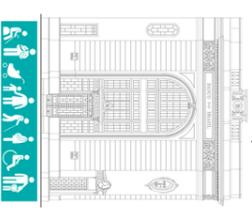


**BANCO DE PETRÓPOLIS**

Rua do Imperador, 940 - Petrópolis - RJ  
**FACHADA LATERAL**  
RUA DR. ALENCAR LIMA  
LEVANTAMENTO

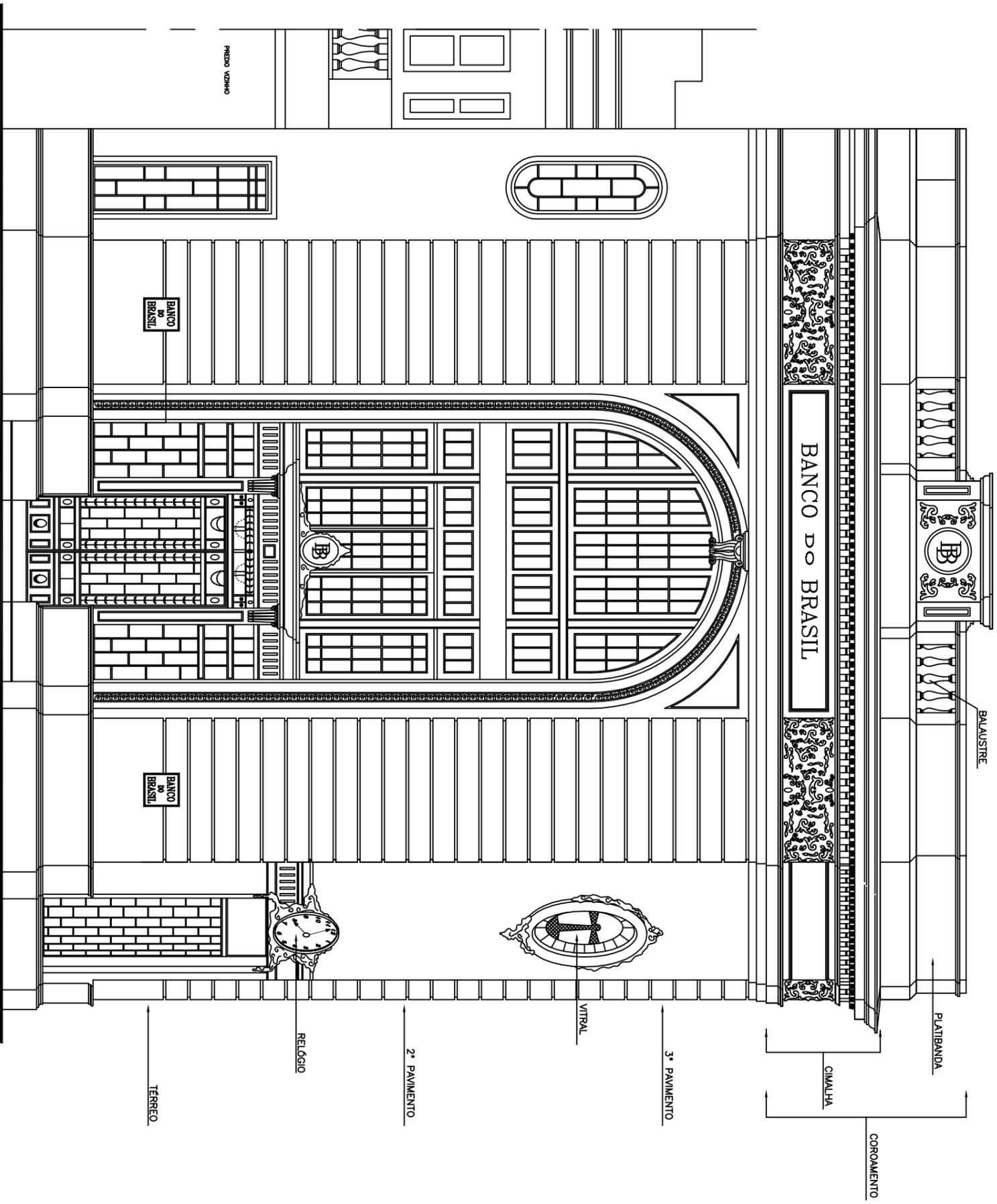
**06/16**

ESCALA: INDICADA  
DATA: SET/2018



PREDIO VIZINHO

RECUPERAR PEÇA METÁLICA



01

LEVANTAMENTO

FACHADA PRINCIPAL

ESCALA 1 : 50

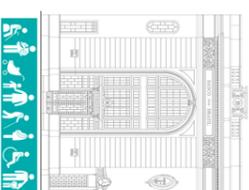
**BANCO DE PETRÓPOLIS**

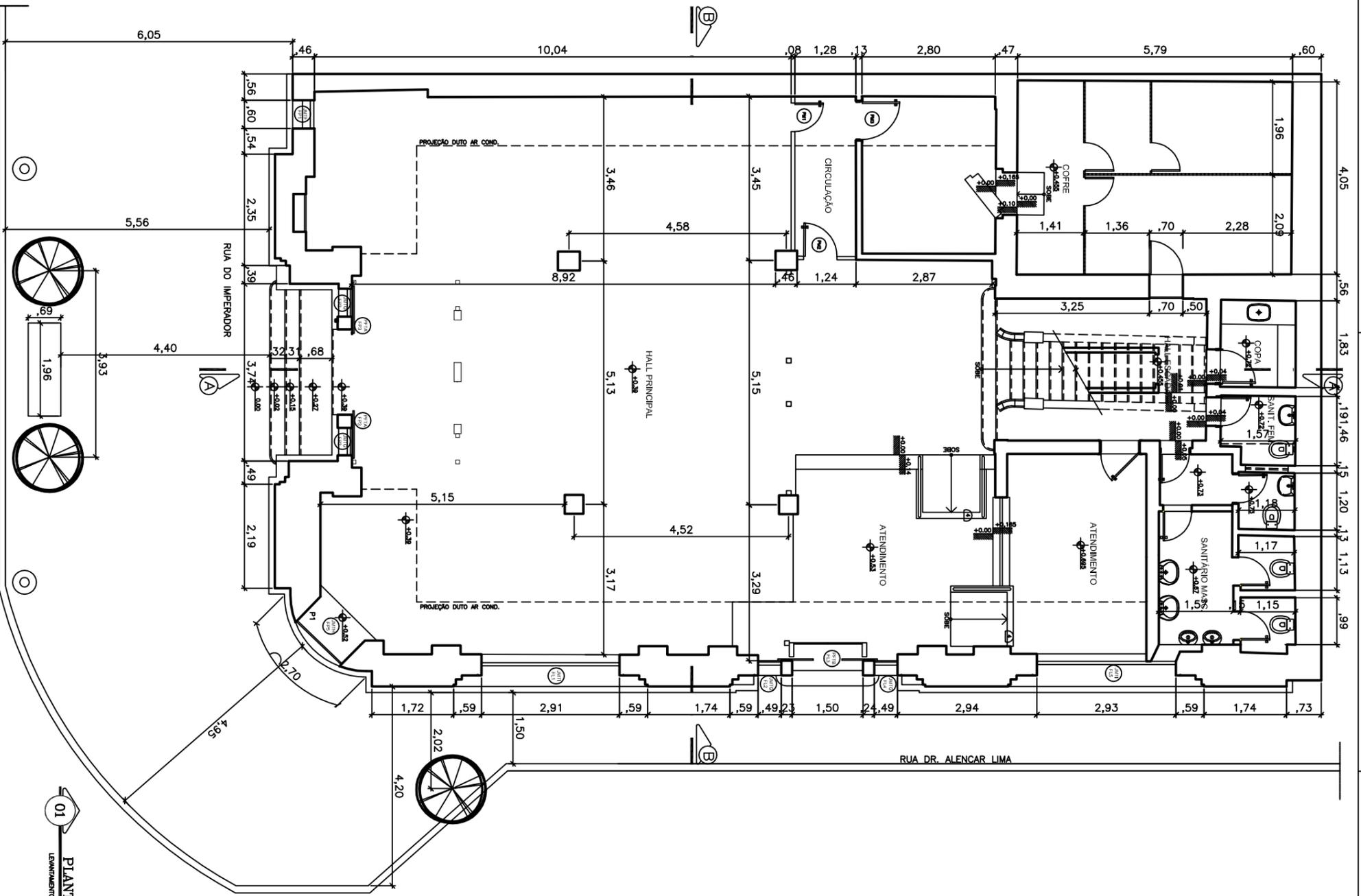
Rua do Imperador, 940 - Petrópolis - RJ  
 FACHADA PRINCIPAL  
 RUA DO IMPERADOR  
 LEVANTAMENTO

**05/16**

ESCALA: INDICADA

DATA: SET/2018

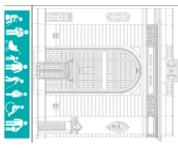




01 PLANTA BAIXA - TERREO  
LEVANTAMENTO  
ESCALA 1 : 50

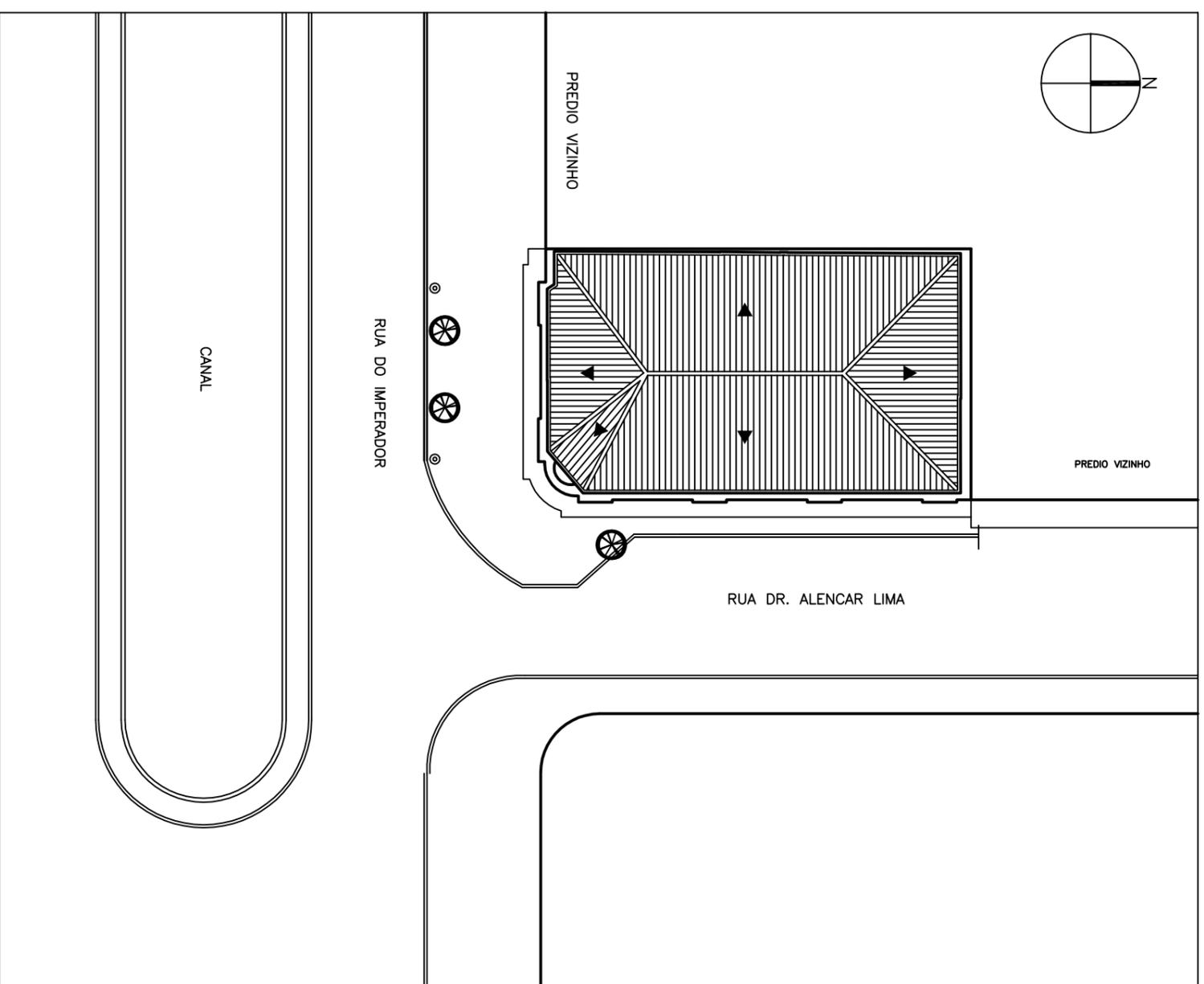
**BANCO DE PETRÓPOLIS**  
Rua do Imperador, s/n - Petrópolis - RJ  
PLANTA BAIXA  
LEVANTAMENTO  
TERREO

ESCALA - INDICADA  
01/16  
DATA - SET/2018



QUADRO - RESUMO DE AREAS

PAVIMENTOS		
1	TERRÇO	226,59 m <sup>2</sup>
2	1ª PAVIMENTO	217,74 m <sup>2</sup>
3	2ª PAVIMENTO	181,77 m <sup>2</sup>
4	COBERTURA	251,56 m <sup>2</sup>
TOTAL		877,66 m <sup>2</sup>
FACHADAS		
TOTAL		502,00 m <sup>2</sup>
1	PRINCIPAL E LATERAL	502,00 m <sup>2</sup>



01

PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA 1 : 200

BANCO DE PETRÓPOLIS

Rua do Imperador, 940 - Petrópolis - RJ

PLANTA DE SITUAÇÃO

01/01

ESCALA: 1/200

DATA: SET/2018

